

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 16

(Sem revisão final)

12 de fevereiro de 2019

(18:09 h-22:46 h)

Ordem do dia:

Audição do Tenente-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino, Comandante de Logística de 22 de outubro de 2014 a 18 de setembro de 2017.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados oradores:

Diogo Leão (PS)

Berta Cabral (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 18 horas e 9 minutos.

Connosco, hoje, temos o Sr. Tenente-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino, a quem quero agradecer a presença, em nome da Comissão. É para nós uma honra a presença do Sr. Tenente-General nesta Comissão.

Queria referir, na sequência do que está acordado entre os diversos grupos parlamentares, tendo sido a audição do Sr. Tenente-General requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que será a esse grupo que incumbirá iniciar esta audição, sendo certo que o Sr. General me referiu que queria dirigir umas palavras antes, pelo que dou, de imediato, a palavra ao Sr. Tenente-General Serafino.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino** (Comandante de Logística de 22 de outubro de 2014 a 18 de setembro de 2017): — Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e manifesto a minha total disponibilidade para responder a todas as questões que os Srs. Deputados entendam colocar, no sentido de clarificar este processo, que foi muito doloroso para o Exército e para todos nós.

Poderei quase dizer que este último ano foi, da minha carreira de 41 anos ao serviço do Exército, o período mais difícil por que passei. Todavia queria dizer que essa disponibilidade, se me permitirem, deixando só uma nota, peca — na minha opinião e respeitando, naturalmente, as orientações e

a prerrogativas dos Srs. Deputados para conduzirem da melhor forma este inquérito — por ser tardia, no sentido de que julgo que teria sido, pelo menos para mim, mais adequado, ficaria mais tranquilo com isso, ter vindo primeiro eu, enquanto General Comandante da Logística, e não só, porque também fui Comandante da Brigada de Reação Rápida e depois Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Gostaria de ter vindo primeiro aqui depor, nesta Comissão, esclarecer os Srs. Deputados e só depois disso, se houvesse necessidade, então virem os Srs. Coronéis Comandantes do Regimento.

Obviamente, respeito as orientações e as prerrogativas da Comissão, que entendeu fazê-lo assim, mas julgo que essa sequência poderia ter evitado a vinda de oficiais a prestarem declarações que, talvez por falta de jeito, talvez, enfim, não estando muito orientados para este tipo de inquéritos — julgo que ninguém estará, mas enfim —, não tenham tido a melhor prestação e tenham sido expostos, diria, se calhar de uma forma excessiva. De alguma maneira também me toca essa responsabilidade, pelo que lamento profundamente. Deixo esta nota.

Portanto, Srs. Deputados, não me alongo muito mais. Quero só cumprimentá-los e reiterar a minha total disponibilidade e compromisso em colaborar com os trabalhos desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Diogo Leão, vou apenas registrar aquilo que é óbvio: o Sr. Tenente-General não tem de lamentar algo porquanto é totalmente alheio à sequenciação que foi determinada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, portanto, nessa medida, obviamente registamos as suas palavras, como é obrigação dos Deputados desta Comissão registrar os depoimentos de todos os que são presentes a ele. Mas refiro que, obviamente, em nada responsabiliza o Sr. Tenente-General a sequenciação que foi determinada por esta Comissão.

Sr. Deputado Diogo Leão, nos termos do Regulamento desta Comissão, competir-lhe-á a gestão de 8 minutos que está reservada ao seu Grupo Parlamentar, após o que voltarei a chamar a atenção de que terá, eventualmente, decorrido esse tempo. Portanto, fará o favor de formular as questões para o Sr. Tenente-General, na medida do possível, poder responder.

Faça favor, Sr. Deputado Diogo Leão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Tenente-General Fernando Campos Serafino, agradeço-lhe, por parte do Grupo Parlamentar do PS, por se encontrar aqui, connosco, hoje, e por se disponibilizar, como se disponibilizou na sua mensagem inicial, para nos poder ajudar a aferir e a tomar maior conhecimento dos factos relativos aos acontecimentos de Tancos, mas também para compreendermos um pouco mais.

Temos feito aqui, exaustivamente, audições aos Srs. Coronéis, comandantes das Unidades, sobre como é que funcionava, de facto, todo o dispositivo de segurança e o histórico do próprio regular funcionamento dos Paióis Nacionais de Tancos.

Esta audição, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, faz-se também tendo em conta o brio das Forças Armadas, o brio do Exército, e os objetivos da Comissão de Inquérito, que são públicos, e do qual, certamente, o Sr. Tenente-General também comunga, isto é, esta procura da verdade, esta busca de responsabilidades e o aferir de responsabilidades creio que é um objetivo que nos une. Por uma questão de cortesia e para melhor compreender, também, o percurso e a experiência do Sr. Tenente-General, pedia-lhe que começasse por, de forma sintética, falar-nos um pouco da sua carreira de 41 anos de serviço.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: —
Sr. Deputado, quer que fale sobre a minha carreira toda ou só neste...?

Risos.

Entrei para a Academia Militar em 1977, fiz quatro anos de cadete, e depois fiz o normal tirocínio de Infantaria em Mafra. Saí e ingressei no quadro permanente. Portanto, terminei o curso da Academia; fui a Lamego fazer o curso de operações especiais; depois, fui aos Estados Unidos fazer o curso de *rangers*. Regressei e passei pela Academia Militar na Amadora, onde estive um ano como instrutor do corpo de alunos. Dali, segui para Lamego, onde estive cinco anos, no, na altura, Centro de Instrução de Operações Especiais. De Lamego vim para o Batalhão de Infantaria de Aveiro, onde estive pouco tempo.

Foi a minha guarnição, foi a oportunidade que tive para estar com a minha família, na altura. Foram, basicamente, dois anos, porque o Batalhão de Infantaria de Aveiro foi extinto; fiz as malas e vim para Lisboa, onde fiz o curso de Estado-Maior. Enfim, fiquei por Lisboa durante uma série de tempo, como professor do Instituto de Estudos Militares e como Adjunto e Ajudante de Campo do General Chefe do Estado-Maior do Exército, na altura.

Interrompi para fazer uma comissão de serviço no Saara Ocidental, como observador das Nações Unidas. Comandei, depois, o Batalhão de Alunos da Academia Militar; daí fui para chefe da Divisão de Informações da Terceira Divisão italiana, em Milão, durante 3 anos. Regressei, fui colocado no gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército novamente. Não consegui ser colocado em Coimbra, onde, na altura, residia, mas enfim... E, dali, transitei para o gabinete do Ministro de Estado e da Defesa

Nacional, na altura, o Dr. Paulo Portas, onde fiquei como porta-voz do Ministério.

Posteriormente assumi as funções de Diretor-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa e estive nesse cargo um ano e meio, com o Dr. Paulo Portas, e cerca de um ano, com o Dr. Luís Amado, já numa nova Legislatura, de onde saí em janeiro de 2006.

Saí para comandar o Regimento de Infantaria n.º 19, em Chaves, onde estive este fim de semana, a rever pessoas que me ficaram para a vida. De Chaves regresso, ao fim de quase dois anos — não chegou a fazer 2 anos, mas andou lá perto —, em setembro de 2007, para Lisboa, para frequentar o curso de Oficial General. Fiquei, basicamente, um ano letivo. Depois, fui colocado no Estado-Maior, como Chefe da Divisão de Planeamento das Forças. Assumi a direção e coordenação do Estado-Maior ainda antes de ser promovido a Major-General.

Estive no Estado-Maior durante cerca de um ano, talvez, nessas funções. E daí sou colocado — e aí é importante —, em maio de 2011, a comandar a Brigada de Reação Rápida, precisamente em Tancos, comando que exerci durante três anos e meio.

Saí da Brigada para o comando da Logística em 2014, em finais de outubro de 2014, de onde saí para assumir as funções de Vice-Chefe em setembro de 2017.

A 1 de dezembro de 2018, por declaração minha, por vontade minha, passei à situação de reserva, fiquei de fora da efetividade de serviço, daí estar à civil.

Basicamente, em traços gerais, esta é a minha carreira, o meu percurso.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Tenente-General, tem uma longa carreira, 41 anos ao serviço das Forças Armadas, e é, certamente, um General experiente e experimentado.

Antes de entrar em questões de maior detalhe sobre os paióis nacionais, perguntava ao Sr. General como e em que circunstâncias é que teve conhecimento do furto ocorrido em junho de 2017. Sendo, à época, Comandante da Logística do Exército, que providências tomou, por sua iniciativa, ou que providências executou por iniciativa dos seus superiores, neste caso, o Sr. General CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército)?

E, pessoalmente, como é que sentiu, como é que viu esse mesmo furto, tendo-nos já dito, na sua intervenção inicial, o quão lamentável é esta circunstância para o Exército?

O Sr. Ten.-Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, tive conhecimento pela cadeia de comando, isto é, pelo Major-General Diretor de Material e Transportes, que é o diretor de uma das direções logísticas do Comando da Logística — do qual depende a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME) —, a Unidade que tinha à sua guarda, na sua dependência e era responsável pela administração dos paióis de Tancos. E foi de uma forma correta, pelo telefone.

Ele avisou-me seria antes da hora de jantar e daí, o processo, enfim, é conhecido, com o contacto feito ao Chefe do Estado-Maior do Exército e o acertarmos as medidas que havia para acertar dentro das competências de cada um dos órgãos do Exército, designadamente do Comando da Logística e do CFT (Comando das Forças Terrestres). Daí o processo seguiu, com as reuniões que foram feitas ao nível do comando do Exército.

Como é que eu vejo este assalto ou este furto?

Bom, em primeiro lugar, é óbvio que, se fosse aqui há uns anos, quando estava na Academia, como cadete ou como subalterno, a resposta óbvia seria dizer que isto não podia ter acontecido, que não há razão, não há desculpa para que isso tenha acontecido. O furto, em si, foi um acontecimento grave, pelo material que foi roubado — bastava uma munição

—, mas foi grave também, depois, todo o impacto subsequente que teve este acontecimento, tanto no plano nacional, junto dos cidadãos, como também o que poderia ter tido a nível internacional. Aí foi mais contido, mas poderia ter impacto e isso foi uma preocupação.

Mas há uma questão que, desde já, gostaria de referir: o furto, em si, deu-se, mas ainda falta conhecer, em rigor, o que é que, efetivamente, aconteceu.

Sei que é um processo que está em segredo de justiça, está em investigação, sendo certo também — permitam-me que diga — que tive a primeira explicação pública através de uma revista, que publicou toda a história de que, supostamente, tinham andado de carrinhos de mão dentro dos paióis de Tancos. Enfim, relatava tudo, tintim por tintim.

É uma teoria, ainda não está confirmada, é preciso dar tempo ao tempo para se apurar, efetivamente, o que é que se passou. E o apuramento dessa verdade, da ocorrência em si mesma, pode fazer toda a diferença.

Objetivamente, o acontecimento em si é muito mau, é muito mau, mas os contornos do que se passou... E digo isto porque vivi em Tancos — não estive lá todos os dias em Tancos, porque tinha uma Brigada com um dispositivo alargado, oito Regimentos que iam desde Beja até Lamego, passando por Lisboa —, passei lá muitas noites, porque ficava no Quartel-General da Brigada, quase em linha de vista com os paióis de Tancos. Não digo que estava de sentinela aos paióis de Tancos, mas estavam relativamente em linha de vista. Da parte de trás do sítio onde estava, via as luzes dos paióis de Tancos.

Portanto, acho difícil estabelecer muitas conjeturas à volta de um acontecimento sem perceber exatamente o que é que se passou. É isso que também me leva a ter alguma prudência quando abordo este tema. Não há dúvida de que houve uma falha de segurança clamorosa, é verdade. Mas tem de se perceber porquê.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Tenente-General, na outra face da moeda, perguntava-lhe também, de forma geral, como e em que circunstâncias é que o Sr. Tenente-General teve conhecimento da recuperação, do aparecimento do material furtado, já em outubro de 2017. Como Comandante da Logística, ou mesmo como Vice-CEME, teve algum contacto com as autoridades que investigavam, especialmente as militares, a Polícia Judiciária Militar (PJM), relacionado com a temática do reaparecimento do material? Procurou informar-se sobre o assunto? Fez alguma diligência para isso?

Já agora, pergunto também como é que encara este acontecimento do reaparecimento ou da recuperação do material.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, aquando da recuperação do material que tinha sido furtado dos paióis de Tancos, já não estava nas funções de Quartel-Mestre General, mas como Vice-Chefe.

A notícia recebi-a, já não me recordo como, mas basicamente pelos jornais, pela comunicação social. Já não me lembro exatamente como decorreu.

Contactos com a Polícia Judiciária Militar formalmente ou informalmente não os tinha, nem os tive. A não ser num episódio, mas ele já não era um oficial da Polícia Judiciária Militar, mas um oficial do Exército que estava na missão da União Europeia, *European Union Training Mission*, em Bangui, na República Centro-Africana, onde me desloquei pelas comemorações do dia 10 de Junho. Mas isso já é posterior a este episódio. Falei com ele, dei-lhe os parabéns.

Sei que isso, depois, veio a público e todas as conjecturas que se fizeram à volta disso apanharam-me completamente desprevenido, e até com alguma, aliás, com bastante surpresa.

Mas para ser rigoroso e claro, ligação à Polícia Judiciária Militar, algum contacto com essa instituição, antes ou depois do aparecimento das supostas armas de Tancos, não tive. Não tenho chamadas com ninguém. Não tenho os números de telefone dessas pessoas.

Tenho toda a consideração por elas. Estou a dizer isto, atenção, com a presunção de inocência que deve existir. Do Sr. Coronel Luís Vieira tenho as melhores referências pelo que me disseram. Conheci-o na tomada de posse dele, quando também tomava posse como Subdiretor-geral de Recursos do Ministério da Defesa o Major-General Macedo que, esse sim, trabalhou diretamente comigo. Dirigi-me lá, conheci-o na altura.

Francamente, não tive ligações informais, nem, sobretudo, formais, nem como Quartel-Mestre General, nem como Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército com a Polícia Judiciária Militar, já que ela não depende obviamente do Exército, portanto não havia lugar para ter esse tipo de relações.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Obrigado...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Peço desculpa, mas há uma parte importante. Seguramente, e digo isto com toda a franqueza, a sensação que tive, quando o material foi recuperado, foi de um certo alívio. Isto porque, de facto, com responsabilidade, o material que foi furtado dos paióis de Tancos é material militar perigoso, obviamente, e, para mim, enquanto militar e General, naturalmente, a preocupação de segurança dos cidadãos seja em território nacional, seja fora dele seria sempre grande.

Portanto, as notícias foram boas. Como é que foi recuperado e, depois, tudo o que se veio a saber, isso já é outra questão que se, mais à frente, quiserem saber a minha opinião, com certeza que a darei. Mas essa é outra questão completamente diferente.

O que, na altura senti foi um alívio muito grande: «Eh pá, o material foi efetivamente recuperado!» Isso bastava.

Julgo que eu, a maior parte dos militares que estavam no Exército e das pessoas, dos cidadãos terão tido esse alívio, pelo menos.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Tenente-General, aproveitando a referência que fez sobre uma possível opinião que tenha sobre como efetivamente foi recuperado este material, perguntava-lhe se a pode partilhar connosco agora, em vez de ser mais tarde.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, tenho de dizer que esta minha opinião, enfim, não pode deixar de ter em conta todo o ruído que se criou à volta desta operação, desta questão que, depois, se levantou de que afinal isto foi tudo... que houve aqui arranjos, coordenações.

É nesse contexto que me causa alguma... Por um lado digo que foi um alívio, efetivamente, ter a notícia de que o material tinha sido todo recuperado. Depois não foi todo recuperado. Mas, enfim, havia a recuperação do material.

Contudo, foi com uma surpresa muito grande que vim a perceber que, afinal de contas, repito, com alguma prudência e algum cuidado, na presunção da inocência que podem ter estes dois oficiais, poderá ter sido tudo encenado, arranjado. Enfim, é lamentável que tenha havido depois outra questão que é incorreta e não traduz aquilo que admito serem as relações entre órgãos e serviços do Estado, ou seja, que tenha havido competições,

intrigas. Quase que dá uma ideia, e perdoem-me a simplificação, de que houve aqui uma cultura do futebol em serviços do Estado e que não pode haver.

Tive oportunidade de dizer isto ao Sr. Diretor da Polícia Judiciária: sempre tive e continuo a ter o maior apreço pelos agentes da Polícia Judiciária Militar, pelos inspetores, tenho lá pessoas amigas, antigos combatentes, homens que prestaram uma carreira de serviço à Polícia Judiciária. Tenho a máxima consideração pelas pessoas. Sei que, do outro lado, é verdade.

Mas, quando isso entra na caixa-de-ressonância e começa toda a gente a comentar e a criar-se a intriga é muito mau, particularmente para nós, tanto para o Exército, para as Forças Armadas, como para todas as instituições do Estado, porque isso cria uma falta de confiança entre estes atores que, na verdade, não existe. Seja entre o Exército, a PSP, a GNR, todos trabalhamos para o mesmo sentido.

Quando estive em Bangui, estive com agentes da PSP que estão na República Centro-Africana e tive muito gosto em cumprimentar esses homens e mulheres que lá estão, como os militares do Exército.

Mas há uma coisa que é muito simples, um magistrado, uma vez, disse-me isso e com toda a razão: estamos num Estado de direito. Se é o Ministério Público que tem a competência para definir quem investiga o quê, as pessoas podem discordar, admito que sim, que possam discutir, que não achem bem, que devesse ser com outros fundamentos, pode haver uma série de comentários, de comentadores, de jornais a falar, mas a ordem é dada. E se é assim, se a lei dá essas competências é para cumprir.

Para nós, como militares, particularmente, tenho de falar desta maneira, se me permitirem, não pode haver dúvidas sobre isso! Quando um comandante dá uma ordem, pode ser justa, pode ser injusta, mas é para ser cumprida.

Portanto, não faz muito sentido, do meu ponto de vista, não quero entrar na cabeça das outras pessoas que estão envolvidas nisso, mas não faz muito sentido que se ponha o Exército, como instituição que é, a discordar ou a entrar em intrigas relativamente a processos que não são da sua dependência, e em que nem pode, sequer, intervir nessa matéria.

Esta é a minha opinião. Pediu-ma e é esta a opinião que lhe dou.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Obrigado, Sr. General.

Passava a algumas questões mais detalhadas em relação aos seus comandos, às qualidades em que esteve investido quer na Brigada de Reação Rápida quer, depois, no Comando de Logística, quer como Vice-CEME.

No seguimento da progressiva redução de efetivos das Forças Armadas, de acordo com o documento *Tancos: Factos e Documentos*, na página 16, «... em 2008, a Escola Prática de Engenharia, face à sua especificidade, foi retirada do universo das Unidades às quais estava atribuída a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos». A diversa correspondência consultada para a elaboração do documento comprova, por outro lado, que a situação de relativa indefinição e de falta de efetivos atribuídos à missão se arrastou logo ao longo de 2009 e 2010.

Em 2012, a Brigada de Reação Rápida, entidade primeiramente responsável pela segurança, avaliou a situação como preocupante e elaborou uma informação exaustiva para o comando hierarquicamente superior referindo as condições existentes nos Paióis Nacionais, identificando riscos e propondo correções para os mitigar.

O Comando das Forças Terrestres informou sobre este assunto o Comando da Logística, desconhecendo-se, no entanto, diligências que possam ter sido desenvolvidas, tendo em vista a resolução do problema.

O Sr. Tenente-General ocupou funções justamente no Comando da Logística e, anteriormente, na Brigada de Reação Rápida. Pergunto-lhe se

tem conhecimento desse tal levantamento exaustivo da Brigada de Reação Rápida feito em 2012. Que dados ou elementos constatou que lhe permitiam avaliar a situação como preocupante? O que referiu ou descreveu nessa informação que remeteu ao comando hierarquicamente superior? Que riscos identificou? Que condições preocupantes reportou e que correções é que ousou propor?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, esse relatório de 2012 é o relatório que eu próprio ordenei para se enviar para o CFT.

De facto, os Paióis Nacionais de Tancos...Eu fui pela primeira vez visitá-los em agosto, não sei exatamente em que dia, mas sei que foi no verão de 2011. Tinha chegado à Brigada no final de maio, deram-me *report*...Confesso que não lia os relatórios todos do sargento da guarda das Unidades, mas o Estado-Maior deu-me *report* do que se passava. E a minha preocupação, enquanto comandante da Brigada, foi ir ver as condições em que o pessoal estava a fazer serviço e as condições de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Isso levou-me aos Paióis Nacionais de Tancos logo ali em agosto de 2011. Logo desde essa altura houve uma série de diligências que foram feitas, umas diretamente, não apenas para o CFT, mas para a Direção de Material e Transportes, na altura para o Diretor de Material e Transportes. Houve pequenas coisas que se fizeram e houve outras, enfim, que responderam a estes primeiros cuidados.

Mas houve logo uma perceção, desde o início, quando entrei nos paióis: era uma infraestrutura antiga. De facto, ela foi feita nos anos 1980. Devo dizer que em 1983, quando fiz o curso de Rangers nos Estados Unidos tive oportunidade de, como alferes, acompanhar um reabastecimento de munições a um paiol dos Estados Unidos, de Fort Benning, que era a Escola

Prática de Infantaria, uma unidade enorme... Portanto, na altura, e estou a reportar-me a 2011, sobre as condições... A ideia que tinha desse tempo e aquilo que vi ali, sendo certo que a implantação dos paióis de Tancos está numa zona militar, muito embora aberta, não está fechada, cercada, mas está isolada. É uma zona isolada e há pouco movimento à volta dos Paióis Nacionais de Tancos — ou havia!

Portanto, fiquei com a ideia de que os paióis de Tancos precisavam de uma remodelação de fundo. Foi a primeira ideia com que se ficou. E foi a imagem que, mais tarde, saiu na comunicação social com a rede enferrujada, com os postos de vigia com alguns vidros partidos. Enfim, vem à ideia um bocadinho esse estado.

Em todo o caso, as diligências que fizemos, e esse relatório é, de facto, um marco importante, porque foi o relatório de uma Unidade que mandei seguir em termos de segurança, para ter e não largar a necessidade e a urgência de se investir na modernização dos paióis de Tancos. Esse problema, mais tarde, que é o que passei a dizer, trouxe-o na mochila para o Comando da Logística. Levantei-o em 2012 e, depois, ironia das ironias, deparei-me com ele em 2014 — já lá iremos, com certeza.

Mas houve uma perceção que tive na altura e, daí, o que disse no início: era bom e necessário perceber como ocorreu o furto aos paióis de Tancos. Isto porque a urgência de que falamos e é citada e a insistência nessa urgência, de facto, tem a ver com o reforço dos sistemas complementares de segurança aos paióis de Tancos.

Porém, aquilo que se criou no cidadão, logo após o furto, foi uma ideia errada. E eu tive oportunidade de testemunhar isso e de ouvir isso em conversas com pessoas civis que não tinham nada a ver com o Exército e que ficaram com a perceção de que os paióis de Tancos estavam abandonados. Isto é: não estava lá ninguém, havia um cadeado que fechava a vedação, o portão e que, de vez em quando, saía uma ronda de uma Unidade vizinha que

ia lá ver se os cadeados estavam fechados e voltava para o quartel e aí ficavam.

A ideia não é essa. Tenho a percepção de que... Tive, visitei... Era a minha preocupação e daí também vem a preocupação com as condições de habitabilidade dadas ao pessoal que estava de guarda. Os paióis tinham uma guarda e a guarda não fazia só a vigilância, fazia a vigilância, com o problema de não ter a facilidade dos sistemas de videovigilância, o que exigia um esforço adicional, e, para além da vigilância, guardavam os paióis. Portanto, a missão deles é a de guardar os paióis.

Falar-se em oito militares... Se me permite, talvez de uma forma simples para as pessoas perceberem, não só os Srs. Deputados... Como esta é uma audição aberta, é provável que haja cidadãos a ver esta intervenção, alguns deles militares, velhos militares, como já tive oportunidade de dizer, pessoas que se interrogam, mas também pessoas que nunca passaram pelo Exército. É bom perceber que uma guarda de oito militares não são oito militares, é uma força militar que lá está.

Para se ter ideia, direi que, quando hoje aparecem muitas notícias sobre a República Centro-Africana e se vê combates em Bangui com munições, com tiros, cada viatura que é filmada, as viaturas *Humvee* — as *Pandur* também estão lá agora —, integra cinco militares, sendo que um é condutor. Quem sai cá para fora e anda aos tiros, perdoem-me por falar assim, mas é para ilustrar bem a força, a capacidade militar que esta força pode ter... Portanto, é uma equipa destas que estamos a falar.

Estamos a falar de oito militares — são duas equipas — e de uma força militar dentro de uma rede de paióis... Sei que o ideal era ter os sistemas de videovigilância modernizados. Não foi por acaso que se iniciou um programa de investimento de 2 milhões de euros para modernizar os paióis de Tancos. Era preciso um sistema de videovigilância e um sistema de segurança mais moderno e não um baseado apenas no fator humano.

Agora, quem estava dentro dos paióis de Tancos, em termos de força militar... Julgo que, para alguém arriscar a entrar nos paióis de Tancos, sabendo que se podia cruzar com uma força militar deste tipo... Não seria de ânimo leve, digo eu. A sensação que há de urgência nossa, como militares, é tornar o sistema mais eficiente. Gastamos ali oito homens diariamente a fazerem rondas atrás de rondas, as médias seriam de 15 rondas por 24 horas, mais ou menos, não havia horários definidos para não haver rotinas definidas...

Há vulnerabilidades no sistema? Há. É uma área crítica? É. Os paióis deviam estar modernizados de alto a baixo? Sim. Mas dar a ideia de que tudo aquilo estava abandonado e de que ninguém queria saber dos paióis de Tancos, bom, não é assim, não é verdade.

Naturalmente, enquanto comandante da Brigada e até por respeito destas pessoas, destes militares, homens e mulheres... Quem fez serviço durante todos estes anos — vamos falar a partir de 2006 —, foram 11 anos até acontecer o furto... Onze anos serão cerca de, segundo as contas que fiz, na altura, 32 000 militares que fizeram ali serviço todos os dias, 24 horas por dia, sete dias por semana, e essas pessoas nunca tiveram um incidente, nunca houve um furto, nunca houve uma violação de segurança. Pode dizer-se: «Foi sorte». Não foi, a segurança estava lá. A mim, enquanto general, enquanto comandante da Brigada e, depois, enquanto comandante da Logística, essas pessoas merecem-me respeito. Demos-lhe essa missão e eles cumpriram-na.

Agora aconteceu este furto. Ainda não se sabe porquê, o que é que se passou, efetivamente, lá dentro e, de repente, acabamos todos — peço desculpa do calor que, às vezes, as minhas palavras possam ter — a dizer que aquilo era, de facto, uma brincadeira, que afinal eles iam para lá dormir, que não faziam nada, que não faziam segurança. Não! Eu não tenho essa ideia enquanto comandante de brigada. Comandei tropas paraquedistas,

comandei tropas comandos, tropas de operações especiais, de artilharia e as pessoas são sérias, os militares, os jovens militares são sérios. Custa-me, efetivamente, como general e como comandante da Logística... Uma das ideias que tinha, um dos objetivos que tinha, sinceramente — é evidente que isso teria de ser alinhado com o Comandante das Forças Terrestres que, funcionalmente, tutela a área da segurança —, era poupar efetivos que estavam escalados diariamente de serviço naquelas condições, o que não invalida que houvesse uma força.

O Sr. Deputado falou de um outro ponto: falta de efetivos. Efetivamente, é verdade. É uma situação que tem tendência a agravar-se e, provavelmente, este processo de Tancos ainda vem afastar mais possíveis voluntários para prestarem serviço no Exército. Deus queira que as coisas mudem, mas, de facto, ninguém gosta de pertencer a uma instituição que é alvo de tanta pressão e com uma imagem tão exposta, como o Exército teve.

Mas, dizia eu, a falta de efetivos faz-se sentir não diretamente no serviço diário dentro dos paióis de Tancos, não é bem isso que está em causa nas nossas Unidades, mas, sobretudo... Lembro-me — referiu, e muito bem — que houve... Enfim, este processo em si, o sistema de segurança dos paióis de Tancos não é perfeito, efetivamente não é nada perfeito.

Até uma determinada altura, a missão, e bem, porque é o correto, estava atribuída a apenas um Regimento. Isso era bom, era a melhor solução. E houve, no início disto, dúvidas sobre se era a Direção do Serviço de Material, se era a Escola Prática de Engenharia, que, na altura, era a unidadezinha mais próxima... Lembro que, na altura, as outras Unidades pertenciam à Força Aérea, a Base Escola de Tropas Paraquedistas e a Base Aérea estava em Tancos, hoje o Comando da Brigada de Reação Rápida... Portanto, a Unidade do Exército mais próxima era a Escola Prática de Engenharia e o que foi dado à Escola Prática de Engenharia foi a missão de

garantir a segurança dos paióis com um pelotão constituído pelos tais 44 militares que assegurava diariamente a segurança dentro dos paióis.

Depois, levantou-se aquela questão que, enfim, agora é marginal para aquilo que quero dizer, ou seja, se era um pelotão com o pessoal que vinha do Serviço de Material e reforçava a Escola, se era mesmo um pelotão da Escola. Mas o conceito era este. Estava ali sediado um pelotão com 44 militares que não fazia outra coisa senão a segurança aos paióis de Tancos.

Convenhamos que a segurança aos paióis de Tancos e em termos de escalas de serviço, normalmente, dentro do Exército e no Regulamento do Exército — essa é uma área mais técnica, enfim, quase de secretaria —, as escalas são feitas, no mínimo, com uma folga que exige, pelo menos, quatro militares numa escala, isto é, a cada quatro dias um militar pode entrar de serviço, abaixo disso já se entende que é um esforço desproporcionado.

Portanto, se olharmos para o efetivo de 44... Estamos a falar de um quadro orgânico. Se estavam lá 44 militares, ou não, é um outro problema, mas, em termos de planeamento, a missão foi dada a um pelotão. Significa que seriam 11, aliás, não seriam os 11 todos completos porque tem de haver sempre alguma folga, mas seria um efetivo diário permanentemente dentro dos paióis de Tancos de cerca de 10 pessoas, 10 militares.

Na altura, eu não estava ao serviço naquela região, não sei em concreto quais eram as normas, como é que era a feita a segurança, mas, se é um pelotão, se é um grupo de homens — na altura, seriam só homens — que assegura essa missão de segurança aos paióis de Tancos e eles estão dedicados àquilo, o que é que acontece? Daquele efetivo tem de sair todos os dias, de uma forma sustentada, que vai demorar um ano, dois anos, três anos, o tempo que for necessário... São aqueles homens que só fazem aquilo, e é durante a semana e aos fins de semana.

Portanto, do meu ponto de vista, não é a falta dos efetivos que transformam o pelotão de 44 homens em 8 homens que estão nos paióis, não.

O que acontece é que, de facto, a falta de efetivos veio obrigar a procurar outras soluções entre os regimentos que permitissem uma distribuição do esforço maior, isto é, para se «aguentar», para se alimentar este sistema de segurança com os 10 homens, os 8 homens, enfim, com um efetivo de cerca de 10 homens, todos os dias aos paióis de Tancos seria mais justo, mais equilibrado que esse esforço fosse partilhado pelas outras Unidades, porque todas elas estavam com dificuldades de efetivos. Isto em vez de ser apenas uma Unidade.

A questão da falta dos efetivos, particularmente, na Escola Prática de Engenharia vem um pouco neste sentido, a de que eles não teriam capacidade para, sozinhos, manterem este serviço de forma sustentada durante os anos que fossem... É um pouco nessa lógica.

Parece-me, se me permitem, que estar a comparar o pelotão de 44 homens com uma força, uma secção com 8 homens, neste caso, não é bem o que está a passar-se. Se compararmos 10 homens com 8 homens, faz a diferença? Faz alguma diferença...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Ou 44 com 32!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sim, exatamente. Ou indo por aí, indo por cima.

O que é que está empenhado naquele mês e o que cada Regimento garante? O que é que eles fazem? Tem de dedicar uma força, que é a mesma, os quatro sargentos, para que eles rodem diariamente durante 24 horas. É um pouco sobre isto que estamos a falar. Que não se crie a confusão de que, de repente, no Exército, houve alguém, que não é a Brigada de Reação Rápida — não estou a falar por mim mas pelos meus camaradas que, na altura, estavam em funções —, que disse: «Eh, pá!, não são precisos 44, bastam 8». Julgo que essa é uma interpretação que não é correta, na leitura que faço.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Tenente-General, em todo o caso, sabe se, efetivamente, em 2007 ou antes de 2007 estava, de facto, disponibilizado um pelotão de 44 militares para o serviço de segurança?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, eu, sinceramente...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Desculpe, Sr. Tenente-General, mas eu recordo-me da audição de um Sr. Coronel, comandante de uma das Unidades, que nos disse que pensava que este número podia figurar apenas no papel, isto é, podia nunca ter existido.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Já agora, para explicação, direi o seguinte: em termos do normativo do Exército... Não é assim em todos os ramos, os ramos têm designações diferentes. Nós não temos o mapa de pessoal, não temos aquele conceito do mapa de pessoal que é publicado com os diferentes...

A figura que utilizamos é a do quadro orgânico de pessoal. E, de facto, neste quadro orgânico, à partida, o somatório do quadro orgânico do Exército deve bater certo com o efetivo estrutural para o Exército e, depois, com os efetivos autorizados. Isso obriga a um corte, que é depois aplicado às estruturas orgânicas do Exército. Normalmente, as Unidades têm a tendência — e os comandantes, e bem — de, quando há alterações, de alguma forma, às suas missões, procurar replicar essas alterações na sua estrutura orgânica em alguns casos, e faz sentido. Há, de facto, esse rigor de «eu preciso de x efetivos para fazer esta missão».

A realidade é que, aprovado um quadro orgânico, no dia seguinte, não quer dizer que o quadro orgânico esteja a 100%, aliás, não há nenhum quadro

orgânico — talvez seja excessivo dizer que não há nenhum, nem nunca nem sempre, não se deve dizer isso —, mas é difícil, na situação atual de efetivos, dizer que há um quadro orgânico que está preenchido.

O que quero dizer, neste caso concreto de Tancos? Isto depende da ação de comando de um coronel, e eu também comandeí um regimento. Há missões, particularmente neste caso... Se há missões que exigem uma segurança de oito homens por dia numa determinada instalação, se esses homens saem do pelotão de guarnição e segurança e se eu não tenho efetivos porque preciso deles na Secção de Logística, na CCS (Companhia de Comando e Serviços), de serviço à guarda ou ao que seja, tem de haver um reajustamento interno para assegurar o efetivo necessário para se cumprir aquela missão de segurança. Isso é o normal acontecer.

Portanto, há de haver outro departamento do Regimento que vai ser penalizado pela exigência desta missão. Normalmente, é isso que acontece. A ponderação desse equilíbrio, desse jogo, dessa alocação de recursos onde eles supostamente fazem mais falta é uma das atribuições do comando de um Regimento, e não só, do comando de brigada, do que seja. Efetivamente, não se pode inferir que se aprova um quadro orgânico e o efetivo está lá. Não está! Não está, necessariamente! Pode levar mais algum tempo, mas é um bom argumento, é uma boa razão, é uma demonstração da necessidade que a Unidade tem para ter aquele efetivo em concreto.

Não sei se respondi?

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Tenente-General.

Na sua opinião e experiência como militar, acha que o efetivo de 8 militares, 8 a 10 militares, como já aqui referiu, mas os oito que sabemos que lá estavam, era suficiente, considerando a avaliação de risco potencial?

O Sr. General foi comandante da Brigada de Ação Rápida, foi comandante de Logística, foi Vice-CEME. Enfim, estamos perante um

sistema que visto de fora, por civis, neste caso pelos Deputados da Assembleia da República, pelo menos pelos do meu partido, é um sistema relativamente especial.

A responsabilidade pela execução da segurança era rotativa, entre quatro Unidades. Em Tancos, havia também uma Unidade gestora de material, que tinha as suas competências próprias, mas que não colaborava nesta questão direta da segurança ao perímetro. Há, também, um oficial de dia designado pela Brigada de Reação Rápida e que, naturalmente, tem as suas responsabilidades. Enfim, de certa forma, isto parece-nos ferir o princípio da unidade de comando, pelo que lhe perguntava se este sistema era eficaz e se era desejável, tendo também em conta que já ouvimos todo o tipo de respostas por parte de coronéis comandantes de Unidades, incluindo de camaradas seus, que nos disseram que estava longe de ser o desejável.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, volto a dizer, com toda a sinceridade — e já lá vamos, àquilo que eu estava a fazer relativamente a isto ou, melhor, àquilo que o Comando da Logística estava a fazer, porque não sou eu sozinho! —, que não é por acaso que se toma a decisão de aplicarem dinheiros públicos no investimento dos Paióis de Tancos. É porque, naturalmente, era exigível uma melhoria das condições do Paiol, sob o ponto de vista da segurança externa, para evitar aquilo que aconteceu, mas também da segurança física dos próprios Paióis, como por exemplo dos para-raios.

Antes de dizer o que fiz, porque julgo que vamos ter tempo para falar sobre isso, parece-me que seria importante voltar a dizer que é natural que as pessoas, quando são questionadas sobre o sistema de segurança... Obviamente que o Paiol foi assaltado, ou, pelo menos, que houve um furto no Paiol e ainda não se sabe muito bem o que é que aconteceu. Quem é a

pessoa que, em consciência, pode dizer que aquilo não tinha problema? Claro que tem!

Agora, e vamos ver se me faço entender, eu diria, como já foi aqui dito, salvo erro — não consegui ver todas as audiências! —, que os Paióis Nacionais de Tancos são um complexo de paióis. Isto já foi falado muitas vezes.

Há três tipos de paióis, completamente diferentes, que estão dentro deste complexo. Havia um conjunto de paióis que era administrado, ou gerido, pelo Comando da Logística, através da Direção de Material e Transportes (DMT) e da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que está em Benavente, a, pelo menos, cento e tal quilómetros de distância, e que geria este conjunto de Paióis à semelhança dos outros que estavam na sua dependência em Santa Margarida, em Alcochete e em Marco do Grilo.

Portanto, era uma Unidade que tinha visibilidade sobre os «paióis centrais», digamos assim, até porque são estes paióis que alimentam os paióis regimentais. Portanto, estes paióis só fornecem as Unidades... Não é para fazerem tiro uma vez, hoje, e amanhã voltam a... Não! As Unidades requisitam as suas necessidades, vão lá e levantam-nas de uma vez. Um paiol destes abre uma vez por semana, se tanto, dependendo do material, e a gestão é feita de uma forma integrada.

Paralelamente, dentro deste complexo de Tancos existe outro paiol que ainda é gerido por esta Unidade, de forma central, que é o chamado «paiol oficina». No fundo, idealmente — e era assim que estava nos procedimentos, pelo menos da informação que tenho do Comando — é neste Paiol que as Unidades se vão reabastecer, onde vão levantar as munições, os explosivos ou o que seja. Vão àquele paiol para não circularem dentro do complexo de paióis e, também, para não ficar visível de onde é que vêm as munições, que umas estão de um lado e outras estão do outro. Se há diferentes tipos de artigos, é tudo concentrado naquele chamado «paiol

oficina», para onde as munições são transportadas pelo pessoal que trabalha na dependência da UAGME dentro dos Paióis Nacionais de Tancos, que preparam as cargas, preparam aquele material para ser entregue às Unidades. Isto é a atividade de reabastecimento de munições, uma atividade do Comando da Logística, da DMT.

Depois, há o outro tipo de paióis, que são os paióis regimentais. Relativamente aos paióis regimentais, não vou revelar muito sobre o que eu tinha em Chaves, pois são matérias de que não gostaria de falar em público, mas são dependências que estão preparadas para acolher material explosivo, para evitar riscos não só de furto, mas, também, sobretudo de um incidente qualquer, pelo que têm de estar afastadas das zonas habitadas dentro de um quartel. É nesses paióis que se guardam...

Por exemplo, numa recruta, numa instrução, no aprontamento de uma força que vai para a República Centro-Africana, no que seja, há um calendário e um horário de tiro para fazer — é na segunda e na terça-feira que se vai fazer tiro — e as munições são guardadas naquele paiol. Portanto, esse paiol é aberto duas ou três vezes ao dia, sendo um nível de apoio próximo da Unidade, para servir as pessoas que estão dentro da Unidade. Enquanto os paióis da UAGME alimentam esses, ou seja, têm uma frequência de abertura e um movimento muito mais espaçado, estes são para consumo diário, digamos assim.

Ora, dentro do complexo dos Paióis Nacionais de Tancos, desde a sua origem... E, volto a dizer, na altura em que eles foram construídos, os paraquedistas ainda não estavam no Exército. O que é que aconteceu? Os paióis do Regimento, na altura Escola Prática de Engenharia, foram colocados dentro deste complexo. Provavelmente, admito eu, as pessoas também teriam essa preocupação, na altura, para a procura de sinergias, seja ao nível da segurança pessoal, seja ao nível dos investimentos, e conseguiram dizer «os 14 paióis ficam reservados para os paióis centrais e

estes quatro...» — na altura, se calhar, dois ou um, não faço ideia do que é que aconteceu! — «... ficam alocados à Escola Prática de Engenharia». Ainda por cima, era uma Unidade que se preparava para ter um papel dentro da segurança dos paióis. Estou a dizer isto porque é a leitura que sempre fiz.

É importante ter a destriça destes dois paióis e do modo como eles funcionam. O que é que acontece, particularmente neste caso dos paióis do Regimento de Engenharia n.º 1, que é uma Unidade distinta? E, volto a dizer, os militares que lá estão e que pertencem ao Regimento, encontrei-os também na República Centro-Africana, numa equipa de EOD (*Explosive Ordnance Disposal*), ou seja, de inativação de engenhos explosivos, é gente competente, gente preparada, mas a atividade do Regimento obriga ao manuseamento de explosivos...

Diria, quase, que, dos paióis regimentais este deve ser o que tem maior movimento. No meu ponto de vista, pela própria missão do Regimento, devem ser estes os paióis que têm maior movimento, pela atividade, pelos cursos de EOD. Enfim, os comandantes do Regimento de Engenharia estiveram aqui... Nunca tive o Comando do Regimento de Engenharia na minha dependência, mas, de qualquer maneira, a atividade que eles desenvolvem, seja de instrução, seja operacional, quase que apontará para aí.

Ora, esta ligação entre os dois paióis não é a mais saudável em termos de segurança ou de um dispositivo de segurança. Efetivamente, nas opções de investimento, viria a ser um tema a discutir novamente, mas, havendo capacidade de armazenagem de munições naquele local, não é muito sensato estar a construir novos paióis para tirar os paióis de dentro daquele complexo. Poderia haver ali uma melhoria, uma modernização daqueles paióis, sobre o acesso, o controlo de acesso e a divisão das áreas internas, para não levar ao ponto de construir os novos paióis.

Agora, o que é que se passa? Sendo diferentes tipologias de paióis, há aqui uma coincidência que não deixa de levantar alguma interrogação e que

é o facto de... Volto a dizer isto, mas não quero estar a criar mais uma teoria do que é que se passou em Tancos! Porém, não deixa de ser, no mínimo, curioso ou intrigante que os paióis assaltados são dois dos mais movimentados, são paióis regimentais, do Regimento de Engenharia; a guarda ao complexo de paióis estava atribuída a este Regimento de Engenharia; e, supostamente, há um antigo militar, que está detido — segundo consta na revista *Sábado*, porque eu não tenho acesso ao processo, nunca tive nem quero ter, só no final, quando as coisas estiverem esclarecidas — supostamente, de acordo com uma história mirabolante, e que terá dado informações a um tio que, ao que parece, era bandido!

Quer dizer, é uma história demasiado estranha, mas julgo que não há dúvida de que há ali um alinhamento de coincidências e, indo à sua pergunta, isso leva-me a mim, enquanto General, sabendo o que é uma força militar, sabendo que estão armados, têm o selo no carregador, não têm o selo no carregador... O selo no carregador tira-se na hora, mas não estou a ver muito bem como é que há alguém que tenha a coragem de se meter numa área militar guardada por oito militares armados, que podem disparar, podem abrir fogo, e que entrem lá dentro assim, com carrinhos de mão... Quer dizer, não consigo perceber muito bem isto!

É por isso que digo que vale a pena, e é necessário, perceber exatamente o que é que se passou, para se perceber o que é que falhou, efetivamente. Agora, não há dúvida de que 20 horas sem rondas é inaceitável. Não pode! Mas porque é que não houve rondas?! Também não quero julgar antes de perceber o que é que se passou. Não fizeram rondas porquê? O pessoal estava cansado? O pessoal tinha vindo dos fogos florestais? Tinham vindo do rescaldo? Tinham estado quatro dias fora e quando chegaram ali quiseram ir dormir? Foi isso? Foi outra coisa? Não há descuido mas há dolo? Isso seria uma situação completamente diferente...

Portanto, é evidente que, sem se perceber exatamente o que é que se passou, as pessoas têm dificuldade em dizer que o sistema de segurança falhou, a videovigilância não era importante... Na segurança é tudo importante!

Volto a insistir... Não posso... Assumi essa responsabilidade logo na primeira hora! Se há algum erro que eu possa ter cometido foi o de não ter avaliado a capacidade que uma força de oito elementos tem dentro dos paióis de Tancos. Se, porventura, eu pensasse que aqueles homens e mulheres não tinham capacidade para cumprir a sua missão de guarda aos paióis, teria de pedir medidas extraordinárias de imediato, dizendo: «Feche-se isto, peça-se um crédito específico, vamos já a correr, reforce-se isto...». Ora, quando isto não aconteceu é porque as pessoas...

Os Srs. Deputados tiveram acesso a toda a informação disponibilizada e, daquilo que me lembro, nunca vi... Vi queixas de que os sistemas de videovigilância estavam avariados, mas, efetivamente, nunca vi um sargento da guarda... Aquilo que digo é que fizeram lá serviço 32 000 militares, que são profissionais, e nunca vi nenhum deles... Desses 32 000, aconteceu isto nestes oito... Tem de se ver, tem de se perceber, tem de se ter a cabeça fria, tem de se punir, tem de se investigar, tem de se saber o que é que se passou em concreto. Mas o que nunca vi escrito foi que havia gente a menos nos paióis ou que eu não tenho o pessoal de que preciso para garantir esta segurança! Pelo menos, não tenho esse reporte!

Agora, isto não quer dizer — e claro que, como comandante de Brigada, isso me incomoda, e foi por isso que lá fui! — que não soubesse que era um esforço que estava a ser pedido, porque era uma responsabilidade grande, e que estava a ser feito ao nível do pessoal de serviço, seja do sargento, do cabo ou do soldado, nas rondas que estavam a fazer... À noite, em Tancos faz frio, às vezes está a chover, em situações...

Se calhar, com os recursos que tem e com aqueles que tem a obrigação de procurar, desde que lhos deem, o Exército conseguiria encontrar um sistema mais eficiente que, de alguma maneira, poupasse mais as pessoas que lá estão, independentemente da força militar. Ela tem sempre que existir, dentro dos paióis com estes oito homens, fora dos paióis, mas tem de estar preparada para intervir se houver alguma asneira. Não vamos ficar à espera que venha a PSP ou a GNR para fazerem a segurança e afastarem, entre aspas, quem entra nos Paióis de Tancos, não é!? Digo eu.

Este é o pressuposto que, julgo, tanto eu como os meus camaradas sentimos. Por um lado, olhar para os Paióis de Tancos e dizer assim: «Isto não tem condições de modernidade, isto não são os paióis de um País da União Europeia.» Mas, permitam-me o desabafo, vou à base de Tancos, onde está o Comando da Brigada de Reação Rápida, e as condições estão à vista!

Também posso dizer que o sistema baseado na componente humana é um sistema de há 50 anos. Pois, a pistola Walter tem 50 anos! A G3 tem 50 anos! Quer dizer, nós vamos vivendo. Lamento estar, de alguma maneira, a pôr algum calor nisto, mas lamento profundamente, porque as pessoas são extremamente generosas. A responsabilidade é nossa e eu, que sou General, não a nego. Fui Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e não a nego, nem posso negar, e tenho esse compromisso, não é com o Chefe do Estado-Maior do Exército e com o Sr. Ministro — obviamente que o tenho —, mas é com quem comando. E tenho, de facto, esse compromisso, essa noção das condições difíceis por que as pessoas estão a passar, quer ao nível do paiol de Tancos, quer a outros níveis do dispositivo. Enfim, não posso agora consumir todo o tempo a falar disso, mas estarei, naturalmente, disponível para responder a perguntas dessa natureza.

É evidente que houve falhas daqui e de acolá, houve todas as falhas, houve processos de averiguação que foram levantados, mas nós, em termos de comando e de generais, assumimos essa responsabilidade. Eu, na altura,

assumi-a e disse: «Atenção que, se, efetivamente, o assalto, o furto se deu porque havia uma avaria no sistema de videovigilância e porque as redes que cercavam os paióis estavam com ferrugem, eu tenho que sair, de imediato!» Mas falta saber se foi por isso! Se me disser que isso favoreceu porque havia uma ideia das fragilidades nos paióis de Tancos... Com certeza! Só que falta saber quem é que lá entrou e como é que entrou; se entrou pelo buraco da rede, se entrou pelo portão, pela porta principal, se entrou de paraquedas, como é que entrou, porque isso ainda não está demonstrado, e porque é que ninguém o detetou.

Lamento dizer isto, já de seguida, mas volto a dizê-lo: eu vivi três anos e meio em Tancos, tinha linha de vista com os Paióis. Eu não poderia entrar na minha Unidade sem olhar para o lado e ver as luzes à noite. Ali não há uma estrada pública.

Se os paióis de Tancos estivessem em Chaves, Regimento que eu comandeï, com muito gosto e muita honra, onde estão encostados à via pública, onde passam pessoas junto ao muro do quartel, onde há viaturas que param, buzina, onde há barulho... Em Tancos não há nada disso! Os paióis de Tancos estão implementados numa zona que está isolada, à noite é um breu, só há as luzes do paiol.

Uma viatura encostar-se à rede sem que ninguém tenha reparado?! Até eu, que estava mais longe, reparava! Até pode ter acontecido, atenção! A investigação está a correr e quem sou eu! Mas custa-me. Segundo a revista *Sábado* isto aconteceu assim — carrinhos de mão e tal... — e a gente vai nisto e diz assim: «Pronto, isto aconteceu tudo assim!»

Eu não posso dizer, de forma alguma, que não aconteceu assim, se calhar até foi assim que aconteceu — passou-se alguma coisa, a rapaziada estava com auscultadores, a fazer jogos, não faço a mínima ideia —, mas tenho, efetivamente, dificuldade em dizer, automaticamente, que porque não havia sistema de videovigilância deu-se o assalto!

Por outro lado, bem sei que o sistema de videovigilância já devia ter sido substituído em 2000, mas há coisas que também devem ser questionadas no contexto, não é só olhar para o paiol de Tancos. É preciso ver a envolvente, seja ela um bocadinho mais alargada, seja a nível político, do que está a passar-se no Exército nesta fase.

Mas pergunto eu: as câmaras de videovigilância estavam montadas em todo o perímetro do complexo de paióis? Sim ou não? Os sistemas de videovigilância tinham a possibilidade de detetar movimentos à noite? Sim ou não?

Há aqui um conjunto de fatores, de questões, que devem ser ponderadas. Percebo que haja uma dificuldade por parte das pessoas, por parte do cidadão, que merece também a nossa maior consideração, que dizem: «Como é que isto se passou?! Isto não deveria ter acontecido, é impossível que isto se tenha passado!»

Era o que eu dizia no início: eu não tenho desculpa do que aconteceu. É verdade. Mas não é de ânimo leve. Não passe a ideia de que ninguém queria saber daquilo e que aquilo estava abandonado — se calhar eu já estou a falar demasiado, se calhar já ultrapassei o tempo de que dispunha —, mas o que é que estava agora em causa, o que é que se iria agora fazer, qual era o conceito que nós tínhamos?

Eu vivi este último ano à volta disto, este foi o pior ano não só da minha carreira, mas da minha vida, no meio de tanta suspeita e de tanta intriga!

O que é que estávamos a fazer? Em 2014, eu saí para o Comando da Logística, a convite do Sr. General Jerónimo, que foi o Chefe do Estado-Maior que me promoveu e me convidou ao desempenho das funções de comandante da Logística e não outras. Eu nunca pedi nada a ninguém, em termos de funções; aquelas que ele me deu foram aquelas que assumi, e um dos aspetos que eu levava, que pus na minha «mochila» — de que não me

esqueço, porque eu estava na Brigada de Reação Rápida, fiz os aprontamentos para o Afeganistão, enfim, para aquelas operações todas e não me esqueço do pessoal que fica atrás — era Tancos. Trouxe o problema de Tancos comigo. E o problema de Tancos ia ser resolvido? Ia, sim senhor, e começou a ser resolvido. Mas é em dois dias que a gente resolve aquilo? Não!

Há outra imagem que foi mal passada, e lembro-me disso, porque até me doía: «Ninguém reparou que o sistema de videovigilância é uma coisa simples? Não havia 90 000 € para resolver isso?». Não, não é uma coisa simples, são dinheiros públicos e nós temos de fazer ali um trabalho, uma intervenção com coerência e que dê, efetivamente, o grau de confiança e modernidade que uma instalação deste género deve ter. Portanto, o que nós fizemos de positivo — e não estou a dizer «eu fiz», estou a dizer «nós fizemos», o Comando da Logística, a Direção de Infraestruturas, enfim, e a DMT, todas as pessoas que trabalharam comigo — foi, em primeiro lugar, perceber a ideia, que é esta: jamais podemos adiar o investimento nos Paióis Nacionais de Tancos. Eles têm que ser modernizados.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Em 2014?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Em outubro de 2014.

Mas, como os Srs. Deputados percebem, em finais de 2014 os orçamentos estavam aprovados, os planos de atividade estavam aprovados, tudo estava montado para seguir. Eu ainda apanhei — nós, na altura — o plano de atividades para a Engenharia, o plano de obras, as intervenções para o ano de 2015 mas, efetivamente, não estava lá uma intervenção nos paióis de Tancos. Não estava, nem havia, efetivamente, verba alocada a este programa e a esta modernização.

O problema era conhecido. Isto porque não é preciso que existam relatórios para que se conheça o problema! Dispensar qualquer relatório, eu conheço, estive lá dentro dos paióis de Tancos, sabia disso, não era preciso relatório.

O que vamos fazer? Em primeiro lugar, é preciso encontrar uma fonte de financiamento. Os serviços de engenharia disseram-me logo: «Meu General, isto vai ser uma intervenção pesada, vai ser mais uma...». Mais uma intervenção de fundo a somar às outras que estavam programadas no quadro da reestruturação do dispositivo do Exército, quer em Lisboa, quer a nível do País, na Reforma 2020; quer com intervenções urgentes, que não eram a nossa prioridade.

Lembro-me de o General Jerónimo, na sua maneira de ser, como comandante de tropa, virar-se para mim e dizer: «Eh pá, ó Serafino, desculpe lá, mas isso não é prioridade para mim». E eu respondi: «Ó General, mas não temos alternativa, temos que recuperar isto»... Havia o risco de colapso de uma parte da estrutura do edifício do Palácio Vilalva, em Lisboa, e a Câmara Municipal de Lisboa tinha avisado que teríamos de tomar medidas, senão multar-nos-ia. É evidente que se tratava da segurança pública e a estimativa do custo dessas obras era de 1 milhão de euros!

Enfim, tínhamos de avançar e avançámos, resolvemos esse problema, pois a segurança dos cidadãos está em primeiro lugar. Portanto, não havia volta a dar, não era uma questão de prioridade, tinha de se intervir e fizemo-lo.

Mas nós tínhamos de encontrar uma fonte de financiamento e definimo-la. Essa fonte de financiamento seria difícil, como é sempre e os Srs. Deputados têm essa noção, julgo eu. Posso assumir essa responsabilidade e com certeza que a assumo. Falei e discuti isso com o General Chefe. O meu General não podia pegar na pasta, metê-la debaixo do braço, ir ter com o ministro e dizer-lhe: «Olhe, dê cá 2 milhões de euros que

eu preciso de investir!». Não é assim, as coisas não funcionam assim. Portanto, há aqui responsabilidades internas.

O que é que nós entendemos e o que é que foi definido?

Tínhamos encontrado o financiamento antes de eu ter chegado ao comando da Logística, pelo Sr. Ministro em funções em 2014, para resolver um problema que também era um problema sério, não sob o ponto de vista da segurança, mas sob o ponto de vista de dinheiros públicos, que era a transferência das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, da Ajuda para Benavente.

No fundo, e de alguma maneira, foi uma opção que foi tomada antes: primeiro, num projeto de transferência que apontava para um valor na ordem dos 36 milhões de euros, salvo erro; depois, teve de fazer-se reajustamentos. Não se fez uma expansão dos Paíóis, reconverteram-se algumas das áreas, mas o projeto final, que quando eu cheguei à Logística basicamente já estava feito, apontava para um investimento na ordem dos 13 milhões de euros que, com IVA, daria 16 e qualquer coisa milhões de euros.

O certo é que, da leitura que fizemos do estado do mercado da construção civil na altura, fazendo aquelas obras em concursos públicos, com cadernos de encargos efetivamente apertados, iríamos conseguir gerar economias que seriam suficientes para investir num programa de modernização dos paióis de Tancos e de Santa Margarida.

Portanto, o caminho foi feito nesse sentido. Nós estávamos em plena troica. Os cidadãos e todos nós sentíamos no bolso o problema da crise, portanto, era nossa responsabilidade gerir da melhor maneira os dinheiros públicos.

O que é que se passou aqui, com essa responsabilidade...? Porque isto não foi ninguém que me veio dizer, a mim ou ao General Jerónimo: «Ah, não, não há dinheiro para isso!»? Nós, internamente, e com essa consciência que tínhamos — e aí vem a minha responsabilidade — de que os paióis não

estavam abandonados, tinham fragilidades, mas não estavam abandonados, decidimos que iríamos deixar passar 2015, gerar as economias possíveis num programa de 13 milhões de euros em concursos públicos, para começar a investir logo em 2016 na modernização dos Paióis. E foi isso que aconteceu.

Poderia não ter sido em 2016, pois, se calhar, seria mais correto fazer um projeto global, juntar todo o dinheiro e depois fazer um concurso público completo para a modernização de uma ponta à outra dos paióis. Mas não. Fomos e lançámos o início do programa de modernização dos paióis de Tancos, através da substituição da vedação, logo em 2016, correndo, até, alguns riscos, nessa perspetiva da contratação pública. Pronto, foi isso que fizemos.

E, repare, na coincidência — isto não foi propositado, mas aconteceu, eu até nem sabia, na altura, qual era a história dos paióis de Tancos —: neste relatório está referido que a primeira reunião para a construção dos paióis de Tancos foi em 1984; o início das obras foi em 1986. Por acaso, nós, sem querer, foi uma coincidência, começámos os trabalhos em final de 2014, outubro de 2014, estivemos um ano à espera e arrancámos com a obra em 2016. Portanto...

É evidente que pode dizer-se que poderíamos primeiro ter substituído a videovigilância. É verdade, mas a recomendação dos serviços de engenharia, que são serviços especializados, dizia que podia acontecer dessa forma, só que seria dinheiro deitado ao lixo, não em relação às câmaras propriamente ditas, mas no que respeita à estrutura da cablagem dos paióis.

E como os Srs. Deputados também leram no relatório, estamos a falar de 2700 m de perímetro dos paióis. Se repararem e tiverem a curiosidade de ler, nas fotografias que tiraram à rede nova e à rede velha, veem que há uma diferença, porque a rede nova está apoiada em cima de um murete de betão, com uma altura baixa, em que a rede não encosta à terra e, portanto, não corre o risco de enferrujar, fica muito mais seguro relativamente ao problema

— que causa algum riso mas, enfim, é o que é — de poderem entrar animais, porque fazem um buraco e passam por debaixo da rede — animais ou mesmo a existência de uma infiltração. Portanto, este modelo, com um muro de betão onde a rede fica apoiada, é mais seguro. Só que para que o material não se degrade tem de se fazer o que também foi dito, que são umas caixas, umas condutas blindadas...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Armadas!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Blindadas, enfim, não sei, a engenharia é que sabe disso, mas eles falavam mesmo em «blindadas», por causa dos ratos. Isto para se fazer toda a estrutura de ligação e de distribuição de fios dentro do paiol.

Portanto, o que fazia sentido, do ponto de vista do projeto, era fazer primeiro a obra de construção civil — a vedação, toda a infraestrutura base — e, depois, em cima disso, montar-lhe a estrutura de videovigilância, de uma forma definitiva.

Isto era o que estava programado. Começou a ser feito em 2016, estava para ser continuado em 2017... Mas deu-se o episódio de Tancos em junho e todo esse projeto foi suspenso e orientámo-lo para Santa Margarida.

Não sei se respondi...

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr. Tenente-General, acho que a contextualização que aqui nos traz é importante, é fruto da experiência e resulta, justamente, dos contributos e do valor acrescentado que consegue trazer a noções que nós vamos lendo nos relatórios e vamos também ouvindo e colocando, naturalmente, em confronto e em perspetiva comparada com outros oficiais das Forças Armadas que aqui vêm ou que aqui ainda virão.

Em relação ao projeto SICAVE, Sistema Integrado de Controle de Acesso e Videovigilância Eletrônica, que, a partir de 2015, foi integrado neste projeto do Exército, queria colocar-lhe algumas perguntas: qual era o grau de complexidade do projeto? Qual era o seu orçamento, a sua fonte de financiamento — talvez adviesse da Lei de Programação Militar? Desde quando existia o projeto SICAVE? Que entidades estavam envolvidas na sua conceção, no seu desenvolvimento e quem definia as prioridades de implementação e os critérios que precediam essa definição nas diferentes instalações das Forças Armadas?

No período de 2015 a 2017, três anos, segundo o documento *Tancos: Factos e Documentos*, o total de investimento em Tancos e em Santa Margarida foi de aproximadamente 1,7 milhões de euros, na sequência de um despacho de concordância prévia do Sr. Ministro, atendendo ao volume da despesa envolvida, despacho esse de 5 de junho de 2017.

Creio que podemos concluir, baseado naquilo que o Sr. General nos foi informando, que antes de o furto de Tancos ter ocorrido se tinha, de certa forma, começado a investir na modernização destas instalações e na correção de uma falta de condições crónica que nós também constatámos, desde o início do milénio, com a falta de investimento nos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, sobre o projeto SICAVE, naturalmente, há uma noção.

Independentemente do nível de investimentos e de disponibilidades orçamentais que o Exército possa ter, é natural que as próprias Unidades vão procurando abrir caminho e, elas próprias, procurem soluções sob o ponto de vista da videovigilância, até para mitigar, de alguma forma, as dificuldades que têm em pessoal. Volto a dizer que não se trata de dificuldades que têm em pessoal para estar uma pessoa a fazer um posto de

sentinela ou um serviço da guarda, é para conseguirem esse serviço de uma forma sustentada durante uma ano inteiro, dois anos, três anos, o que seja. Portanto, é natural que vão procurando essas soluções.

Por outro lado, estamos no século XXI e é óbvio que há uma necessidade que o Exército vai acompanhando. O Estado-Maior do Exército, a nível da Lei de Programação Militar, tem feito um trabalho notável relativamente à investigação e desenvolvimento, em conjunto com a Academia Militar, no CINAMIL (Centro de Investigação da Academia Militar), para reforçar esta componente tecnológica que é indispensável ao Exército, sendo certo que as prioridades, normalmente, são sempre dadas à componente operacional, o que se percebe, à nossa «rapaziada» — homens e mulheres — que está no Afeganistão. Enfim, os Srs. Deputados sabem disto.

Todavia, o dispositivo é uma componente, sempre foi historicamente, determinante para o Exército e, portanto, é natural que ao nível local, ao nível das Unidades, haja, desde há muitos anos, procura de novas soluções, de soluções designadamente de videovigilância. Hoje estão mais acessíveis, já as há nos condomínios. É mais uma questão da proteção de dados, da privacidade das pessoas.

O certo é que a determinada altura — e eu aí não estava ainda no projeto, no Estado-Maior — há necessidade de dar coerência a um projeto de reforço da segurança dentro das Unidades e Estabelecimentos do Exército relativamente à videovigilância, até para haver uma maior centralização. Não é por mera vaidade dos serviços centrais do Exército, da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, mas porque é o correto, é o caminho correto.

Refiro por exemplo, sem cometer nenhuma violação da segurança, os bancos, cujo sistema de vigilância de praticamente todas as dependências está ligado a um sítio onde há a tal sinergia de recursos humanos que

conseguem ter a monitorização de tudo o que se passa no dispositivo e alertar, neste caso, a PSP ou uma força da GNR do local onde toca um alarme, ou uma coisa qualquer.

Portanto, o que faz despoletar este programa em 2015, no fundo, é um bocadinho a perceção desta necessidade de disciplinar, de alguma forma, as soluções que as Unidades poderiam vir a implementar por iniciativa própria e tentar pôr ordem na casa, digamos assim. Então, toma-se uma decisão *top-down* no sentido: «Atenção, que isto vai correr assim.»

Não sei se é por aí ou não mas, talvez com este desejo de investimento na modernização dos paióis de Tancos e de Santa Margarida, o problema ganhou maior visibilidade, o que levou efetivamente o General Chefe, já o General Rovisco Duarte, a fazer um despacho onde regula os termos — julgo que esse despacho é do conhecimento dos Srs. Deputados — em que se deve desenvolver o projeto SICAVE.

Este projeto, à partida, tinha já, na última revisão, alguma coisa, uma linha e algum investimento para a sua implementação, mas dada a abrangência do projeto em si face àquilo que é o dispositivo do Exército... Digo isto da abrangência mas não quer dizer que o dispositivo do Exército seja muito grande, pode ser muito grande ou muito pequeno, tudo depende daquilo que queiram, pois há zonas do interior em que, se calhar fazia jeito ter lá um Regimento, mas é o dispositivo que é... Face a esse dispositivo, dizia eu, é evidente que há uma necessidade maior de investimento, e esse é um problema que o Exército tem.

Portanto, em 2016, quando o Sr. General Chefe fez esta diretiva, tentou agregar, dar força ao projeto e alavancá-lo para a sua concretização. De facto — por curiosidade também, que acho que não vem na fita do tempo do relatório —, ele é publicado em 2016, creio, não me lembro bem mas tenho aqui o despacho, e registei que há uma primeira reunião nos paióis de

Tancos com a equipa de implementação do projeto SICAVE em novembro de 2016.

Precisamente, já estavam obras a decorrer, mas a tal análise daquilo que eu dizia, ou seja, que primeiro tinha de se fazer a infraestrutura base e depois, então, montar os sistemas eletrónicos, a tecnologia nessa estrutura base, foi uma equipa que integrava elementos do CFT, da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, da Direção de Infraestruturas e do Estado-Maior que foi fazer esse reconhecimento. E, como foram a Tancos, também foram a outras Unidades. Foram a Tancos e a Santa Margarida, aos paióis.

Portanto, basicamente, a medida está aí. Não é este despacho de 2016 que cria o projeto, mas, no fundo, ele tem o mérito de lhe dar mais força. É que normalmente o que se passa com os projetos do Exército, da Lei de Programação Militar, é que são projetos construídos já há uns anos a esta parte.

Antigamente, há 20 ou 30 anos, olhava-se para a Lei de Programação Militar e era meramente aquisição de material. No «andando» do tempo, há necessidade de ter estes chamados planos de implementação de capacidades, em que se integram os diferentes vetores de desenvolvimento das capacidades seja de pessoal, de formação, de treinos, de infraestruturas, de material. Tudo isso se integra num plano de implementação de capacidades e o SICAVE, no fundo, vem dar mais força a um plano de implementação de capacidade para este âmbito.

Entretanto acontece Tancos, as coisas mudaram substancialmente. O impacto foi muito grande dentro da estrutura. Foi um processo doloroso, como disse, que levantou muitas questões, mas eu diria que havia uma ideia para dar força e andamento ao projeto SICAVE, que era avançar já, até 2022/2023, salvo erro, apontando para um montante de cerca 12 milhões de

euros, aproveitando as verbas que estavam inscritas na Lei de Programação Militar antiga.

A partir daí, eram verbas a inscrever nesta revisão da Lei de Programação Militar, que não sei em que ponto está e quais os investimentos previstos, mas era a partir daí.

Portanto, nesta fase, havia quase um compromisso de que o próprio Exército iria alocar verbas, e pedia junto do Governo um reforço de verbas para a concretização do projeto SICAVE. Basicamente é isto. Podia estar aqui a consultar os papéis mas era isto que gostaria de dizer.

Não sei se respondi a tudo mas creio que sim.

O Sr. **Presidente**: — Passava agora ao Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral, nos mesmos termos.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. General, muito obrigada pelas informações que trouxe aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Berta Cabral, permita-me que a interrompa para dar um esclarecimento aos Srs. Deputados.

A audição do Sr. General Serafino foi requerida apenas pelo PS. Em conformidade com o acordado, começa o partido requerente e segue-se a ordem normal. Só quando um depoente é requerido por vários grupos parlamentares é que se procede à distribuição subsequente. Foi isso que foi acordado, conforme me informam os serviços.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, queira continuar.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Aproveito para cumprimentar o Sr. General e agradecer as informações que nos trouxe até aqui, que são muito

úteis e tivemos oportunidade, de uma forma bastante mais abrangente do que o habitual, de percebermos a sua visão sobre este incidente de Tancos.

Queria contextualizar esta Comissão de Inquérito e dizer-lhe que ela não tem a preocupação nem a permissão para fazer qualquer tipo de investigação criminal mas apenas procurar o apuramento das responsabilidades políticas e os contornos políticos em que tudo isto se passou.

Feito este esclarecimento, que julgo que é importante, gostaria de começar por dizer que tomámos boa nota do seu percurso militar, e, dentro desse percurso, naturalmente que o Sr. General, tendo sido, nestes últimos anos, Comandante da Logística, durante o tempo em que se passou esta questão do furto em Tancos, e depois Vice-CEME, seria absolutamente razoável e expectável que, acontecendo a exoneração do General CEME, fosse designado e nomeado Chefe de Estado-Maior do Exército. Aliás, tinha acabado de ser condecorado pelo Sr. Presidente da República e, portanto, essa era uma situação que qualquer um de nós esperaria.

Portanto, o que gostava de lhe perguntar é o seguinte: em sua opinião, a que se deveu a escolha de um outro General, mais moderno, para Chefe de Estado-Maior? Na sua opinião, há razões de natureza política por detrás dessa escolha e para o facto de ter sido preterido?

Não podemos esquecer que o próprio General Rovisco Duarte, quando pediu a exoneração, assumiu frontal e claramente que tinha pedido a exoneração por falta de condições políticas.

Portanto, a questão que lhe queria colocar era esta: pediu a exoneração porque, como se diz na linguagem militar, foi ultrapassado pelo General Nunes da Fonseca, e isso fez com que deixasse de ter condições políticas para se manter no ativo?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr.^a Deputada, é uma pergunta difícil, mas eu digo de forma clara e objetiva: saí por uma questão ética, como fiz sempre ao longo da minha vida militar, e não por dizer aquilo que parece bem, mas é assim.

Sobre isso gostaria de dizer o seguinte, e foi público: o General Fonseca, o novo Chefe de Estado-Maior do Exército é um homem competentíssimo, não está em causa como pessoa, e mereceu da parte do Conselho Superior do Exército — que é constituído por todos os tenentes-generais do Exército, no Exército e fora do Exército, inclusive na GNR — a aprovação, com um voto, um parecer favorável por unanimidade.

Sr.^a Deputada, escuso de dizer que eu estava lá sentado. Aliás, eu estava a presidir, em substituição, a esse Conselho.

Sinceramente, são questões do foro ético, do foro pessoal e nestas alturas temos de perceber o que é que é mais importante e o que é que está em causa. De facto, percebo e tenho de assumir essa responsabilidade, que isto tem um passado. Fui Vice-Chefe do General Rovisco Duarte, que é um homem honesto, íntegro e competente, que passei por um processo que digo que foi o mais difícil da minha vida, por ironia, quando ocupei o lugar mais elevado da minha carreira. Não lhe perguntei se para ele também foi ou não, mas não terá sido fácil.

Não tenho nada de pessoal com ele, mas eu também não posso de forma nenhuma — e percebo isso — desvincular-me de que fui o n.º 2 do General Rovisco Duarte.

Os entendimentos e desentendimentos que nós tivemos ficam no sítio onde têm de ficar. Publicamente, para o Exército, eu dei a cara. Claro! Se me perguntar se fui Vice-Chefe e por que é que o fui digo-lhe que não havia alternativa, eu era o único general de três estrelas que o Exército tinha na altura e isto também me leva ao seguinte ponto: aqui há uns anos, nos anos

80, na construção dos paióis de Tancos, se calhar eram 20 generais de três estrelas ou um número próximo desse, hoje somos quatro.

Portanto, sair um general tem um peso grande e não é de ânimo leve que se deixa e se termina a carreira militar. Não quero com isto dizer que não tenho a consciência daquilo que se passa com os nossos cidadãos. Hoje a passagem à reforma de um cidadão, funcionário público mas não só, acontece cada vez mais tarde, pelo que não é de qualquer maneira que um general ou um militar sai para ir para casa. «Eu não vim para casa porque tinha aqui uma alternativa, tenho aqui um emprego, vou fazer isto...». Não, continuo disponível para o exercício de funções públicas, se assim for entendido, sendo certo que, ao tomar a decisão de sair, a lei me obriga a estar quieto um ano. Eu não posso pedir para voltar para a efetividade de serviço ou sou chamado ou não sou chamado.

Dito isto, e voltando ao tema do Vice-Chefe, eu não posso de forma alguma, sob o ponto de vista formal e institucional, descartar-me da ação que o General Rovisco Duarte tomou e tenho de ser solidário com ela — sou e tenho de assumir essa responsabilidade — porque quando eu dei o passo em frente e fiquei como Vice-Chefe tenho essa responsabilidade, é uma questão ética que está comigo.

Se correu tudo bem ou não é outra questão. Mas quando se chegou ao ponto a que se chegou e o General Rovisco Duarte saiu naquela altura, podia ter saído mais cedo, podia ter-se ido embora... Há todo um processo à volta deste e é natural que eu também pense que, de alguma forma, estou vinculado... Mas a lei atribui ao Sr. Ministro, ao Governo e ao Sr. Presidente da República a nomeação, o processo ou a possibilidade que há de escolha do General que substitui um Chefe está definido por lei.

Não vou partilhar a conversa que tive com o Sr. Ministro, devo-lhe essa deferência, foi um homem extremamente correto — pessoalmente foi cinco estrelas —, mas avisei-o logo desde o início que se a melhor solução

para o Exército não passasse por mim que fosse, mas se for a melhor solução para o Exército e aí era eu o primeiro a dar o passo em frente e a apoiar essa solução.

É natural que a solução que foi encontrada — e é isso que eu desejo ao General José Fonseca, disse-lho pessoalmente e também tenho as provas da maior consideração do atual Chefe do Estado-Maior do Exército... Tive o cuidado de acertar com ele a saída de funções por uma questão ética, porque ele é mais moderno do que eu e eu fui ultrapassado... Eu e outro general fomos ultrapassados, mas não é a primeira vez que isso acontece, pelo que, no meu entendimento, temos de dar espaço, tem de ser o novo Chefe a comandar o Exército, não pode ser o Vice-Chefe — e Sr. Deputado agradeço as suas palavras e o reconhecimento que me fazem e que outras pessoas fizeram — a estar por trás a dizer: «É assim, não é assim»! Não, ele tem de voar e tem de voar sozinho, logo eu tenho de sair e tenho de saber retirar-me.

Assim, a atitude e a resposta do Sr. General Chefe logo na altura à posição que eu tomei foi acertada de forma a causar a menor turbulência possível na missão do Exército e é assim que deve ser, institucionalmente é assim que deve ser. O General Fonseca assumiu as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército e eu desejo-lhe as maiores felicidades e os maiores êxitos para ver se tudo isto entra nos eixos.

Agora, diferente seria não ter havido o caso de Tancos e chegar a altura para ser substituído, rendido, eventualmente, se o General Rovisco Duarte fosse, se eu era ou não era, isso era uma situação diferente. Neste contexto, do caso de Tancos e com a particularidade daquilo que aconteceu, aproveito esta oportunidade e agradeço à Sr.^a Deputada Berta Cabral, que ainda por cima foi Secretária de Estado da Defesa Nacional, ter perguntado...

Porque eu tenho de falar nos acontecimentos e aquilo que correu na comunicação social antes de levar à demissão do Sr. General, com as escutas,

e onde aparece o meu nome citado na conversa entre dois oficiais que estavam na Polícia Judiciária Militar, ou que já tinham estado, e que dizem que eu e assim...

Há uma expressão que me tirou completamente do sério, bateu-me muito fundo (e ainda estou sensível com isso) que foi atribuírem-me a mim, General do Exército — não é que as estrelas me afetem muito porque eu sou um homem simples, mas que comandeí os Comandos —, não a mim Fernando Serafino, mas ao Vice-Chefe, o segundo elemento da cadeia de comando do Exército, num processo tão grave, tão crítico, tão doloroso, que abriu feridas enormes entre nós, e ainda continuam essas feridas, em que morreram dois jovens portugueses, que vieram para as fileiras do Exército, que se ofereceram voluntários para as tropas especiais do Exército, para os Comandos, que eu tive a honra de comandar, a frase: «A treta dos comandos não devia ter acontecido».

Ora, isto é ofensivo, em primeiro lugar para mim, para as famílias, para os próprios, portanto houve aqui uma parte desta fase final que me desestabilizou bastante. Não sei se teve algum impacto político, se não teve, nem quero saber disso, a mim desestabilizou-me imenso.

Tive oportunidade de, logo no dia seguinte, e posso contar esse episódio, vale o que vale, ter sido convidado pelo comandante do pessoal que está no Porto para uma cerimónia de receção aos oficiais tirocinantes na Escola das Armas em Mafra. Este é um momento importante, em que se deixa de ser cadete-aluno, como eu deixei de ser há uns anos, deixa-se essa fase dos quatro anos de cadete, e pela primeira vez, entra-se numa Unidade como aspirante a oficial que é um marco importante e marca estes rapazes e raparigas.

Na altura, fui convidado e tinha umas palavras minimamente preparadas para dizer e, antes de terminar, tive de vir a este caso, porque tinha saído na comunicação social de uma forma insistente, ainda por cima

em programas que são mais de entretenimento do que propriamente de investigação jornalística, para que não restassem dúvidas. Isto porque toda a gente dos Comandos, sargentos, oficiais, que me conhecem diziam-me: «Ó Sr. General, não se preocupe com isso porque as pessoas conhecem-no e sabem quem o senhor é».

Mas o ponto não é esse, o ponto é quem não me conhece e quem não conhece o soldado, os novos oficiais... Tive necessidade de me referir a esta alegada referência nos termos em que infelizmente a palavra «treta» passou a constar de quando em quando no meu vocabulário, mas tive que dizer isto e disse-o de uma forma espontânea e natural como sou e como comandante e a reação que tive foi de aplauso imediato, foi espontâneo. Os senhores são Deputados, são políticos... Quase parecia um comício mas não era um comício... Portanto tudo isto, todos estes pequenos passos, estes pequenos contornos, estes pequenos acontecimentos, devo confessar que não fiquei nada contente, nada satisfeito, nada compensado.

Com isto, não quero dizer que não tenha inúmeras provas de consideração de muita gente, gente que está de fora, gente que está nas fileiras, muitas provas. Não tenho razão de queixa nenhuma nessa matéria, mas foi muito mau. Até sob o ponto de vista psicológico parece-me, há quem diga que não, que a decisão que foi tomada da substituição do Chefe do Estado-Maior do Exército, por um general que não estava nas fileiras do Exército, como era o meu caso, e que era o n.º 2, mas por um outro general... Pode ter condições para se tornar na melhor opção, mas essa é uma questão política em que não quero entrar, é só um desabafo que faço e agradeço-lhe a sua pergunta.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — A verdade é que, de facto, estes últimos anos foram férteis num conjunto de episódios que levaram a um conjunto de demissões sucessivas, de exonerações de várias pessoas, e já

falaremos dos coronéis e do General Menezes e do General Calçada. Mas queria, de alguma maneira, conhecer a sua sensibilidade e ouvir o seu comentário sobre se terá havido aqui, de facto, algum fator diferente, alguma inabilidade política para gerir este tipo de situações nos últimos anos. Isto porque pequenas questões sempre existem, agora fazer de tantas pequenas questões grandes questões e ter este conjunto de consequências de exonerações e este tumulto todo dentro do Exército não é normal e alguma coisa fez a diferença para que isso tivesse acontecido.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Bom, eu tenho uma perspectiva, mas é uma perspectiva técnica, digamos assim. Não tenho experiência de relacionamento com a comunicação social, muito menos agora com esta nova realidade das redes sociais. Mas a nível das instituições, particularmente das Forças Armadas e no contexto da NATO, também, há uma preocupação, uma nova área, mais uma, que exige competências próprias, específicas na área da comunicação, a chamada estratégia da comunicação, a *StratCom*, como dizem. Mas é uma estratégia de comunicação institucional, não tem a ver com política.

Sr.^a Deputada, se me permite, até por uma questão de formação, são 41 anos como militar, não gostaria de me envolver em questões de política partidária, política... Política, acho que sim, se quisermos falar em termos de política das infraestruturas no Exército acho que sim que tem todo o sentido, política de investimentos sim, com certeza, agora disputas em termos político-partidários isso não.

De facto, há uma lacuna que foi colmatada e discutida entre nós, e talvez ainda haja algum preconceito à volta disso do ponto de vista técnico, que é o Exército não poder, pelo menos parece-me a mim, tenho essa noção, viver sem ter competências muito específicas nesta área da comunicação

estratégica. Não é meramente o porta-voz e o assessor de imprensa, não, mas é perceber como é que deve atuar e isso é uma questão técnica.

Pode ser uma questão mais política, entre aspas, política ao nível do Exército, se o comandante do Exército entender se deve ou não alocar recursos, que são recursos públicos, na contratação de serviços que o apoiem ao nível da comunicação. Isto porque uma política consistente sob o ponto de vista da estratégia de comunicação acautela muito daquilo que se passou, admito eu.

Lembro-me de que a ideia inicial, de facto, quando se dá um episódio destes que é uma crise, no fundo é uma crise, um furto dentro de uma instalação do Exército, há necessidade de se pôr no terreno uma estratégia de comunicação para conter o problema, para o travar, para que ele não atinja a amplitude que ele acabou por atingir.

Efetivamente, essa é uma questão que eu com as funções que tinha como Quartel-Mestre General e como Vice-Chefe nunca tive a tutela da política de comunicação do Exército. Quem representa o Exército pela lei é o Chefe do Estado-Maior do Exército, mas julgo que será fácil entender num estudo académico que houve efetivamente... O caso foi muito mau, não há desculpa, mas provavelmente, e não sou especialista em comunicação, admito que houve erros no início do processo, logo no início, que deram uma amplitude que noutra contexto com acompanhamento profissional a nível da comunicação talvez não tivesse ganhado a proporção que ganhou.

Agora, se a Sr.^a Deputada quer saber a minha opinião sobre o que aconteceu com o Sr. Ministro ou com o Governo relativamente a isso, tenho mais dificuldade em fazê-lo. Enfim, vale o que vale, mas acho que é um terreno em que, a partir de uma determinada altura, quando se entra, de facto, na questão mesmo política — política interna, política partidária —, se começa a perder o controlo do processo sob o ponto de vista técnico, sob o

ponto de vista militar. É muito difícil seguir uma linha direita. Portanto, há posições que foram tomadas... Enfim, já não é uma coisa muito linear.

Tenho a minha opinião pessoal, enfim, mas formalmente não posso, não tenho essa capacidade para dizer: «Eh, pá, foi assim, foi assado.» Não. E, aliás, acho que ninguém tem. Todos têm perspectivas diferentes, todos têm verdades diferentes, todos têm razões diferentes.

Do meu ponto de vista, o certo é que este processo foi mau, foi efetivamente muito mau. Eventualmente, com um aconselhamento... Cheguei até a sugerir informalmente, não há nenhum papel escrito, nada disso, a contratação de uma empresa de comunicação e ouvi algumas pessoas sobre isso: «Quem anda a pôr o quê, como é que isto sai?».

Por exemplo, no caso das escutas, que se passou diretamente comigo: por que é que em tantas horas de escutas é aquela que aparece naquele momento? O que se está a passar com isto? São coisas que não domino nem tenho essa pretensão.

Se me perguntar hoje, se eu falar com o General Fonseca, se lhe recomendo a contratação de uma empresa de comunicação, talvez, ou, pelo menos, formar mais gente na área da comunicação para fazer este tipo de críticas? Sim! Mas essa preocupação decorre de uma questão político partidária? Não, é mais institucional.

Não sei se respondi à Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Respondeu, com certeza. A questão aqui, a nossa missão é ver as responsabilidades políticas, mas não têm de ser as responsabilidades político-partidárias, não é?! São as responsabilidades políticas.

Indo agora à questão dos cinco comandantes que, como lhe referi há pouco, na sequência do desaparecimento do material foram exonerados, embora temporariamente — mas também numa fase inicial o

temporariamente não apareceu, só apareceu depois —, que eram os cinco Comandantes responsáveis pela segurança dos paióis, inclusive o Comandante da UAGME, que estava na sua dependência, através da Direção de Material e Transportes, o que lhe perguntava é se falou com o Sr. General Chefe do Estado-Maior, se ele lhe deu conhecimento, se lhe pediu a sua opinião antes tomar a atitude de os exonerar já que, entre eles, estava um seu subordinado.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Perguntou. Perguntou, não, informou-me e eu respondi.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Já agora posso saber se o Sr. General estava de acordo com essa decisão?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Não, porque desde a primeira hora... É evidente que estou a dizer isto... Não há ninguém perfeito, mas manter a cabeça fria no meio de um processo e de um caso desta dimensão e com este impacto é muito difícil, efetivamente. Pedir que o furto seja esclarecido para reagir, também é impossível, não é? Porque a pressão da comunicação social, a pressão de todos os outros agentes, designadamente ao nível da política, seja Governo, seja oposição, seja quem for... Todos querem respostas, a pressão é muito grande.

Como é sabido, a investigação criminal ao que se passou efetivamente não está no Exército, quem a tutela é o Ministério Público, e muito bem, de acordo com o que a lei define. Manter a cabeça fria neste quadro é muito difícil e o Sr. General Chefe, na altura —, digo isto e testemunho isso, o que é uma ironia muito grande — informou-me antes de anunciar. Até a maneira como o fez foi novidade e também não correu bem, efetivamente, em termos institucionais. Em termos do Exército, fazê-lo logo de imediato na

comunicação social, muito embora eu tenha sabido e tenha depois confirmado, porque falei na altura com o Coronel Amorim Ribeiro e ele confirmou que tinha falado com o General Chefe... Mas este deu-me conhecimento de que ia exonerar o Coronel Amorim Ribeiro, não me disse que ia anunciar isso ou que ia abrir essa informação à comunicação social, mas disse que ia fazê-lo.

A minha preocupação não era se ele devia ou não ser exonerado, a minha preocupação era primeiro perceber porquê e o que se passou ali. Ele pode ter responsabilidades, com certeza que as tem. Tem de ser punido, tem de ser afastado? Com certeza. Mas ainda era cedo. Tínhamos de manter a cabeça fria e segurar o processo antes que descambasse, porque, a partir dali, alguma coisa se poderia passar mal.

No entanto, a experiência que o General Rovisco Duarte teve e os argumentos que levantou — a isto chamo ironia ... Conhecendo o General Rovisco Duarte, que não acho que seja um homem maldoso, que tenha maldade, que queira fazer isto ou aquilo, que esteja a fazer conspirações, não acho. Acho que é um homem simples, pode ter ou não ter jeito, isso é diferente, mas não acho que tenha havido maldade, se houvesse não tinha ficado, não é? A ironia é dizer que quer afastar os comandantes para que haja transparência absoluta e depois acabou por sair e publicamente veio a saber-se que ele disse: «O processo não é transparente porque nada disto se percebe».

Quer dizer, de facto, quando ele inicia e diz: «Quero tudo clarinho, tem de se apurar...». Portanto, foi uma medida que, de facto, não aconselhei, mas que ele, naturalmente, no enquadramento que tinha, a experiência que teve... Lembro novamente o difícil caso do processo dos Comandos, enfim. Ele não teve sorte nenhuma nesse mandato. Levantou-lhe algumas questões que o levou a tomar esta decisão. Mas quem sou eu?! Ele é o General Chefe, hoje tenho a minha opinião como cidadão e como militar, é como aquilo que

eu disse há pouco sobre o Ministério Público: ele é Chefe, é Chefe! O Chefe toma uma decisão, a decisão está tomada, está tomada — ponto! Goste-se ou não, ela está tomada.

É evidente que depois, ao nível dos Generais no Conselho de Chefes, nós falamos, temos o sentido de camaradagem também e a camaradagem não é dizer que sim, é ser leal, e a lealdade é dizer as coisas como elas são e falar direito. Mas isso também está num fórum, num quadro que é quase pessoal, íntimo, que nós temos entre nós.

Agora, obviamente, as verdades são para ser ditas e a esse nível, sim, o General Rovisco Duarte teve o cuidado de me telefonar. Tinha decidido exonerar o Comandante de Apoio Geral de Material do Exército, que é um excelente oficial, bem como os outros comandantes de Regimento. Também sei que informou... Depois, a seu tempo, a Sr.^a Deputada, naturalmente, fará essa pergunta ao Sr. General Menezes, que estava a comandar as Forças Terrestres, com quem o General Rovisco Duarte também falou.

Tenho ideia de que eu e o General Menezes temos feitios diferentes. Ele terá falado, se calhar, 20 vezes ou 30 vezes ou 15 vezes ou 10 vezes para o General Rovisco Duarte não tomar essa decisão. Somos diferentes na maneira de ser, eles são do mesmo curso da Academia Militar, eu não vou tanto por aí.

Eu disse aquilo que pensava ao nosso General e disse-o uma vez, não vou dizer duas vezes. Temos relações pessoais, mas também institucionais, a minha opinião é esta: eu acho mal, ponto! E assim fica. Confesso que não voltei a pegar no telefone para dizer: «Então, não o podes fazer!». Não! Está dito, está dito.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. General, o certo é que logo de seguida a essas exonerações, o Sr. General Chefe levantou vários processos

de averiguações e um processo extraordinário de inspeção técnica aos Paióis Nacionais de Tancos e tudo isso se resolveu em 15 dias.

Ou seja, de alguma forma, parece perceber-se que o Chefe do Estado-Maior ficou com a consciência um pouco pesada por ter feito aquelas exonerações, que as reações internas não foram as melhores e que quanto mais depressa se resolvesse o problema das averiguações e da inspeção melhor seria para ter uma oportunidade de os renomear novamente e tentar ultrapassar essa questão, que deixou moosa internamente no Exército.

Tanto deixou que logo de seguida se deu seu o pedido de demissão, primeiro, e depois de passagem à reserva do General Calçada e do General Menezes, Comandantes do Pessoal e Comandante das Forças Terrestres, respetivamente. Apresentaram a sua demissão e claramente alegaram divergências de interpretação inultrapassáveis, para citar as palavras, neste caso penso que do General Calçada com o Chefe do Estado-Maior.

Portanto, pergunto-lhe: tem conhecimento de que divergências eram essas e das razões que levaram à demissão destes dois Generais?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr.^a Deputada, agradeço a pergunta. Não me leve a mal, mas é uma pergunta que, muito honestamente, deve ser dirigida aos próprios.

Obviamente, tenho uma opinião sobre isso. Em justiça, há uma coisa que tenho de dizer aqui: avisei os meus dois camaradas que saíram porque eles próprios me telefonaram a dar-me conhecimento disso e a dizerem-me que não me devia demitir. É vida! Mas aquilo que saiu e que acho que foi mau e que acho que não é, enfim... Cada um faz as leituras das opções que as pessoas vão tomando. Mas aquilo que saiu em termos de comunicação, mais uma vez, e acho que, na altura, foi no *Expresso* é que os dois Generais tinham ficado desagradados pelo facto de terem sabido que não iam ser Vice-

Chefes. Isso não é verdade! Não tem nada a ver, ainda era muito cedo, havia um Vice-Chefe, não é por aí.

Criou-se um bocadinho essa ideia e acho que isso foi o motivo, foi um choque e numa altura em que estávamos a viver com o problema de Tancos e também por isso deixe-me dizer que acho, de facto, completamente despropositado ouvir algumas pessoas dizerem que a instituição militar assobiou para o lado como se nada fosse. Não! Não é verdade. Isto bateu muito fundo, com consequências grandes para nós, para toda a gente. Estou a dizer isto, mas não tenho a ideia de que o General Rovisco Duarte é o culpado disto tudo. Não, senhora, o General Rovisco Duarte era o Chefe, fez aquilo que tinha de fazer.

As medidas que a Sr.^a Deputada diz dos processos de averiguações, eram as que era necessário fazer, são processos sumários, imediatos, têm de se fazer. Naturalmente que foram muitos pedidos, naturalmente também... Mas isso é ele que tem de explicar e não eu.

Mas daquilo que percebi da intenção dele ao afastar os comandantes, em que a figura jurídica não foi, se calhar, a melhor, e com esta ideia, com esta obsessão pela transparência... Digo obsessão porque queria ter as coisas limpas e, de facto, não era uma falta de confiança nos comandantes, senão ele dizia, mas de os tirar do caminho para deixarem entrar os órgãos e não haver condicionamentos de qualquer forma, se é que haveriam, mas foi a opção dele. Portanto, a opção que ele tomou não a enquadro num contexto de maldade, de fazer isto, de querer sangue já e mostrar... Não. Acho que efetivamente não correu bem e teve impactos. E efetivamente teve.

O que posso dizer relativamente aos meus dois outros camaradas, porque acho que essa resposta está com eles, é que aquilo que saiu publicamente no *Expresso* de que eles teriam saído porque ficaram desagradados de não serem Generais Vice-Chefes, isso não é minimamente verdade, porque isso ainda não estava em discussão.

Obviamente que se percebe, mas, como se vê, a competência para nomear o Vice-Chefe não é do Chefe do Estado-Maior do Exército, é do Ministro da Defesa. Por proposta do Chefe, mas é do Ministro da Defesa. É um tema que está latente, mas a razão central não é essa.

Mas também não comento muito o que se passou, porque o período foi muito mau, efetivamente foi muito mau, causou grandes mossas entre nós. E também é bom que se perceba — e daí a preocupação que eles próprios também tiveram quando falaram comigo e que toda a gente teve — o impacto que isto poderia ter não só cá dentro, mas também a nível externo, a nível dos nossos vizinhos espanhóis, dos americanos, enfim... Acontece um roubo desses e sai toda a gente? Alguma coisa está... Mas pronto.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Penso que é bom esclarecer que, da minha parte, e penso que poderei falar pelo Grupo Parlamentar do PSD, não há aqui nenhuma questão relativamente ao General Rovisco Duarte. Também considero que nada disto foi por maldade. A minha preocupação é saber se houve pressão política para ele avançar com este tipo de procedimentos naquela tentativa de que alguma coisa tem de acontecer para que não pareça que ficou tudo na mesma e que o Exército não se sentiu com estes episódios. É mais nesta perspetiva que lhe coloco as questões porque, de facto, também não me parece que haja aqui qualquer maquiavelismo por parte seja de quem for, neste caso concreto por parte do General Rovisco Duarte.

Voltando à questão de Tancos, na sequência do desaparecimento do material, menos de um mês depois, concretamente no dia 17 de julho, conforme as minhas notas, o General Rovisco Duarte assumiu a transferência do material para os outros paióis, para Santa Margarida, Marco do Grilo e Alcochete. Curiosamente, no dia seguinte, o Sr. Primeiro-Ministro declarou

publicamente que isso ia acontecer, sempre nesta tentativa de expor para o exterior e para a comunicação social que alguma coisa se estava a fazer.

É sempre esta a sensação e a linha condutora que se tem nas mais diversas atitudes do General Chefe e do Ministro da Defesa Nacional — bem ou mal, faziam aquilo que, na sua perspetiva, era o correto em função dos incidentes e do que isso estava a causar em termos de opinião pública.

A questão que queria colocar, em concreto, em relação a esta decisão, é se considera que tecnicamente foi uma decisão correta. Do ponto de vista operacional, isso era exatamente o que devia ter sido feito? Foi ouvido nessa decisão ou foi uma decisão do Chefe do Estado-Maior e do Ministro, no gabinete? As primeiras chefias — Vice-Chefe e as outras chefias de primeira linha — aconselharam o Chefe do Estado-Maior a tomar esta decisão de transferir e tornar inoperacionais os Paióis Nacionais de Tancos? Na sua opinião, esta foi, de facto, uma atitude correta?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Só uma correção: os paióis não estão inoperacionais, continuam lá.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Nós sabemos.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Havia muita coisa a decorrer, havia; estava a andar-se depressa, sim.

A decisão do encerramento dos Paióis Nacionais de Tancos foi feita isoladamente pelo Chefe do Estado-Maior do Exército? Não foi.

O Chefe do Estado-Maior do Exército fez um despacho em que procurou que houvesse uma reunião com o Estado-Maior do Exército, com informação do Comando da Logística, para analisar as capacidades, as necessidades de reabastecimento de munições, enfim, foram uma série de diligências de informação que ele fez para depois vir a tomar a decisão.

O que é que o Sr. Ministro terá eventualmente dito, que orientações, que conversas terá havido entre ele próprio, Chefe do Estado-Maior, e o Sr. Ministro a dizer que ia seguir neste caminho e se teve ou não concordância, essa é uma questão da relação entre o Ministro e o Chefe do Estado-Maior do Exército, que não é propriamente da conta do Vice-Chefe ou do Quartel-Mestre General. É uma questão que é gerida pessoalmente.

Agora, tenho ideia que, efetivamente, o Estado-Maior fez uma análise — tenho essa noção — e, como dizia, a posição que desde logo tomei e transmiti ao General Rovisco Duarte — ele sabe disso —, e acabou por ser assim, é que qualquer decisão sobre os Paióis Nacionais de Tancos não podia ser a de fechar os Paióis Nacionais de Tancos, nem ele tinha essa competência. A competência sobre o dispositivo é do Ministro da Defesa, não é dele. Nós não podemos fechar paióis, podemos é desativá-los.

Na prática, pode dizer-se que é a mesma coisa, mas desativar é uma medida que é temporária. Portanto suspende-se, e ele deu essas indicações de suspender os investimentos lá e tomou a decisão, depois de ler os papéis e a informação que lhe foi passada, de desativar os Paióis Nacionais de Tancos. Portanto, fica sempre em aberto, porque ocupamos funções temporariamente e amanhã as coisas podem ser diferentes.

Depois, há outra coisa, há outro «cartão de visita» dos Paióis Nacionais de Tancos que é bom ter presente, eu tenho isso em conta sempre e julgo que o Exército também, de uma forma natural. Aliás, isso leva a apoiar o projeto de transferência das Oficinas-Gerais de Material de Engenharia da Ajuda para Benavente.

O que quero dizer com isto é que houve decisões que foram tomadas no passado, designadamente a da construção de Benavente, na altura o Depósito Geral de Material do Exército, e que foram pensadas numa altura específica, concreta, numa conjuntura que era favorável e foi considerada a melhor opção. É evidente que hoje há de haver gente que diz que aquilo devia

estar ali, mas foi uma decisão que foi tomada e na altura foram investidos recursos públicos naquele objetivo. Cheguei a dizer isto no dia do Comando da Logística publicamente, na minha intervenção, ou seja, dá-se continuidade a um projeto que tem anos e que absorveu recursos públicos, dá-se continuidade a esse investimento. Isto na transferência para Benavente.

O que aconteceu em Tancos, antes das informações que estão aqui relativamente a Tancos, é que houve um caso de uma explosão de um dos paióis e isso levantou uma questão séria de segurança no que, na altura, se chamou a cintura explosiva de Lisboa, porque havia muitos paióis à volta de Lisboa que estavam ativados, por exemplo, no Grafanil.

Na altura, foi feito um projeto, a partir de 1984, de construção de paióis para o Exército e foi escolhido Tancos, por alguma razão. Já lá existiam paióis e foi escolhido modernizar Tancos — para mal dos nossos pecados, podemos agora dizer.

Portanto, Tancos foi construído de raiz nos anos 1980 e estruturalmente — já há bocado disse — os paióis precisavam de ser modernizados de alto a baixo, sim. Desde o portão, da porta de armas, sim, tudo aquilo precisava de ser modernizado e ia ser assim.

Agora, estruturalmente, eles constituíam a melhor instalação disponível que o Exército tinha para armazenagem de explosivos e munições, e por aí fora.

O Exército, como tive a oportunidade de dizer, para além dos Paióis Nacionais de Tancos, tem os de Santa Margarida, que são mais pequenos — tenho aqui mais informação mas não quero estar a maçá-los —, os Paióis de Marco do Grilo e os Paióis de Alcochete, sendo que os do Marco do Grilo têm a particularidade de ser paióis NATO, em que pagamos uma renda anual para a sua utilização.

Também convém dizer que os paióis de Marco do Grilo, até há uns anos, tinham bastante uso, praticamente, porque acolhiam munições e

explosivos que eram de países aliados, que acabaram por sair de Lisboa. Bom, isto tem um grau... a audição é aberta.

Há uns anos, apareceu um espaço disponível nos Paióis de Marco do Grilo que poderia efetivamente levar a um estudo de maior concentração, racionalização do espaço, com sinergias. Como falei há pouco, a Escola Prática de Engenharia e os Paióis Nacionais estavam juntos e, portanto, poderia fazer sentido haver ali uma capacidade conjunta. Isto num estudo a fazer, que provavelmente virá a ser feito, independentemente da localização de Marco do Grilo que também poderá ou não merecer uma preocupação,...

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Deve merecer!

O Sr. Ten. Gen. Fernando Celso Vicente de Campos Serafino: — Deve merecer, exatamente, mas não me quero alargar por aí.

Portanto, havia esse estudo.

Outra coisa que é importante reter é que a capacidade, o volume que cada paiol tem, necessariamente, não pode ser preenchido por munições, porque há regras da NATO e, provavelmente, uma sala enorme só tem lá meia dúzia de cunhetes por razões de segurança, por causa de explosões, etc.

O que é que acontece? Quanto ao General Rovisco Duarte, eu não sei, foi uma decisão que ele tomou, estamos a falar de um plano de contingência, estamos a falar de um grande alarme que se criou na opinião pública, de grande preocupação. Foi visível e isso desgostou-me imenso na altura. Foi o copo meio vazio e não o copo meio cheio ao dar-se aquela ideia de que os paióis de Tancos estavam completamente fragilizados e muito vulneráveis. Tinham efetivamente fragilidades, mas não sei até que ponto é que isso pesou mais.

Sinceramente, o que vejo é que a decisão terá sido tomada não para fechar — nem podia, sob o ponto de vista jurídico, a lei não lhe dá essa

competência — mas para desativar os Paióis Nacionais de Tancos, o que deu tempo ao Exército, deu tempo à Defesa, deu tempo ao CEMGFA, a todos os intervenientes neste processo, para pensarem na melhor opção que pode haver para fazer uma gestão integrada — se foi isso! — deste material.

Devo dizer também, em termos de complemento — se calhar, não deverei dizê-lo, é uma audiência pública, mas, enfim, tem a ver com os níveis de munições e as necessidades da guarda de paióis —, que está nas atribuições do General Chefe esta decisão que ele tomou, no enquadramento em que ele a tomou e nas circunstâncias em que o fez.

Julgo que foi positivo este tentar retomar a normalidade dentro do Exército e na relação do Exército com o exterior, em termos de comunicação, mas agora se foi ou não encomendado, isso francamente não sei.

Se é uma medida redutora que jamais poderá ser revertida, ou não, acho que há alguma facilidade em o fazer, não obstante a operação em si — a operação Troia — de transferência de todas aquelas toneladas de munições ser uma operação difícil, uma operação complexa, com algum risco, obviamente.

Já agora, se me permite, gostaria de deixar uma mensagem, porque tenho estes dados. Houve dúvidas acerca do inventário, muitas dúvidas e justamente, porque houve material recuperado a mais, mas relativamente às questões da segurança do Exército é óbvio que há um programa importantíssimo que está a correr, que é o programa da implementação do sistema integrado de gestão, que já vem dos anos 2001 ou 2002, por aí.

A nível do material, ainda não está implementado, estando em curso migrações de sistemas, o que também é uma operação crítica sob o ponto de vista do controlo dos processos mas que vai correr bem.

Dizia eu que se levantaram dúvidas, a Inspeção levantou-as, havia questões de falhas graves no inventário. Ora, devo dizer que elas aconteceram e há reparos a fazer nessa matéria nestes paióis, mas a operação

Troia, pelo menos, trouxe à evidência uma coisa que não foi muito falada mas convinha ser percebida, que é a seguinte: nas toneladas de material que foram movimentadas — estamos a falar em 1 870 571 de artigos, que estavam divididos em 600 e não sei quantas variedades —, nesses artigos, na movimentação, houve a oportunidade física de comparar as existências de todos eles face ao inventário e a margem de erro do inventário foi de 0%, ou seja, bateu tudo certo.

Lembro-me que na altura tive essa informação do General Morgado da Silva, um general competentíssimo, um homem muito experiente no âmbito da logística, que, com alegria genuína, me informou: «Meu General, queira saber que no inventário dos Paióis Nacionais de Tancos bateu tudo certo. O erro é zero.» Na altura, pedi-lhe até que me enviasse um *e-mail* com isso.

Portanto, a desativação dos paióis de Tancos tem esse enquadramento, que é bom ter presente, faz parte da decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército, que também tem de se preocupar com essa decisão.

Depois, face àquilo que veio a acontecer, a concentração de todos os recursos disponíveis na modernização imediata, quase, de um só paiol, reforça efetivamente a segurança. Aquilo que tínhamos pensado fazer num prazo um bocadinho mais alargado acaba por se fazer, concentrando esforços, num só paiol. Foi uma opção. Ainda hoje os paióis de Tancos estão vazios mas continua uma guarda e vamos ver até quando. Isso tem um significado, vamos ver agora, mas tem de haver alguma serenidade, efetivamente, para se analisar essa decisão que será uma decisão de fundo.

Devo dizer, Sr.^a Deputada, se me permite, que aquilo que ouvi da parte do General Rovisco Duarte — e volto a dizer que ele é um homem sério, goste-se ou não — foi que ele acreditava genuinamente que a melhor opção era fechar os paióis de Tancos e concentrar recursos, quer recursos humanos, quer recursos financeiros, num só paiol e explorar essa capacidade de carga

dos paióis de Alcochete que estão co-localizados com a UAGME, o que não é mau, muito embora estejam no Campo de Tiro de Alcochete, que é da Força Aérea, e do Marco do Grilo que também está a ser administrado pela Marinha.

Foi uma opção que tomei.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Se me desse licença, Sr. Presidente, era só para informar os grupos parlamentares de que o Partido Socialista não fará nem a segunda, nem a terceira ronda. Ficam todos informados, não vá a Sr.^a Deputada Berta Cabral querer fazer outra pergunta...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Concluo que estou a falar muito!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. General, pelas respostas dadas à Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Tenente-General Campos Serafino e agradecer as respostas que já forneceu a esta Comissão de Inquérito.

Sr. Tenente-General, no seguimento dos acontecimentos de Tancos, o anterior Chefe do Estado-Maior do Exército referiu que sentiu, penso que foi a expressão que usou, um murro no estômago e que aquilo se teria devido a

erros estruturais e sistémicos, a falta de supervisão, a desleixo, que as responsabilidades eram todas militares e que havia cumplicidade interna.

O Sr. General considera que foram declarações acertadas as do Sr. General Rovisco Duarte ou teriam sido declarações infelizes? Qual é a sua opinião sobre este aspeto?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, obrigado pela pergunta.

Volto a dizer, se me permite... Só uma correção: um murro no estômago não foi o Sr. General Rovisco Duarte que disse...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi Pina Monteiro!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Foi o Sr. General Pina Monteiro que disse numa intervenção, quando foi chamado a pronunciar-se perante os jornalistas. Foi uma expressão que lhe saiu.

Ao Sr. General Rovisco Duarte disse-lhe, na altura, o que pensava sobre isso. Aquilo que, há bocado, referi neste fórum, provavelmente se não estivesse em aberto... É a sede própria para se poder falar à vontade... Mas falar à vontade não é «falar à vontade», mas, enfim, há um grau de partilha diferente.

Numa exposição deste género, tenho ideia que por detrás daquela câmara estão militares que estiveram sob o meu comando, estão militares mais velhos. Sinceramente, não posso, nem devo descartar as responsabilidades que tive de ser Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército com o General Rovisco Duarte. Isso compromete-me.

Não posso dizer: «Isso não é nada comigo, eu até disse ao contrário!» Não, não. Tenho de... Mas aquilo que disse ao nosso General Rovisco

Duarte foi na altura certa e própria. Posso dizer, se puder responder assim ao Sr. Deputado, que considere, sob ponto de vista da comunicação institucional, sob ponto de vista da mensagem que saiu no início, que foi um erro de excesso de generosidade e de transparência, por assim dizer.

Aquelas palavras não me saíram da cabeça: houve incúria e houve desleixo. E isso a mim custou-me. Não quero dizer que não tenha havido. Não estou a dizer que, de facto, não tenha havido incúria e desleixo ou, se calhar, dolo. Também não sei ainda. Mas custou-me porque se fica logo com a perceção de que isso vai passar para as pessoas.

O que dizia há bocado, Sr. Deputado, digo isto de forma genuína e sentida, foi que houve muita gente, muitos soldados, muitos cabos, muitos sargentos que fizeram ali serviço, que deram o seu melhor, com sacrifício, que não foram a casa... Dar isso dessa maneira... Percebo que seja a maneira de ser das pessoas que mete pressão no sistema, pressão na organização para a organização responder.

Mas, de facto, numa altura destas, admito, aconteceu, mas, se calhar, não foram palavras felizes e tanto não foram que o Sr. Deputado ainda as está a referir ao fim deste ano.

Depois, o puxar a responsabilidade toda para ele, também sob ponto de vista da comunicação, e com isto não quero estar a especular se foi combinado, se não foi combinado, não, acho que também foi um excesso de generosidade.

Obviamente que o assalto ao paiol de Tancos, o furto no paiol de Tancos... Aquilo está à guarda do Exército! Mas de algumas das intervenções e das análises que ouvi dos anteriores comandantes... Daí, quando cheguei a esta Comissão, ter dito que fiquei com pena, porque entendia que deveria ter sido eu o primeiro a vir falar — eu ou os generais. Deveria começar-se pelas ditas estrelas e não pelos coronéis, expondo, se calhar, alguns deles injustamente, porque são homens simples, pessoas boas.

E um deles, que foi alvo daquilo que se sabe, foi comandante de uma força no Afeganistão!

Este puxar da responsabilidade para o Exército, sendo certo que o Exército tem essa responsabilidade, porque tem a guarda dos paióis de Tancos, mas a um nível, sem se perceber exatamente ainda o que se passou... É evidente que não se pode separar o problema de Tancos do contexto onde se insere, essa é uma verdade, mas não é o Chefe do Estado-Maior do Exército que tem de a dizer.

O Chefe do Estado-Maior do Exército está a dizer aquilo que eu estou a dizer agora. A responsabilidade é minha? É, enquanto comandante da Brigada de Reação Rápida, é! Não preciso dos relatórios... Conhecia aquilo? Conhecia!

O problema era se eu chegasse aqui e quando me perguntassem o que estava a fazer eu dissesse: «Não estava a fazer nada, esqueci-me do problema!» Não. Tínhamos um plano para intervir nisso, como tínhamos um plano para os Arrifes, para as condições em que os soldados estavam alojados nos Arrifes, nos Açores, ou a Força de Operações Especiais em Lamego. Eram situações difíceis, más e tínhamos de encontrar uma solução.

Aquilo que dizia e digo é: façamos um estudo de viabilidade para encontrar uma solução para este problema. Depois vêm os recursos. Se houver, há, se não houver, temos de colocar o problema efetivamente.

Portanto, parece-me que o General Rovisco Duarte, se me permite, Sr. Deputado — e não é não querer ver o alcance da sua pergunta —, conhecendo-o pessoalmente, sendo um homem honesto, cometeu um erro de excesso de generosidade. Ponho as coisas desta maneira. Ele fez aquilo que estou a fazer aqui: eu sou o responsável por isto, mas ele é o Chefe do Estado-Maior do Exército, portanto ele assume as responsabilidades todas.

Mas, enquanto Chefe, sim, tem de assumir essa responsabilidade e tem de haver uma consequência sobre essa responsabilidade. Se, depois, a outro

nível, a responsabilidade devia ter sido lida de outra maneira ou não, isso é outra questão completamente diferente.

Em relação ao General Rovisco Duarte e a esta posição inicial que tomou, enquadrá-a mais nesta perspectiva da comunicação. Se tivesse tido outra posição, se tivesse sido aconselhado de outra maneira, sob ponto de vista da comunicação, talvez não tivesse causado o impacto que causou e que, efetivamente, se voltou contra o próprio General Rovisco Duarte, por muito boas que fossem as suas intenções.

Não sei se respondi.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Obrigado, Sr. General. Indo um pouco mais além, e isso veio na comunicação social, quando ocorreram os acontecimentos, houve a visita aos Paióis Nacionais de Tancos do Sr. Presidente da República, do anterior Ministro da Defesa, e outras entidades, incluindo o Sr. General Rovisco Duarte, que disse que sentiu vergonha, nomeadamente pelo facto de estar cheio de mato, por não estar limpo.

Perguntava ao Sr. General afinal o que é que terá falhado. Havia efetivamente esse mato? Houve falta de recursos? Falta de homens? De quem era a responsabilidade? Era da UAGME?

Qualquer coisa terá falhado... Por que razão aquilo não estava razoavelmente limpo, tendo em conta as várias exposições explícitas em relatórios, e o Sr. General já o frisou. Essa questão, além de outras, e mais à frente lá irei, não funcionou bem. Portanto, houve qualquer coisa que, à partida, deveria estar mais bem enquadrada. O que é que o Sr. General tem a dizer sobre isto?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Relativamente à expressão, ao comentário do Sr. General Rovisco Duarte,

vale o que vale. Se havia muito mato ou não havia muito mato? Efetivamente, havia muito mato.

Mas não é um tema a que dê demasiada relevância. Daria, sim, se o mato nunca fosse cortado, não é? Lembro-me, quando estava na Brigada, em 2011, que o problema do mato existia, mas tem de existir todos os anos, porque a gente corta-o e ele volta a crescer.

A gestão dessa limpeza não era meramente pela vigilância, mas era, sobretudo, também pela questão dos incêndios que era uma questão séria. Era normalmente uma ação quase de rotina ao nível dos próprios regimentos e, designadamente da UAGME. Normalmente quem fazia essas limpezas era o Regimento de Engenharia n.º 1. E havia relatórios das guardas sobre o mato e, se calhar, se formos visitar os relatórios destes anos, é natural que isso acontecesse, porque todos os anos tinha de se fazer a limpeza do mato.

Mas se ela foi feita em junho, já tardiamente, e devia ter sido feita em abril e não foi e se se fez a seguir, enfim, há qualquer coisa que não bate certo, mas o procedimento era normalmente resultante do entendimento entre as duas Unidades, a UAGME, enquanto «dona», com a responsabilidade da administração dos paióis de Tancos, e o Regimento de Engenharia. De facto, seria mais razoável que aquilo estivesse já no automático.

Mas isso leva-me a outra questão, designadamente à questão da manutenção ordinária das infraestruturas não só dos paióis de Tancos, mas de qualquer Unidade do Exército. Não é aquela frase que é muito comum e que é um chavão, quase: «Não há dinheiro.» Não é bem isso — mas também é —, é a alocação dos orçamentos sobre o dispositivo do Exército.

Também disse publicamente numa intervenção que fiz, no dia do Comando de Logística, que, ao nível dos orçamentos atribuídos ao Exército e, depois, à forma como o Exército o distribuía dentro das suas Unidades, dentro dos diferentes centros de custo, naturalmente, a tendência, quando há falta de recursos, é a da centralização. A verdade é que o orçamento que as

Unidades têm disponível para fazerem esses trabalhos de manutenção, como pintar uma parede, ou seja, pequenos trabalhos, porque a lei também obriga... Enfim, não vou complicar muito a cadeia.

A capacidade que têm de intervir a nível das infraestruturas é diferente da capacidade que tinham há 30, 40 anos. O emagrecimento, a erosão dos orçamentos do Exército não foi feita de um ano para o outro. Pode haver anos em que se sentiu mais, mas tem sido feita gradualmente ano após ano. E essa erosão, de facto, é mais visível quando se compara o ano de 2017 com o ano 2000. Nota-se a diferença.

Admito, isso sim, que a capacidade que os comandantes têm no terreno de responderem de imediato às questões, perdoem-me a expressão, do condomínio, de arranjar a janela, de mudar parte do telhado que está com infiltrações ou proceder ao corte do mato, ao arranjo da vedação está mais limitada. Os comandantes estão mais limitados na sua liberdade de ação para fazerem eles próprios isso.

Naturalmente, sentem-se mais levados a pedir esse apoio ao escalão superior e isso demora sempre mais tempo. Quer dizer, o processo não é tão eficaz. Há uma gestão mais eficiente dos recursos, porque está centralizada, mas a resposta não é tão eficaz provavelmente. Isso merece reflexão.

Mas diria que não é um problema específico, julgo, do paiol de Tancos e daquela situação de Tancos, tem a ver com o próprio funcionamento do Exército nas condições em que ele hoje vive, particularmente na sua componente fixa, e com a forma como é feita a sua gestão. Não é uma questão de comando, mas quase de gestão dentro do Exército.

Não sei se respondi.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Muito obrigado.

Sr. General, não obstante os sistemas de videovigilância se encontrarem avariados na altura do roubo, dos acontecimentos, e desde longa

data, o anterior Comandante da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército que disse nesta Comissão que as rotinas permaneciam, nomeadamente a troca de cassetes vídeo. Mas o sistema não funcionava! Perguntava ao Sr. General se isto é possível, afinal o sistema não funcionava e mantinham-se estas rotinas diárias? Como é possível isto acontecer no Exército? O que terá falhado aqui?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, na minha opinião, não consideraria que... Em primeiro lugar, antes de ir às cassetes, o sistema não estava avariado, que é uma das coisas que saiu na comunicação social. Dizer que estava avariado dava a ideia de que aquilo era uma reparaçõzinha e ficava a funcionar. Não, o sistema estava obsoleto, o sistema tinha de ser substituído, que é um investimento maior.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Não funcionava, não é?!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Quanto ao problema da cassete de vídeo, sinceramente, não dou muita importância a esse aspeto. Quase que diria que não sei, porque não falei com o oficial que redigiu a NEP (norma de execução permanente) que define essa ação do tirar e pôr a cassete, que não foi o comandante. Este aprovou a NEP, tem a obrigação de ler, podia ter mandado tirar.

Mas eu quase que dizia noutra perspetiva, que é uma perspetiva de não deixar cair a necessidade de um sistema de videovigilância, quase. É evidente que uma NEP escreve-se na hora, esta está assim, amanhã, se for preciso, fazemos outra NEP, faz-se mais um papel e põem-se as coisas a baterem certo com o sistema.

Quase me dá a ideia que não é a questão da cassete, porque em boa verdade, em rigor, no limite, o que o comandante tinha de fazer era retirar a NEP que tinha qualquer referência ao sistema de videovigilância e provavelmente, admito eu, não é bem essa a intenção, porque a mensagem que internamente a Unidade poderia querer passar superiormente é que o sistema de videovigilância tem de existir para a segurança dos paióis e que é escusado... Eu próprio, como disse, tinha essa noção.

O que causou essa disposição de tirar ou não a cassete vídeo? Eu percebo-o: «Era escusado. Por que é que eles escreveram aquilo ali?». É verdade. Mas também tenho a noção de que o sargento da guarda é um profissional, é um homem... Foram os homens que escreveram os relatórios que os Srs. Deputados viram noutras matérias que o sistema de videovigilância estava avariado, que havia problemas na rede.

Portanto, não será esta questão de tirar a cassete ou não a tirar que vai baralhar o serviço, que vai comprometer o que quer que seja da parte de um sargento, que é profissional, que comanda homens, quer dizer... Que é isso que vai afetar...

Eu percebo que em rigor, efetivamente, é discutível se aquilo devia lá estar ou não. Se aquilo está avariado, obsoleto, se o sistema não tem cassetes, de facto, é escusado aquilo aparecer lá. Mas o facto de terem mantido essa ação, no meu ponto de vista, não quer dizer obrigatoriamente que seja negativo, que seja porque não se quis saber, porque nem ligaram.

Até posso ter outro entendimento, o do embaraço do próprio que escreveu a NEP, que dizia assim: «Então, mas eu vou tirar isto daqui? Vou apagar o sistema de videovigilância da NEP? Depois as pessoas vão habituar-se que isto não tem sistema de videovigilância?». Não sei, só o autor disso é que poderá dizer isso. Mas, sinceramente, peço imensa desculpa, não quero ser ofensivo, mas não dou uma importância tão grande.

É evidente que se isto tivesse associado a um desleixo, a não querer saber, a um distanciamento... Julgo, admito eu, que não foi isso que se passou.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

Sr. General, quando se deu o reaparecimento do material na Chamusca, em outubro de 2017, e tendo em conta que o Ministério Público e a Polícia Judiciária estavam à frente do processo efetivamente, considerando e acreditando naquilo que veio a público na comunicação social, como é que o Sr. General explica o facto de a Polícia Judiciária Militar não ter chamado logo a Polícia Judiciária para tomar conta do material, antes pelo contrário, levou-o, arrecadou-o, guardou-o e posteriormente é que a Polícia Judiciária acaba por contactar diretamente com o material. Como é que se explica? O Sr. General tem explicações para este facto?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, francamente, não tenho explicação nenhuma! Na minha carreira andei por muito lado, mas nunca tive a oportunidade — e se tivesse sido chamado para o fazer, com certeza que tinha muito gosto em fazê-lo — de integrar qualquer órgão de polícia criminal.

Eu próprio, para além daquilo que o cidadão comum tem de saber, em termos de lei, sobre as competências de cada um dos órgãos em si mesmo e ao qual já me referi, não tenho ideia, tão pouco, de como se orienta uma investigação criminal, como é que isso se faz, que atividade é essa, porque nunca pertenci à Polícia Judiciária ou à Polícia Judiciária Militar.

Como sabe, há alguns anos havia oficiais — e julgo que não só — que trabalhavam na Polícia Judiciária civil. Na Polícia Judiciária Militar nunca estive. Portanto, essa articulação, esse funcionamento, não conheço, sinceramente não conheço nem tenho de conhecer, não é por aí. Já há bocado

disse que a lei define as competências de cada um dos órgãos do Estado, que, relativamente à orientação e à responsabilidade de liderar uma investigação criminal, seja de Tancos, seja do que for, é do Ministério Público. A própria Polícia Judiciária Militar está sujeita, e naturalmente, a essa orientação e a essa decisão que é do Ministério Público.

Portanto, a partir do momento em que o Ministério Público toma a sua decisão de que é um órgão de polícia criminal ou outro, a decisão está tomada e é para se cumprir. Se isso não é compreendido, se há razões de queixa, que seja, mas volto a dizer que não é por aí. Quer dizer, e mesmo sobre o interesse que eu tivesse relativamente a essa matéria, por exemplo, como é que apareceu, estava fora.

Percebi que houve uma recuperação, mas, sinceramente, nunca pus a hipótese de não haver cooperação entre a Polícia Judiciária e a Polícia Judiciária Militar, não acho que seja sensato. Aquelas ideias que às vezes também se criam sobre o Ministério Público... Devo confessar aqui, nesta sala, que já recorri como cidadão ao Ministério Público, à sua missão nobre na proteção dos cidadãos mais frágeis da nossa sociedade e só tenho bem a dizer neste caso. Sobre outros casos, eventualmente, também tenho a minha opinião, sou mais crítico e digo: «Isto correu bem ou correu mal».

O que se passou, propriamente, a nível de comunicação... E é um bocado isso que neste processo também dói... Quando digo que este foi o pior ano da minha vida é um pouco por causa desta trama toda que se criou à volta disto, em que há aqui uma conspiração e, particularmente, e no comando do Exército. Aí já não é o General Rovisco Duarte, mas eu também apareço envolvido no final, em novembro ou em outubro do ano passado. Acho que isso é tudo muito mau.

Não tenho nada a dizer relativamente à forma como o material que desapareceu foi recuperado. Aquilo que sei li-o na comunicação social, li-o

na revista que publicou tudo tintim por tintim. Mas é o que é, aquilo vale o que vale.

A posição que tomei — e já agora também volto a dizer — quando encontrei o Major Brazão... Encontrei-o em Bangui, foi uma surpresa, não sabia que ele estava colocado na missão da União Europeia e julgo que o contacto e a relação que tive com ele é aquilo que devia ter. Julgo que fiz bem e que essa era a minha obrigação enquanto General, já que fui representar não só o Exército mas os cidadãos junto dos militares e agentes da PSP que estavam no terreno.

Fui comemorar o 10 de Junho a Bangui, não fui para os Açores, para onde tive muita pena de não ir porque foi onde se concentraram as comemorações do Dia de Portugal. Mas fui para Bangui porque o General Maio, que é o Chefe da EUTM, da missão da União Europeia em Bangui, sugeriu que era bom termos um General nas comemorações no Dia de Portugal, que tem alguma relevância. E ainda por cima isto é dito numa altura em que estive lá um outro General e que houve aquele atentado na igreja católica, em que morreu uma série de gente.

Portanto, as pessoas estavam um bocado sensibilizadas e eu disse: «Com certeza, o General Rovisco Duarte falou comigo». Já lá tinha estado antes, estive uma vez em dezembro do ano anterior e voltei lá com todo o gosto.

Quando volto lá, com todo o gosto, é para falar com as pessoas que lá estão, para lhes dar uma palmada nas costas, dar-lhes os parabéns, para andarem para a frente e motivá-los. E quando encontro o Major Brazão, que foi meu cadete quando eu era comandante de Batalhão, mas que não é uma pessoa da minha relação nem da minha confiança, mas quando o vejo...

Vi-o e reconheci-o muito pelo protagonismo que assumiu como porta-voz da Polícia Judiciária Militar na altura do processo difícil dos Comandos e que, enfim, também teve alguma censura da parte do Exército

por algumas das atuações que teve. Mas apertei-lhe a mão e ele diz-me: «Então, o que está aqui a fazer? Está aqui e tal...». Foi uma conversa quase de circunstância e dei-lhe os parabéns, efetivamente. A conversa existiu, dei-lhe os parabéns: «Eh, pá, parabéns, recuperaram o material, as pessoas estão mais descansadas». Dei-lhe os parabéns com toda a ingenuidade e tranquilidade.

Vi-o preocupado e já não sei o que lhe disse na altura, não faço a mínima ideia, mas deve ter sido assim: «Oh, pá, se agiu por bem, se tem a consciência tranquila, não tem nada que se preocupar, a verdade vem sempre ao de cima, esteja à vontade». Mal eu sabia o que supostamente andava a correr. Portanto, não tenho nada a acrescentar sobre aquilo que se passou com a recuperação do armamento ou das munições e dos explosivos de Tancos.

Foram boas notícias para mim, genuinamente foram, acho que se recuperou algum sentimento de segurança do problema que poderia causar algum tipo de equipamento, de material que foi roubado. Ser recuperado é positivo, é extremamente positivo. Agora, a forma como aconteceu, isso está em investigação e é um processo...

Se foi assim, é evidente que merece censura, não pode.... Mas o que é que se passou? O que se passou tem de ser apurado entre as polícias e o Ministério Público. Quem liderou as equipas? O que se terá passado no meio daquilo tudo para isto dar no que deu? Foi excesso de protagonismo? Não foi excesso de protagonismo? Mas isso não depende de mim, sinceramente... Nem eu convoco nem tenho competências para convocar o Major Brazão nem o Coronel Vieira, não tenho essa competência.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Muito obrigado.

Então, Sr. General, considera que é plausível ter havido uma encenação com o reaparecimento do material da Chamusca? Veio na

comunicação social que veio uma caixa de munições a mais, mas, posteriormente, também a crer na comunicação social e noutros dados que nos chegaram, faltavam caixas de explosivos. Gostava de saber se o Sr. General considera que isto teve uma encenação e se considera plausível que o próprio roubo tenha sido uma encenação. É possível isso ter acontecido, ter sido uma encenação também?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, se me permite, lamento, mas não tenho possibilidade de comentar... Não é comentar, é de... Eu achar, posso achar tudo e posso não achar nada. Quer dizer, é aquilo que eu disse há bocado relativamente ao furto em si nos paióis: tem de ser explicado, tem de se perceber o que se passou.

Agora, o que é possível? Se sai um artigo na comunicação social, se aquilo é possível? Pode ser possível, pode não ser possível. Mas tem de se ouvir as pessoas, tem de haver espaço e há uma sede própria para que isso aconteça, para que se perceba o que se passou.

Portanto, eu não posso — perdoe-me nesta medida —, de facto, agora comentar se foi, se sim, se não, porque sinto que, se calhar, inadvertidamente, estou a alimentar uma teoria que pode nem ser nada disso. E não sendo nada disso tenho de ter reserva nessa matéria, a verdade tem de vir ao de cima, a verdade tem de se saber. E a verdade, efetivamente, é difícil, há de ter o seu tempo. Mas, pronto, mais do que isto... Lamento, mas não posso acrescentar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. General.

Voltando ainda um pouco ao tema da demissão do Sr. General Rovisco Duarte, vou citar um texto exatamente como veio na comunicação social, que diz o seguinte: «No âmbito dessa demissão, o Tenente-General Campos Serafino, atual Vice-CEME, manter-se-á em funções apesar de o seu nome

ter sido interceptado nas escutas da Operação Húbris. Foi numa conversa com o Major Vasco Brazão, na altura em missão na República Centro-Africana, que o então Diretor da Polícia Judiciária Militar se refere ao Vice-CEME como tendo ouvido do General Rovisco Duarte a ideia de que o CEME não desejava que a Polícia Judiciária civil encontrasse primeiro o material de guerra furtado de Tancos». O Sr. General nega tudo isto? Nada se terá passado?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Completamente! Digo-lhe com sinceridade: completamente. Há muita gente a escrever sobre aquilo que sabe e sobre o que não sabe, mas nego-o completamente, não tem nada a ver, nem o General Rovisco Duarte, nem... Não tem nada a ver com isso. Não tem rigorosamente nada a ver com isso e, ainda por cima, as coisas são sempre postas num tom conspirativo, que era aquilo que eu dizia no início.

Quer dizer, é quase como nas claques futebolísticas?! Não! Os órgãos e os serviços do Estado têm de cooperar entre si. Podemos ter divergências e, sinceramente, também é verdade que «no melhor pano cai a nódoa». É um ditado popular que tenho sempre presente, porque não há homens perfeitos, não há mulheres perfeitas e os serviços não são perfeitos. Pode acontecer muita coisa, mas pôr as coisas neste tom, sinceramente, nem faz a minha maneira de ser. Não! Diretamente, não!

Agora, se me perguntar: o Sr. General ficava muito contente que o material do Exército aparecesse e que houvesse um grande alarido à volta disso, numa conferência de imprensa, com o material que o Exército deixou roubar e que outros recuperaram!? É evidente que era mais uma machadada e mais uma farpa na credibilidade que o Exército viu ser afetada com este assalto a Tancos. Mas qual é o valor que isso tem? É a todo o custo? A um preço qualquer?

Alguém acredita — quer dizer, se calhar há muita gente a acreditar! — que o General Rovisco Duarte, o Vice-Chefe ou quem seja, deu indicações? Sinceramente! Pode ser que, de hoje a amanhã, me engane, que venha a verdade ao de cima e se perceba que houve alguém a dar essa indicação, mas acho que é um completo absurdo envolverem o Comando do Exército, onde está o General Rovisco Duarte, à cabeça, dizendo que deu ali orientações... Acho que isso não tem grande sentido, mas é a minha opinião.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando um pouco atrás, ao Comando da Logística, houve uma reestruturação em 2014, no âmbito do modelo da reforma Defesa 2020, sendo que, na altura, foram extintas diversas repartições, tais como a repartição de Apoio Geral do Comando Logístico, a Inspeção do Comando Logístico do Estado-Maior, etc. O Sr. General confirma que houve, efetivamente, esta reestruturação?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Quer que me pronuncie sobre isso?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Já agora, espere só mais um bocadinho. Pergunto ainda: quais as razões dessa reestruturação? Isso foi para que a Logística tivesse mais operacionalidade, mais eficácia e meios? Na opinião do Sr. General, tendo em conta que, na altura, estava no Comando da Logística, pergunto ainda se essa reestruturação foi positiva.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Estava no Comando da Logística, muito embora os estudos que levaram à aprovação do diploma tenham saído quando eu cheguei à Logística e, portanto, não tive oportunidade de participar nesses estudos.

Há um enquadramento político desta reforma e chamo à atenção do Sr. Deputado que o caso do Exército tem aqui uma particularidade — entrando no tal enquadramento político do dispositivo do Exército e de tudo isto —, que é a da estabilidade das estruturas do Exército. Há muitas ideias à volta do Exército, há muitos conceitos de fecha/abre, enfim... A questão da Lei Orgânica do Exército (LOE) é que o Exército teve uma nova lei orgânica em 2009 e os outros ramos não tiveram. Isto foi quase como que uma reforma só feita no Exército e para o Exército. Depois, em 2014, voltou a haver mais uma reforma, que foi um aprofundar dos pressupostos da reforma de 2009.

Sobre o Comando da Logística, e respondendo à sua pergunta, percebo que houve medidas de racionalização das estruturas, que foram transversais ao universo da Defesa e do Estado em geral, nos cortes das direções-gerais, enfim... Foi um objetivo muito ambicioso politicamente, sendo certo que as estruturas do Exército e os cortes que houve foram feitos, também, com a participação do Exército nessa matéria e, como é evidente, com racionais de redução bem definidos.

Sobre a estrutura da Logística, no meu ponto de vista, enquanto Comandante — mas sendo certo que a criação da Direção de Material e de Transporte não é daí, pois já vem de 2009! —, diria que foi uma redução profunda. Foi uma alteração muito profunda ao nível do Comando da Logística e devo dizer que, antes de esse diploma entrar em vigor, o Comandante da Logística, o chamado «Quartel-Mestre-General», tinha um Major-General — na altura não havia Brigadeiros-Generais — que era seu adjunto, uma «pedra» importantíssima que apoiava na ligação às Unidades ... e que desapareceu. Para além dele, as inspeções... Ficou tudo aglutinado no gabinete, mas, mais do que isso, um elemento muito importante foi o da extinção dos estabelecimentos fabris do Exército.

Como o Sr. Deputado sabe, eram estabelecimentos fabris de há anos. Eram as unidades de execução logística do Exército, tinham custos de operação demasiado elevados, é verdade! Havia um problema que se adiava há anos, que era o das questões do pessoal, do vínculo ou não-vínculo ao Estado. Havia ali problemas muito complexos e foi a altura em que se fez essa reforma. Só que essa reforma da extinção daquilo que eram, praticamente, as unidades de execução de logística do Exército, de manutenção militar, as Oficinas-Gerais de Material de Engenharia, as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, que tinham alguma, pequena, capacidade de produção — basicamente, compravam diretamente no mercado, com um regime específico que datava dos anos 50 —, tinham o seguinte impacto nos processos desenvolvidos no Comando da Logística: menos volume de trabalho administrativo, digamos assim, eram mais céleres, mas tinham um custo, de facto, muito elevado.

Portanto, admito que o corte nas estruturas no Comando da Logística do Exército, particularmente na estrutura superior do Comando da Logística, acompanhado deste corte nos estabelecimentos fabris... Ainda só existe um, que é o Laboratório Militar, que está dependente das opções que possam vir a tomar... Posteriormente, numa fase já mais avançada, acabámos por ser nós, Exército e Comando da Logística em si mesmo, a propor a extinção de uma empresa pública que foi constituída para substituir a manutenção militar. Foi um processo que não deu grande barulho, acho que as pessoas perceberam e que as coisas correram bem. Enfim, com alguma... Que faz parte, mas as coisas correram bem.

A conjugação desses dois fatores foi, de facto, um desafio muito grande na Logística, e eram dois aspetos que, em todas as intervenções, comunicações ou cursos de promoção que fiz, publicamente, nos *slides* que apresentava, entravam como condicionantes da ação da Logística, precisamente, a reestruturação, ou seja, a nova LOE, com os cortes.

E depois tinha uns *slides* que mostravam uma coisa e outra: a questão dos estabelecimentos fabris como órgãos de execução logística do Exército, que tinham desaparecido; e, outra coisa também importante, esta questão do esforço enorme que foi feito ao nível da racionalização das infraestruturas e da redistribuição de alguns órgãos de Lisboa, em que alguns foram para o Porto.

Enfim, houve uma série de pequenos e grandes trabalhos que se fizeram e que foram programas que nos absorveram bastante e que não podem ser considerados como rotinas normais. Foram, verdadeiramente, planos que exigiram um adicional de trabalho e de recursos aplicados à condução desses processos e, com as dificuldades que temos de recursos humanos, sinceramente, não foi nada fácil. Não foi, mas a missão cumpriu-se.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando ao sistema de videovigilância e às várias lacunas e deficiências que iam sendo assinaladas ao longo dos anos, desde 2000, relativamente aos sensores, de facto, desde 2006/2007 a videovigilância tornou-se inoperacional e obsoleta... Sistemas de para-raios que não funcionam, comunicações fixas que não existem... Em 2012/2013, todas essas lacunas e deficiências foram, de facto, reafirmadas. Existem vários relatórios sobre isso — o Sr. General já o disse —, mas eram evidências.

Por exemplo, no relatório do Comando das Forças Terrestres, de outubro a 15 de novembro de 2013, foi apontado, efetivamente, que era necessária uma resolução urgente na «reparação da rede de vedação do perímetro nos locais onde se encontra danificada, reparação do alarme do sistema de sensores do movimento ao longo do perímetro, desmatação do perímetro, reparação ou substituição do sistema de videovigilância e registo de imagens». Isto, em 2013. Mas, em 2014, outro relatório do serviço de

guarda aos Paióis Nacionais de Tancos repete a mesma situação, mais ou menos, com conclusões de que é necessário tomar medidas urgentes a esse nível. Depois, em 2014/2015, há normas a seguir e *faxes* sobre os Paióis Nacionais de Tancos.

Sr. General, afinal temos relatórios, temos evidências, temos chamadas de atenção, mas isto não foi resolvido! Tendo em conta a estrutura perigosa dos paióis de Tancos, enfim, de sensibilidade militar, com aquele sistema todo avariado, com poucos homens, pergunto: afinal, de quem é a responsabilidade por não ter atuado atempadamente para resolver essas situações que estavam a ser reportadas? Alguém tem de ser responsabilizado, política ou militarmente. Não sei, mas há aqui qualquer coisa que falhou rotundamente e é isso que temos de apurar nesta Comissão de Inquérito.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, agradeço... Já me referi a isso. Tenho as responsabilidades todas nessa matéria e não as descarto. Os relatórios foram feitos por mim quando estava na Brigada... Não terão sido feitos por mim, mas foram mandados fazer e tenho conhecimento disso.

Em 2014, quando cheguei à Logística, trouxe o problema de Tancos comigo, não me esqueci dele! O ponto é este... O Sr. Deputado quer dizer que nos esquecemos do problema? Na altura, falei com o comandante que estava em funções e ele voltou a insistir... Ele foi meu segundo comandante na Brigada! A ideia e a base disto, tal como referi há bocado, é que nós não conseguimos fazer milagres.

Podia ter-me dito que poderíamos ter fechado o paiol de Tancos, que, na altura, poderíamos ter feito isto que aconteceu agora na Operação de Tróia... Não. Não fomos por esse caminho. A opção que tomámos para a solução do problema, que é aquilo que digo e que comentei com o General Rovisco Duarte... Aquilo não estava avariado, estava obsoleto, tinha de ser

modernizado de uma ponta à outra e, sinceramente, em minha opinião, não me parece que seja acertado fechar qualquer coisa só porque não funciona bem, porque correríamos o risco de fechar o Exército.

Em termos de dispositivos, os paióis de Tancos eram um problema, mas, pelo que apurei na análise que fiz, quando cheguei ao Comando da Logística, íamos conseguir revertê-lo. Porém, há, efetivamente, uma responsabilidade que tem de ser assumida, que é...

Então, mas a solução que nós, Comando da Logística, encontramos — porque, tendo saído da Brigada de Reação Rápida, trouxe o problema para o Comando da Logística — pressupunha encontrar uma solução mais robusta mas só em 2016/2017. E até lá?! Aí, sim, independentemente de todos os relatórios da videovigilância, etc., face ao histórico que tínhamos, face às condições de segurança em que Portugal se insere e às informações que tínhamos de que não havia nenhuma possibilidade, ou pelo menos indícios, de que tal pudesse vir a acontecer — senão, também tinham de se reforçar e mudar os estados de segurança —, pareceu aceitável que conseguíamos manter aquele sistema, que estava montado com base na componente humana, com a tal força de oito militares dentro das instalações, 24 horas por dia, sete dias por semana, e que conseguiam pedir mais este esforço adicional ao pessoal que estava de serviço para obtermos um resultado mais ajustado, mais eficiente e que, por outro lado, viesse também a poupar mais o pessoal que estava escalado de serviço. Basicamente, este é o conceito.

De quem é essa responsabilidade? As responsabilidades que tenho neste processo não as posso delegar, não posso descartar-me delas! Claro que não posso! Esta avaliação tenho de a assumir e tenho a noção de que era possível fazer o serviço com oito militares lá dentro.

Porém, houve um furto no paiol. O que é que se passou? Daí eu dizer que é preciso perceber o que se passou, em concreto. Quem é que entrou lá dentro? Como é que entrou lá dentro? Entrou por onde? Entrou pelo buraco

da rede que lá estava? Andaram carrinhos de mão, como vinha na revista, na comunicação social, a circular à noite ou de dia para carregarem para a carrinha, que encostou à rede dos paióis de Tancos, num sítio onde não se passa nada e que ninguém viu? O que é que aconteceu?

Portanto, concluir já que o assalto, ou o furto, se deu diretamente porque não havia videovigilância e a rede tinha ferrugem isso eu não concordo. Até prova em contrário eu não concordo. Há qualquer coisa que não está a bater certo.

Nessa medida, entendo que a opção que tomámos, tendo em conta melhor... Foi a opinião que tomei, porque eu podia descartar-me dizendo que tinha falado com o Chefe, podia dizer: «O Chefe é que...». Não, não, eu é que propus esta modalidade ao General-Chefe e tenho de assumir essa responsabilidade, que me pareceu a mais sensata, evidentemente com o risco, com o sacrifício do pessoal que faz serviço, que comandeí e que respeito, como já disse.

Fui lá, falei com as pessoas e sabia o que andavam a fazer, seja com o sargento, com o cabo ou com os soldados. Eu falava com eles. Na altura, entendi que não fazia sentido estar a gastar 90 000 € ou 100 000 € a meter improvisadamente sistemas de videovigilância para depois deitá-los abaixo para construir a rede.

Fizemos o plano no sentido daquilo que entendemos ser a melhor maneira, a melhor forma de aplicar dinheiros que são públicos. Basicamente, foi essa a opção, com o risco de saber que os paióis estavam vulneráveis. Mas o sistema de segurança arcaico, de facto, baseado só e apenas na componente humana sem nada de tecnológico, quando hoje a tecnologia pode ajudar nesta matéria, é verdade que era uma exigência e era um risco que estava subjacente. Essa responsabilidade eu tenho de admitir.

Se me disser assim: «Mas, então, no Exército ninguém...». Não, acho que toda a gente deve assumir a sua responsabilidade. Obviamente que se me faz a pergunta noutra sentido, se me disser que esta responsabilidade...

Volto a dizer que assumo sempre todas as responsabilidades, como comandante da Brigada, como QMG e como vice-chefe. Tenho a noção de que houve outros antes de mim que desempenharam estas funções, mas eu represento-os nesta hora. Não é o Fernando Serafino ou o A+B.

Institucionalmente, eu, como comandante da Logística, quando estou lá, estou a validar as decisões, é esse o meu entendimento institucional, dos generais, meus camaradas, que me antecederam há 20 anos. O caminho é esse, tenho de assumir essa responsabilidade, e assumo-a institucionalmente. Obviamente que, pelo Exército, quem a assume em primeira linha é o Chefe do Estado-Maior do Exército, apesar de também não ser ele, pessoalmente, que guarda os paióis. Mas ele tem de assumir essa responsabilidade. Basicamente é isto.

Portanto, não me revejo, sinceramente, naquela ideia de que a culpa é dos soldados. Os soldados e o sargento são punidos e a malta fica toda a rir-se?! Não, não! Não acho que seja assim.

No entanto, também percebo que, se foram mandados instaurar processos disciplinares porque houve infrações que foram feitas e são infrações básicas, se, de facto, há a consciência de que a segurança dos paióis residia naquela força, com sacrifício dos homens e das mulheres que lá estavam, é verdade, se eles têm essa consciência e falharam da maneira como falharam, se a história é essa, então, sim, também acho que tem de haver uma ação disciplinar. Sim, tem de haver uma ação disciplinar. A esse nível tem de haver responsabilidade, que as há em todo o nível.

Mas isso não quer dizer que eu fique à vontade e diga: «A culpa é deles». Não, não! A responsabilidade está cá em cima, está comigo e essa

vai acompanhar-me para sempre. No meio de todo este processo, também me acompanha para sempre.

Pode perguntar-se até que ponto é que tudo isto se pode encaixar, mas essa imagem de dizer: «Nós não queremos saber dos nossos soldados porque eles...» Não, não é assim. Peço imensa desculpa, mas não é assim. Tenho toda a consideração e todo o respeito por eles. Mas, se calhar, a punição que foi dada a estes militares, nas competências do comandante do Regimento, acaba por, no fundo, validar e ser uma forma de apreço pela ação que os outros militares, camaradas destes, fizeram na segurança aos paióis de Tancos. Vamos distinguir as coisas. A nível da justiça é um pouco isso. O seu a seu dono. Quem fez bem, fez bem e é louvado; quem fez mal, quem agiu mal tem de ser punido. Ponto!

Portanto, não tenho propriamente uma leitura de: «Não, não! As responsabilidades estão lá para baixo, não é nada comigo». Não! É tudo comigo. Por defeito, é tudo comigo, as responsabilidades estão comigo. Havia um oficial do Estado-Maior da Brigada que dizia que parecia que eu tinha velcro, que as coisas se agarravam a mim. Mas é assim! As coisas estão comigo. Eu não posso dizer que não conhecia, que não sabia. Não posso, mesmo que eu não tenha lido o relatório. Se aquilo vem dirigido à Brigada, eu tenho de conhecer.

Qual é a consequência disto? A consequência disto eu assumi-a na altura devida. Tive de a assumir quando falei com o Chefe do Estado-Maior do Exército. Mas isso foi o que foi, teve a consequência que teve.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos. Muito obrigado, Sr. General.

Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Sr. Deputado Telmo Correia, tem a palavra.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, neste ponto da audição, temos já muita matéria, já ouvimos muita coisa. Os Srs. Deputados de cada grupo parlamentar falaram durante 8 minutos. Estamos aqui há três horas e o Sr. General deu-nos já vastos esclarecimentos sobre as várias matérias que aqui discutimos.

Não obstante, ainda que com uma pequena nota prévia, gostaria de lhe dizer que compreendo a sua observação mas o método da Comissão de Inquérito é de quem pretende saber o máximo possível. Compreendendo que possa haver gente com maior e com menor habilidade, se começássemos pelo topo e numa estrutura tão hierarquizada como são as Forças Armadas, particularmente o Exército, se calhar, ouviríamos repetidamente a mesma afirmação do princípio até ao fim, o que não nos ajudaria muito a tentar saber aquilo que queremos saber. Esta é uma pequena explicação.

Em relação ao que nos disse e ao vastíssimo currículo que aqui referiu e descreveu e que é, de facto, impressionante, e cumprimento-o por isso — é um currículo absolutamente notável nas variadíssimas funções que desempenhou, sobretudo do ponto de vista de formação, operacional, etc.—, há três momentos desse currículo que, obviamente, nos interessam particularmente.

O primeiro será a sua função de comandante da Brigada de Reação Rápida. No documento que nos foi enviado, ao qual tivemos acesso, e que já foi aqui falado por todos, pedia-lhe que detalhasse um pouco mais, se possível. Nos *Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Países Nacionais de Tancos* — um documento posterior ao assalto —, é dito, a certa altura, que, em 2012, a Brigada de Reação Rápida tinha avaliado a situação como preocupante. Ora, de acordo com o que nos disse, em 2012 era o comandante desta Brigada de Reação Rápida.

Diz-se também no documento que se desconhecem diligências que tenham sido adotadas.

O que lhe pergunto é se houve ou não diligências e, em concreto, que diligências foram essas e por que é que, neste documento, que vem do próprio ex-CEME, General Rovisco Duarte, se diz que essas diligências eram desconhecidas ou não eram conhecidas. Sendo detetadas e ainda por cima com a sua atenção e competência e a dizer-nos até que não precisava de relatórios porque ia diretamente e conhecia no local a informação, o que nos pode dizer em relação a isso?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, agradeço a pergunta.

Primeiro, relativamente ao ordenamento, se me permite, obviamente, não tem nada a ver com as opções da Comissão e dos Srs. Deputados. Tem a ver mais comigo de, mais uma vez, querer, e disse isso... Referi-o, porque sei que isso causou algum impacto e algum desconforto, em boa parte, daqueles que são designados pela «família militar» pela exposição pública de um camarada nosso. No fundo, parece-me que era mais justo inverterem-se os papéis...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É compreensível!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — ... e sermos nós, primeiro, a sermos expostos e, depois, os nossos subordinados hierárquicos, digamos assim.

Quanto ao relatório de 2012 — não me lembro de cor desse documento —, sei que foi feito com base em relatórios das nossas Unidades e que toda essa informação relativamente à situação do paiol de Tancos, na altura, foi reportada pela cadeia de comando normal, para o CFT e, depois, do CFT terá havido diligências, contactos com o Comando da Logística.

A resposta que o Comando da Logística deu a este problema admito que tenha ficado numa perspetiva de haver uma solução global, como a que mais tarde viemos a implementar. Digo isto porque, de facto, falei com o diretor de Material e Transportes, que estava em funções na altura, e que está afastado de serviço há uns anos, que me referiu que os paióis de Tancos tinham de ser modernizados, efetivamente.

Quanto à classificação de «preocupante», percebo a pergunta do Sr. Deputado e a observação que faz e devo dizer que o Sr. Deputado não deixa de ser — peço desculpa pelo elogio — um brilhante orador. De facto, a classificação de «preocupante» é subjetiva. É preocupante até que ponto? É preocupante ao ponto de encerrar os paióis de Tancos já, ou não? Por isso digo que a classificação de «preocupante» é subjetiva.

Como comandante da Brigada, volto a dizer — e essa é a minha responsabilidade — que acho que, efetivamente, é preocupante. E poderia meter outros adjetivos relativamente ao que se vê em 2011, no ano anterior, e toda a força que pudesse pôr para melhorar as condições do paiol, que estava ali vizinho da Brigada de Reação Rápida. Fazia-o e fi-lo — porque a maior parte destes documentos é dessa altura —, no sentido de criar pressão para acontecerem os investimentos em Tancos.

Contudo, o contexto daquilo que estava a passar-se no nosso País desde 2011 e anos seguintes não era muito favorável a grandes projetos e havia um sentido de reforma muito grande. Havia um conjunto de iniciativas que estavam em cima da mesa a serem discutidas que tinham em vista a racionalização do dispositivo, a alteração do dispositivo nas mudanças de órgãos e havia, de facto, a perceção de que, mais uma vez...

Os paióis de Tancos, por estarem longe, estavam isolados, efetivamente estavam isolados, tinham a sua guarda atribuída, porque tinham, e essa classificação de «preocupante» e essa tal subjetividade, como eu disse há pouco, traduz-se no seguinte: preocupante sim, mas os paióis

estavam guardados, com o sacrifício das pessoas que lá estavam, mas não preocupante no sentido de que amanhã podiam ser assaltados e que isto ia ser o fim do mundo. Não, não era nesse sentido.

Efetivamente, essa redação, feita pelo Quartel-General da Brigada, traduz precisamente o sentido de urgência, o sentido de necessidade, o sentido de prioridade a dar à modernização dos Paióis Nacionais de Tancos, que veio a acontecer não porque eu cheguei à Logística — não quero ser mal interpretado — mas mais tarde. Veio a acontecer apenas a partir de 2014, mas veio a acontecer ainda neste contexto, nesta consideração de haver sistemas que não estavam a funcionar. Não sei se respondi à questão?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Respondeu.

Pedia-lhe só uma precisão. Os problemas, as dificuldades, as deficiências, aquilo que estava mal era transmitido à Brigada de Reação Rápida e, desta, reportado ao CFT. É isso, não é?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sim.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito obrigado. Ficou claro.

Sr. General, vou voltar um pouco atrás.

Relativamente a uma questão que tem a ver com o seu primeiro grupo de respostas ao Partido Socialista, fiquei com uma ideia e pedia-lhe só que precisasse. É uma questão um bocadinho opinativa, eu sei, mas é uma ideia.

Estávamos em 2012 e vamos voltar atrás. Andando seis anos para trás, em 2006, foi tomada a decisão, pelas razões que explicou, de atribuir às quatro Unidades esta função de vigilância e guarda dos paióis de Tancos. Pergunto-lhe: na sua opinião, essa decisão foi uma má decisão? Pergunto-lhe isto até porque é uma decisão que, e já falámos aqui com vários

responsáveis militares, parece enfraquecer a tal ideia da unidade de comando e, ainda por cima, é uma decisão que se conjuga com o momento em que o sistema de videovigilância parece ficar inoperacional. Pergunto-lhe se assim é ou não.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, eu diria, como tenho dito muitas vezes, que as decisões, quando são tomadas, e o Sr. Deputado saberá disso também, não são tomadas a partir de uma folha em branco. Há circunstâncias, razões que levam as pessoas a tomá-las — e eu, particularmente, tenho essa sensibilidade e estou a viver isso agora — e o que, por vezes, parece ser o mais lógico e evidente não é bem assim. E eu não sou mais inteligente do que os outros.

Portanto, parece-me que quem tomou essa decisão nessa altura sabe tanto de Exército ou sabia tanto de Exército como eu e a ponderação que levou a que tomasse a decisão nesse sentido, correndo os riscos que correu para dividir a escala de serviço por mais do que uma Unidade, foi a solução mais acertada na altura, naquelas circunstâncias, e eu tenho que respeitar isso.

É claro que pode perguntar-me: então, mas em 2011, as circunstâncias eram as mesmas, por que é que não mudou...? É verdade tudo isso é verdade, mas na altura, em 2011, em 2012 ou enquanto eu estive na Brigada, não senti essa necessidade. Falámos sobre isso e posso dizer-lhe... Vamos lá ver, concretamente: o foco da missão da Brigada de Reação Rápida — e eu já ouvi aqui em anteriores audições — não era Tancos. Não existe uma Brigada de Reação Rápida para tomar conta dos paióis de Tancos. Não, essa é uma missão acessória.

A minha concentração e prioridade estavam no Afeganistão. Se me disser: «Ah, o sistema estava muito velho, era um sistema só com base em pessoas, em militares»... Pois, pois, mas a minha principal preocupação era

a pistola *Walter*, que tem 50 anos e andava no coldre do soldado dos Comandos que estava a fazer segurança próxima e que é o último recurso que um militar tem antes de ser abatido. Se tudo falhar, ela tem de funcionar, e depositar essa confiança num armamento que tem 50 anos, se calhar, não é a decisão que me permita dormir mais descansado, como comandante de Brigada. Essa era a minha prioridade e não propriamente o paiol de Tancos.

Volto a dizer: o paiol de Tancos estava guardado por oito homens. Se calhar, mal, admito, mas é a minha faceta de militar de tropas especiais ou, se calhar, de *ranger*, a dizer: «Não, não, eles cumprem a missão e asseguram a missão». E estou convencido disso, seguramente.

Posso ser injusto, mas também lhe digo, muito sinceramente, Sr. Deputado, e falando claramente, não acho que se possa criar essa ideia, esse estigma, de que na instituição militar os generais estão na alcatifa e que os outros é que estão... Não, não, andei sempre de camuflado, com a rapaziada, acompanhei sempre as pessoas. Desde Lamego que me habituei a isso.

Portanto, partilho aquilo que digo e que sempre disse nas minhas intervenções públicas — públicas, não, para os militares, para todos os militares. E quando foco os militares é o sentarmo-nos à mesa. Temos o bom hábito português de partilhar uma refeição. É partilhar. Não é partilhar responsabilidades, essas não se partilham, mas é partilhar as condições, os riscos, as angústias que o pessoal tem. E temos de as partilhar. Daí que eu não possa, nesta fase e nunca, dizer que me descartei do problema de Tancos e que o problema de Tancos era, para mim, irrelevante. Não era irrelevante, era importantíssimo e levei-o para a Logística.

Mas quais são as circunstâncias que vivemos — e que vive o Exército, não é uma questão só minha? Essas é que são as circunstâncias políticas que acho que são importantes ter, porque, de facto, falando das coisas de forma séria, o Exército vive há anos a fazer milagres! Nós não temos os recursos

que deveríamos ter, face ao dispositivo que temos. Isso sim, essas são as políticas de que a gente precisa. Ah sim, com certeza!

Eu estou a falar com o Sr. Deputado, mas não me refiro ao partido A ou ao partido B, refiro-me a políticas de Estado. Não se pode querer ter mais Exército para combate aos fogos e para estarmos próximos das populações! Não podemos querer abrir um regimento na Covilhã e continuar neste sufoco! Nós, efetivamente, participamos com mais gente no combate aos fogos florestais, mais soldados. Mas quem é que está a cobrir a frente? São os nossos rapazes e as nossas raparigas, as nossas mulheres, que estão no terreno e esse é um sacrifício adicional que estamos a pedir-lhes.

É evidente que não tem nada a ver com sentido cívico, que eles têm. É evidente que dentro dos poucos, poucos, militares contratados que vamos tendo aparece de tudo, aparece gente dos recrutamentos mais diversos. Mas vou dizer-lhe o que senti, quer tenha sido com paraquedistas, comandos, gente que foi recrutada fosse onde fosse: são sempre soldados de mão-cheia!

O sentido de ajuda, de cidadania do militar que vai para o terreno e ajuda a população, com certeza que existe. A geração atual não é pior do que a nossa geração. Claro que não é o serviço militar obrigatório, mas, neste contexto, o que posso responder à sua pergunta, Sr. Deputado, é que as circunstâncias em que nós vivemos são estas. Efetivamente, o caso de Tancos acaba por ser um alarme, não da segurança militar, mas das condições em que o Exército tem vivido nos últimos anos!

Nós vivemos focados nas operações, vivemos focados em projetar pessoas para fora e essa é a nossa missão hoje em dia, no enquadramento jurídico em que nos é dada a missão do Exército. É certo que a defesa da Pátria está acima de tudo, mas temos prejudicado as prioridades sobre a componente fixa. E a componente fixa tem que ver com o sistema de alimentação, os refeitórios que temos, as casernas em que os nossos soldados

estão, as casas de banho, as redes de saneamento dos Regimentos. Quando é que a gente faz essa modernização?

Se agarrarmos nisto e o metermos neste contexto, Tancos é um mal menor. É evidente que foi assaltado, o que é uma vergonha para toda a gente, para nós, mas, sinceramente — peço desculpa, mas eu quando falo nisto entusiasmo-me, no bom sentido —, acho que é preciso perceber que os chefes militares, os generais, a gente não se descarta disto. Nessa altura, e eu ouvi um comentário a dizer: «Ah, mas os soldados é que são prejudicados e depois os generais assobiam para o lado!». Estamos a ter a sensação de que quando as coisas correm bem, o Exército é o maior, mas se houver um problema, toda a gente aponta para o Exército e pergunta: «Então, onde é que estão os generais?!» Essa responsabilidade que sirva de lição aos próximos generais.

Isso entronca numa outra questão, que não irei aprofundar. Conheci, se calhar, uma faceta, uma perspetiva diferente quando estive no Ministério da Defesa, e compreendi, aprendi bastante. Mas falta-me a outra faceta, não a compreendi, não a testemunhei diretamente — em alguns casos melhor — com o General Jerónimo, que era paraquedista, uma pessoa que estimo muito e por quem tenho muita consideração, um homem sério, honestíssimo e, enfim, se calhar muito explosivo, mas que respeito imenso e tenho algum receio da exposição que possa ser-lhe dada. E ele não merece, porque é um homem de eleição... Falta-me a outra faceta que é a da relação pessoal, que tem que existir, entre um chefe militar e a tutela.

A Sr.^a Deputada foi Secretária de Estado e sabe que são importantes essas relações. Se há pedagogia, se a informação corre mesmo, se as pessoas explicam, efetivamente, os problemas...

Também sei, obviamente, e falava com os meus camaradas da Marinha e da Força Aérea. Conseguíamos fazer isso, e bem, tínhamos uma reunião todos os meses para discutirmos, falarmos — olhe, para contrariar

aquilo que se diz, que a Marinha, a Força Aérea e o Exército, anda tudo às turras! Não anda. Nós sentávamo-nos e tínhamos boas conversas, discutíamos os problemas que cada um de nós tinha em cada ramo.

Quando eu dizia que tinha dificuldades e que precisava de uma política de infraestruturas que fosse eficaz, em que eu conseguisse rentabilizar verdadeiramente o património através da Lei de Infraestruturas Militares e que revertesse investimentos para modernizar o parque de infraestruturas do Exército, que está obsoleto, precisa de verbas... Mas nós não podemos ir às Finanças pedir mais dinheiro, percebo que temos de dar instrumentos e eles existem na lei, só que isto tem de ser operacionalizado.

Lembro-me de estar a fazer estas discussões e tenho, como se fosse hoje, a exata noção que os dois diziam: «Nós estamos mal em infraestruturas!» Todos estão mal em infraestruturas!

Nós podemos olhar para o problema de outra maneira e dizer: «Então, mas estão mal até que ponto? Quem está pior?»

É difícil que haja estes padrões de qualidade, mas do que não tenho dúvida é que os padrões de qualidade das infraestruturas do Exército estão muito abaixo do que seria desejável. Ainda por cima, temos também a noção dos recrutamentos, de tudo o que está a passar-se no Exército. Portanto, há que inverter esta tendência e isso passa por recursos e não só por dar mais dinheiro. Também não acredito que seja a injetar dinheiros públicos nos problemas que os vai resolver. Tem de haver medidas de gestão, de visão, políticas bem desenhadas que consigam inverter esta ideia.

Portanto, Sr. Deputado, a situação preocupante de 2012 é tudo isto, não é o paiol de Tancos em si, e a cassete, se se tira ou se se põe... É tudo isto. Este é quase um grito de alerta de que alguma coisa tem que mudar de vez, porque deixar andar as coisas como estão e fazer de conta que os problemas existem... Agora não há dinheiro, mas amanhã haverá... Mas isso não resolve coisa nenhuma.

Este caso de Tancos foi dramático para nós, para mim foi dramático. E, ainda por cima, é uma ironia, porque, basicamente, tenho a responsabilidade de ter insistido tanto neste problema, trouxe-o para a Logística, acabei por lançar o programa para resolver isto e depois, já como Vice-Chefe, o assalto a Tancos deu-se e eu acabei por sair também envolvido no meio disto tudo! Esta é uma das ironias maiores da minha vida! Mas, enfim, estou cá e não é por causa disso que ando deprimido ou o que quer que seja.

Sr. Deputado, agradeço-lhe a sua pergunta. Era preocupante? Era, sim, mas no contexto. Era importante pôr o problema de Tancos no contexto.

Peço desculpa se me entusiasmo com isto, mas, enfim...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS): — Sr. General, obrigado.

Precisamente por isso e por ter estado nas várias situações, procurando saber mais sobre elas e já tendo percebido qual foi a sua intervenção, e cumprimentando-o, até, pela sua postura, de assunção de responsabilidades e de responsabilidades coletivas junto com os seus camaradas — enfim, não lhe peço nenhum comentário sobre isso —, não resisto a fazer um aparte: acho que essa responsabilidade, às vezes, tem de ir até quem tem a tutela e as responsabilidades políticas. Na minha opinião, eventualmente, um dos erros disto mesmo foi que quem tinha a tutela disse várias vezes que não guardava paióis, que não tratava de paióis e, portanto, ao tentar pôr-se de fora não terá seguido o melhor caminho. Mas isto foi só um aparte meu, não é sobre isso que vou questioná-lo, não está aqui para depor em termos políticos.

O Sr. General passou, a seguir, em 2014, não é para o outro lado, mas é como se fosse, porque de um lado fazia o pedido e, do outro lado, esse pedido seria, por assim dizer, atendido ou satisfeito.

Vou perguntar-lhe o seguinte: quando passou para o outro lado, e conhecendo a realidade — é que poderia ter chegado à responsabilidade da Logística sem ter estado lá e sem ter visto a coisa do outro lado, mas tendo visto... —, quais foram exatamente as decisões que tomou? Quais as decisões que tomou em função da própria LPM)? Quem fez o pedido da verba, qual era a verba adjudicada e, até, por que é que a execução não foi maior?

Nós sabemos que, por exemplo, chegou a ser executada uma parte da rede, mas acho que foi um terço. Por que é que não se fez logo toda? Se estava previsto, se se sabia que era preciso e se estava lá o dinheiro, por que é que não se avançou mais?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Bom, Sr. Deputado, eu não tenho a possibilidade de dizer-lhe, ao detalhe, o que é que se passou, mas, *grosso modo*, tenho a ideia comigo.

Lembro-me que o primeiro embate que tive com a questão dos paióis de Tancos, perante um *briefing* que me foi apresentado, estava eu a chegar à Logística, sobre o vasto programa das infraestruturas do Exército, o chamado programa Exército 2020, com o objetivo interessante, parece-me, que era o de conseguir disponibilizar património precisamente para haver uma operacionalização da Lei de Infraestruturas Miliars que tanta falta nos faz.

Mas o movimento de órgãos era enorme e logo nessa altura, em sentido figurado, vale o que vale, veio-nos logo à cabeça: «Mas, espera aí, tanta obra?! E o dinheiro para isto tudo? E as outras prioridades?!»

Lembro-me, depois, na discussão do plano de obras, e isso os Srs. Deputados poderão pedir e o Exército terá, porque no Exército todos os anos se faz um plano anual de obras. Peca por ser um plano anual e pecava, na altura, por ser um plano anual, porque as obras devem ser vistas numa perspectiva plurianual.

Mas, na altura, quando sou confrontado com o plano que estava já feito, basicamente, que era para levar a despacho e que, depois, só acabou por ser aprovado mais tarde, já em 2015, entra-se numa questão de dizer que a metodologia que estava feita parte de um pressuposto — também tenho de meter isso em cima da mesa — de que a nossa engenharia, e o anterior diretor dos serviços das infraestruturas do Exército conhecia o dispositivo todo do Exército muito bem, tem a noção da realidade.

Isto é, o Exército, na altura, salvo erro, tinha 409 prédios militares atribuídos. Os prédios militares podem ir de uma casa, a um terreno, Mafra, por exemplo. O convento de Mafra, a parte que está ocupada, utilizada pelo Exército é um prédio militar ou tem vários prédios militares.

Portanto, dos prédios militares todos que o Exército tem serão cerca de 409, 56% têm mais de 100 anos. Diria, para simplificar, que 90% dos prédios militares têm mais de 30 anos.

Isto é uma cultura... Com a limitação de recursos que existe, há uma perceção que, se calhar, as pessoas não têm, de que as necessidades das infraestruturas do Exército são vastíssimas. Há muita necessidade de investimento.

O que é que acontecia na elaboração dos planos de atividade? Estou a dizer isso com humildade. Não é: «Agora cheguei...» Não, não é isso. Estas opções, depois, são partilhadas com as pessoas que estão a trabalhar. É uma questão de liderança, de falar com as pessoas.

O que é que acontecia? O plano de atividades elencava as obras que eram feitas, o montante previsto em projeto, o tipo, a modalidade de aquisição da obra e a fonte de financiamento. Basicamente seria isto. E vinha por ali fora uma série de obras para fazer.

Quem decide não é o comandante da Logística que aprovava o plano de obras, mas, sim, o Chefe do Estado-Maior do Exército. No entanto, eu

levava aquele plano ao Chefe do Estado-Maior do Exército e devia explicá-lo e queria perceber.

A primeira sensação que tive, e que referi, foi: «Ok, está aqui esta lista de obras». Basicamente, no orçamento do Exército é alocada anualmente uma verba que anda à volta dos 5 milhões de euros, não mais do que isso, verba para financiar tudo, desde a mudança da janela até às obras estruturantes. Havia, depois, aquelas verbas da Lei da Programação Militar que foram determinadas na altura que eram 16 milhões de euros. Mas esses dados estão nos planos de obras.

A pergunta que se coloca é a seguinte: «Isto é o que está aqui, é o que se vai fazer para o ano, muito bem. O que é que fica por fazer?». É esta a pergunta que se põe. Aí percebi que há um desconforto muito grande que é quase o dizer: «Ó meu General, isso é intelectualmente desonesto.» E era permitido, obviamente, falar com o meu direto colaborador que me chegou a dizer isso! Há tantas necessidades que fica quase tudo por fazer!

É nesse contexto que naquilo que aparece se perde a noção se é o prioritário, se é o urgente, o que é que se está a passar nesse elencar. Então, começámos a fazer, e isso demorou mais algum tempo, um trabalho em que se elenca o que não tem financiamento e onde aparecem os paióis de Tancos, pela primeira vez, como obra identificada sem financiamento, porque ainda tinha projeto...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quando, Sr. General?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Isto entra, talvez, no plano de obras de 2016. Portanto, houve o trabalho de 2015, cujo processo estava em curso, e entra pela primeira vez como obra não financiada em 2016, sendo certo que começou a ser, dada a necessidade de investir, uma «corrida contra o tempo».

Mas isto acontecia, basicamente, com uma série de programas vastíssimos e importantíssimos que estavam a decorrer, desde a criação da Escola das Armas, com investimentos avultados em Mafra, desde a transferência do Comando das Forças Terrestres de Oeiras para a Amadora, a transferência do Regimento de Lanceiros da Ajuda para a Amadora também, a transferência de órgãos que estavam em Lisboa para Vila Nova de Gaia. Enfim, era um conjunto muito vasto de movimentações que não é só uma questão de dinheiro, mas de capacidade técnica de elaboração de projetos, que consomem tempo, que limitam e condicionam as opções.

Nessa medida é que me lembro de propor e passar a introduzir o elencar as obras que deveriam ser feitas, mas não podiam sê-lo — e havia bastantes. À medida que o tempo passa, mais necessidades são incorporadas nesta listagem, sendo certo que não são todas, porque é impossível meter lá todas. Há obras que não é possível... É sempre a consumir! Há sempre necessidades com o parque de infraestruturas que o Exército utiliza que é, de facto, muito exigente em termos de manutenção.

Aí é que se passou a dar a visibilidade que foi dada às intervenções nos paióis de Tancos. Mas o Sr. Deputado diz-me assim: «Já tinha verba definida». Não tinha. O que me lembro, e poderia, se calhar, ter feito as coisas de outra maneira e ter dito ao Sr. General Chefe para ir pedir dinheiro ao Sr. Ministro... Vamos ver, não mando no nosso General! Podia ter falado sobre isso, mas não foi o caso. Porquê? Porque não é a modernização do paiol de Tancos, é a modernização do parque de paióis do Exército! É um bocadinho mais largo, mas também não vou entrar em muitos detalhes sobre isso.

Mas qual é a condição de Tancos e qual é a condição de Santa Margaria?! É nessa perspetiva que, e temos essa obrigação também enquanto cidadãos, considerando, volto a dizer, que o paiol de Tancos, estando vulnerável, sim, mas que não estava em risco iminente de ser assaltado e de

acontecer o que aconteceu e que ainda não está explicado, admiti que conseguíamos, aproveitando a decisão que o Sr. Ministro da Defesa tomou de financiar a transferência das Oficinas Gerais de Material de Engenharia da Ajuda para Benavente, à conta de saldos da LPM que não tinham sido executados de anos anteriores.

Acreditámos que íamos fazer poupanças nesse programa e, em cima disso, e por minha iniciativa, disse: «Atenção que este programa se insere naquilo que vai ser a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, que está em Benavente, são investimentos que foram decididos para a instalação e a modernização deste centro de reabastecimento e de manutenção, mas os paióis de Tancos e de Santa Margarida, em certa medida, estão na dependência desta Unidade!» Portanto, funcionalmente, podíamos ter espaço, mas obviamente estes projetos têm de ir sempre à decisão, face aos montantes envolvidos, do Sr. Ministro da Defesa Nacional, na altura, para validar esta opção sobre o competente despacho para autorizar esta aplicação dos dinheiros da LPM.

E o caminho foi esse. Mas, quando me pergunta: «Então porque é que não fizeram logo um concurso para...?» É verdade, tem toda a razão! Na altura, a disponibilidade do investimento poderia — não tenho isso de cor — não permitir fazer o concurso público todo de uma assentada.

De facto, ia atrasar o arranque das obras, quer dizer, do início do projeto. Recorreu-se à figura do ajuste direto, contra aquilo que eu pessoalmente entendo, e tenho essa experiência, até, da Direção-Geral de Armamento, que é que se poupa muito dinheiro com concursos públicos.

Mas, precisamente as circunstâncias dos paióis de Tancos levaram a que se arrancasse de forma a que o programa não fosse revertível. Arrancávamos e aquilo tinha de ter continuidade. Tanto é assim que logo nessa altura em que as obras decorreram se avançou logo com a segunda parte da rede. Portanto, aquilo era faseado, mas seria contínuo.

Neste contexto, o ideal seria aguardar e arrancaríamos no final ou em meados de 2017 ou quando as coisas estivessem mais equilibradas com uma empreitada para a modernização de todos os paióis de uma assentada. É verdade, mas também havia esta vontade de resolver o problema o mais cedo possível, o que levou a essa decisão.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Nunca houve, então, nenhum problema direto com a disponibilização de verba para esse efeito?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Não, Sr. Deputado. Nós nem... Estava assumido e aquilo que se veio a verificar, de facto, foi que conseguimos efetivamente, na condução dos concursos públicos para a construção dos outros edifícios da UAGME, daqueles que na altura foram feitos, porque o projeto só ia acabar em 2017... E nem sei, assim de repente... Não terminou em 2017, entrou por 2018. Arrastou-se por causa dos atrasos nas obras, das contestações, etc.

Mas a ideia era o financiamento estar fechado ao projeto da UAGME, da transferência, no fundo, deste centro oficial, destas Oficinas Gerais de Material de Engenharia da Ajuda e também das Oficinas de Eletromecânica que estão em Paço d'Arcos para Benavente. É para concentrar tudo em Benavente.

É um projeto grande, moderno, já do século XXI, sim, senhor, e não fazia sentido estar a fazer esse projeto numa Unidade, modernizando-a para o século XXI, e deixar duas dependências, particularmente a de Tancos, no século passado.

A ideia era pôr tudo em coerência dentro do mesmo projeto e financiar essas obras para a modernização dos paióis.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Eram as tais poupanças dos tais 13 milhões.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Exatamente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, passámos já pela parte da Brigada de Reação Rápida, do seu comando, pela parte da Logística, chegamos à parte de Vice-CEME, uma parte já mais avançada e final nesta matéria.

Há pouco, quando se tratou da questão da devolução do material e, em princípio, da encenação relativa a isso, inclusivamente de uma utilização... e compreendo perfeitamente a sua posição sobre isso... Na política vamos vendo isso. Admito que para um militar de carreira como o Sr. General pareça ainda mais estranho a utilização de uma conversa de terceiros com o objetivo dirigido a alguém que não tem responsabilidade nessa conversa.

Foi bastante claro nessa matéria, no entanto, pergunto-lhe, ainda assim, como é que teve conhecimento desses factos, ou seja, da possível encenação em relação à devolução do material. Que reação existiu nessa altura? Isso foi tratado, foi discutido em reuniões, não foi? Foi avaliado? Não foi?

Não acha até — é uma sensação minha, devo dizer — que a questão da encenação é talvez a que mais desacredita no meio disto tudo? Isto porque, a ser assim, já não estamos só perante falhas financeiras, organizativas, de modelo ou de investimento, estaremos perante cumplicidades internas que serão as que mais poderão desacreditar ou ter um conteúdo gravoso para a instituição em si mesma. Não sei se partilha desta ideia ou não? Pode dizer-nos alguma coisa sobre isso?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, sinceramente, sobre a encenação, o encobrimento, francamente, não... Nem vislumbro.

Posso dizer-lhe que, quando saíram as notícias da captura ou da detenção do Coronel Vieira, com este escândalo todo, vinha de manhã a conversar com a minha mulher, a pé, e eu disse: «Não acredito, sinceramente, não acredito, não pode ser! Há qualquer coisa que não está a bater certo nisto tudo!»

Estou a dizer isto, porque estruturalmente sou assim. Não me ocorria uma coisa dessas. Não acho possível uma coisa dessas. Efetivamente eles foram detidos, estão detidos, o processo está a decorrer.

Mas quando a recuperação do material que desapareceu se deu, não me lembro, sinceramente... Julgo que, na altura, já estava como Vice-Chefe, mas não me lembro efetivamente como é que soube disso, se soube pela comunicação social. Quando é que foram recolhidas... Não me lembro, efetivamente, não me lembro disso.

Dizer e assumir-se que esse aspeto da encenação vai prejudicar a credibilidade da instituição militar, etc., digo-lhe sinceramente que, quem não conhecer a organização do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, pode, efetivamente, associar que são todos militares. Mas o Exército é o Exército, a Polícia Judiciária Militar é a Polícia Judiciária Militar, a Direção Geral de Recursos é a Direção-Geral de Recursos, a Direção-Geral de Política de Defesa é a Direção-Geral de Política de Defesa, ou seja, são realidades e órgãos completamente diferentes.

É certo que quem lá está a desempenhar funções é um militar do Exército, ou dois militares do Exército que foram envolvidos nisso. Mas isso não quer dizer que os militares do Exército, contrariamente a essa ideia que possa existir e que é quase um estigma, todos eles, estão rendidos ao General Chefe. Isso era quase como dizer que qualquer embaixador que está numa

outra missão vai prestar vassalagem ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ou qualquer coisa desse género. Não é assim. Um magistrado pode ser juiz e pode desempenhar funções como diretor da Polícia Judiciária, como já aconteceu.

Portanto, essa ligação que é feita pela condição de ser militar, ou seja, são todos militares e todos conspiram... Peço desculpa, não estou a dizer que o Sr. Deputado está a dizer que somos todos uns conspiradores, não é isso que estou a dizer... Mas a ideia que se criou porque são todos militares e os militares estão contra a Polícia Judiciária, por amor de Deus!... Volto a dizer que acho que cada coisa no seu lugar, repito, «o seu a seu dono».

Se há pessoas que discordaram da decisão que foi tomada pelo Ministério Público, com certeza, têm toda a legitimidade, mas isso não valida que se contrariem as decisões e opções que são tomadas de acordo e nos termos da lei.

E isso também não pode alimentar de forma alguma — chegou-se a falar nisso — a ideia de haver uma rivalidade que, às tantas, já não era entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária, era entre os militares, em sentido lato, e a Polícia Judiciária.

Tenho o maior respeito, e disse isso ao Diretor Nacional da Polícia Judiciária, pela Polícia Judiciária, pelos agentes que andam no terreno, que combatem o crime, que nos defendem a nós cidadãos e a nós militares também, como cidadãos.

Portanto, o cenário da encenação e o que se passou, francamente, é politicamente sensível e causa perturbação na opinião do cidadão. É aquilo que digo: estamos quase no efeito da claque de futebol e andam todos os serviços do Estado em disputa. Acho que essa é uma mensagem errada; a mensagem que devemos passar é precisamente a contrária. Portanto, não comungo, de forma alguma, dessa ideia de haver essa suspeição.

Se me disser que a suspeição é muito grave, com certeza que é! Por isso mesmo digo: «Não, nem pensar em que haja a ideia de que nós, e eu particularmente, como Vice-Chefe, sabíamos da encenação.» Não! Aliás, não foi um processo que passasse pelas minhas mãos, particularmente enquanto General Vice-Chefe, que, como o Sr. Deputado sabe — isso está na lei —, tem as competências que o Chefe do Estado-Maior determina.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quais eram, no seu caso?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Estão publicadas em *Diário da República*, e em matéria de Tancos não tenho nenhuma, ou, melhor, em matéria deste processo.

Tenho naquilo que a lei orgânica atribui em termos funcionais. A reforma que foi feita na estrutura do Exército levou a que aquilo que antigamente acontecia com o Vice-Chefe, que era não ter praticamente dependências nenhuma na sua tutela a não ser o Estado-Maior do Exército, mudasse e neste momento tem a Direção de História e Cultura Militar, tem a Direção de Educação (o Colégio Militar, o Instituto dos Pupilos do Exército e já não de Odivelas), a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação e o Estado-Maior. É quase um OCAD (órgão central de administração e direção). E depois tem as competências que o Chefe, em termos de delegação de competências, entende atribuir-lhe. Isso está tudo publicado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Só por curiosidade, Sr. General, e para terminar, queria dizer duas coisas: em primeiro lugar, eu falava da gravidade destes factos porque estes factos são um bocadinho *a contrario* daquilo que os Sr. General referia.

Ou seja, a dificuldade de meios, o Exército que faz milagres — creio que chegou a usar esta expressão e parece-me que é verdade — com poucos

meios, com poucos recursos, como fazem as forças de segurança, como faz a própria Polícia Judiciária, etc., vai tudo no sentido do que foi a sua intervenção hoje, nesta tarde/noite, que foi a do brio dos militares.

É evidente que em qualquer instituição podem existir «maçãs podres», mas essas «maçãs podres», precisamente por isso, causarão, do ponto de vista de quem tem esse brio, um dano maior. Foi nesse sentido, obviamente, que lhe fiz essa pergunta e o coloquei perante essa possibilidade.

É evidente que daí para a frente foi um desastre a comunicação, foi um desastre a resposta, foi um desastre não se saber o que se recuperou, foi um desastre não se saber porquê, foi um desastre a assunção errada de quem, provavelmente, não tinha a principal responsabilidade e as demissões, mas também já falámos sobre isso hoje e não é da sua responsabilidade.

Uma última pergunta refere-se à questão da operação Troia e ao encerramento. É que fica aqui um pouco a ideia — disse-nos perentoriamente — que era proposta do CEME e decisão do Ministro.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Peço desculpa?!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Foi essa a ideia com fiquei.
Seria sempre proposta do Chefe do Estado-Maior e decisão final...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Não. Eu disse a decisão de encerrar, peço desculpa, não é da operação Troia. A operação Troia foi o esvaziamento em si mesmo e este poderia ser feito para fechar, encerrar, ou desativar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Uma coisa está ligada à outra mas agradeço o detalhe.

Portanto, essa é uma decisão do Ministro. Em Santa Margarida foram investidos 4,5 milhões. Era impensável que, com algum investimento, Tancos continuasse operacional? Na sua opinião, era, ou não, uma decisão possível? É que fica aqui a dúvida de se esse encerramento ou essa mudança não foi feita por uma simples razão: para tentar pôr uma pedra sobre o assunto e não falar mais sobre ele.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — O avançado da hora pode toldar-nos um bocadinho a concentração, Sr. Deputado. Agradeço-lhe a pergunta.

Obviamente que a opção de manter Tancos e Santa Margarida abertos era possível e estava na minha ideia, pelo menos, enquanto Comandante da Logística, como disse há pouco, o lançamento das obras para a modernização dos paióis de Tancos e de Santa Margarida, no âmbito deste projeto.

Verdadeiramente, os paióis de Tancos e Santa Margarida têm missões diferentes ou, melhor, tinham. Os paióis de Tancos tinham permanentemente uma representação da Unidade de Apoio de Material enquanto em Santa Margarida isso não acontecia. Portanto, estava um bocadinho dependente desta ligação a Tancos.

Ainda por cima, na génese dos paióis de Santa Margarida estavam os paióis de apoio ao Campo Militar de Santa Margarida, que eram quase uns grandes paióis regimentais e que, depois, com a evolução do tempo, passaram a ter também materiais explosivos que estavam na gestão do Comando da Logística, da Direção de Material.

A ideia que tínhamos inicialmente era, de facto, avançar com a modernização dos dois paióis. Quando essa opção cai e não se fecha o paiol — este é um detalhe técnico e o Srs. Deputados, que na sua maior parte são juristas, também percebem isto —, desativa-se, no fundo, faz-se a opção de concentrar os recursos todos no de Tancos.

Naturalmente que, no início, as estimativas dos custos da intervenção nos paióis de Tancos eram mais contidas do que depois veio a acontecer. As obras ficaram mais caras porque o próprio declive do terreno — os paióis, em termos de aproveitamento ...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Refere-se a Santa Margarida?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sim, a Santa Margarida.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É que disse Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Não, é Santa Margarida.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É da hora!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — É da hora, é.

Bom, mas em Santa Margarida acabou por ser uma obra mais difícil e, conseqüentemente, mais cara. Mas nos projetos iniciais que tínhamos, do Comando da Logística, e essa responsabilidade, mais uma vez, está comigo, o investimento, basicamente, ia ser equilibrado entre um lado e outro, sendo certo que Santa Margarida é mais pequeno do que Tancos.

Se o Sr. Deputado me pergunta se a decisão de fechar ou de desativar os paióis de Santa Margarida...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — De Tancos!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sim, de Tancos. Portanto, se essa decisão foi do Sr. Ministro ou do Chefe do Estado-Maior do Exército, por aquilo que sei, muito honesta e frontalmente, foi do Chefe de Estado-Maior do Exército. Ele é que falou comigo. Sobre esta matéria nunca falei com o Sr. Ministro.

Agora, se houve qualquer coisa por trás, não faço a mínima ideia. Aquilo que me pareceu genuíno — e digo isto sinceramente — foi um *e-mail* que recebi do Sr. General Chefe, primeiro, e uma conversa por telefone, depois: «Temos de pensar nisso porque eu sempre pensei...».

E o Sr. General Rovisco Duarte teve uma estada larga no Estado-Maior do Exército, designadamente na Divisão de Recursos, e tem as suas ideias para o Exército. Disse-me: «Sempre pensei que devíamos racionalizar o dispositivo.»

Está bem, mas, de facto, o que não estava em cima da mesa na altura, em 2014/2015, e quando se arrancou, em 2016, era fechar ou desativar os paióis de Tancos, porque, se isso estivesse em cima da mesa, obviamente, em coerência, eu nunca teria proposto inicialmente obras lá, por mais pequenas que elas fossem. Nunca tinha lá posto um cêntimo, canalizava tudo para o outro lado.

Não sei se respondi a tudo.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente José de Matos Rosa.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. General, agradeço o contributo que já deu a esta Comissão.

O Sr. General, por diversas vezes, nas suas respostas aos diferentes grupos parlamentares, suscitou a pergunta «porquê o furto?» e referiu as inquietudes que o furto lhe provoca, mas remete isso para o processo-crime.

É verdade que, se calhar, só com o desenvolvimento e a informação constante do processo-crime é que teremos mais algumas respostas. Aliás, o PCP até se absteve na criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito por isso mesmo, isto é, por acharmos que o momento da Comissão de Inquérito deveria ser após o processo-crime, onde teremos mais informação com certeza.

Não me vou centrar nesta questão, em que está condicionado, como é óbvio, mas nas questões a que pode responder. Sobre esta matéria, já disse que reportou superiormente quando era comandante da Brigada e, enquanto comandante da Logística, todos nós percebemos o que fez para resolver o problema, de 2014 para a frente. A pergunta que queria deixar é a seguinte: por que é que o Exército não resolveu o problema antes? Por que é que tivemos de esperar quase uma década com problemas para tomar medidas?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Objetivamente, é mais uma situação em que não descarto que a responsabilidade está connosco, ou seja, connosco Exército, com o comandante da Logística.

A única questão que ponho... Vendo bem as coisas, em 1998 houve um primeiro relatório a dizer que aquilo não tinha condições e que foi demolidor relativamente a Tancos, segundo consta e segundo parece. Há muitas questões à volta de Tancos e das opções que foram tomadas na génese de Tancos, com o sistema de videovigilância.

Lembro-me de ter ido ao terreno e ver o que eram aqueles sensores. Havia um de rede e havia outro no solo e abandonaram aquilo porque

estavam constantemente a tocar. A rede era enterrada e os bichos passavam e faziam acionar os alarmes.

Tenho ideia — mas é a minha opinião e não iliba, obviamente, as responsabilidades que as pessoas possam ter — que a decisão em si de fazer os Paióis Nacionais de Tancos, não conhecendo os seus termos, foi uma boa decisão, com certeza que o foi. Acabou-se com a «cintura explosiva» de Lisboa, foi uma ótima decisão que foi tomada e está lá.

Depois, aparece tudo o resto que se viu e se nota neste processo, ou seja, o caso de Tancos torna-se um bocadinho um problema — há ali um problema, uma questão. Francamente admito que a noção desse problema possa ter dado um carácter quase de normalidade a algo que não era normal.

Nos anos 90, lembro-me também, por exemplo, e agora vou falar de dinheiro, de recursos, etc., que quando o Exército recebeu a Base Aérea de Tancos se investiu lá cerca de 3 milhões de euros em hangares para o programa da aviação ligeira do Exército, que nunca aconteceu.

Portanto, à volta desta questão de Tancos, infelizmente, admito, há sempre alguma habituação ao problema de Tancos. Não faz muito sentido, de facto. Bem sei que é um programa caro, porque falar em milhões é sempre um programa caro. Depende do contexto, mas, de facto, é um programa caro, um programa para modernizar os paióis de dois milhões de euros é caro.

Nesta habituação que se criou sobre as condições do Paiol e esta degradação, face às necessidades que existiam e que continuam a existir no dispositivo do Exército, por um lado, em que francamente a condição... Não olho só para a segurança, mas para os paióis em si mesmo, a degradação em que estavam, as pinturas e isto e aquilo, é o padrão que está em Tancos, na sede da Brigada de Reação Rápida, onde estão edifícios fechados porque no interior estão em ruínas. Há antigas casas que eram do Bairro de Sargentos e do Bairro de Oficiais que também estão fechadas, estão degradadas.

Portanto, por um lado, isso, as necessidades serem muitas e, por outro lado, também não escondo que à volta do Exército tem havido sempre uma tentação muito grande em inúmeras pessoas, militares, não militares, políticos, não políticos, enfim, de se pronunciarem muito sobre o dispositivo do Exército, se o Regimento de Engenharia de Espinho deve ir para Chaves, se Lamego deve ir para outro lado e cria-se também uma certa instabilidade relativamente aos programas das infraestruturas do Exército.

Admito que isso pode configurar que tivesse havido oportunidades de investimento em Tancos há mais tempo, admito que sim. Não concebo que não houvesse dinheiro para fazer Tancos de novo, para fazer Tancos na condição de um paiol 2021.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — E por que é que isso não aconteceu?

O Sr. Ten. Gen. Fernando Celso Vicente de Campos Serafino: — É o que eu digo, admito que quem me antecedeu em funções de Comandante da Logística, que eventualmente não terá tido a oportunidade ou não a aproveitou e daí vem esta opção de dizer assim: «Não, é este programa, é daqui que vai sair. Este programa tem de financiar Tancos», porque se não fosse assim provavelmente não era bem agora, porque havia qualquer coisa que se ia pôr à frente. E dá-me ideia que é um bocadinho isto, o que, de facto, é extremamente injusto...

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. General, permita-me interrompê-lo. Como justifica essa decisão, tendo em conta a sensibilidade da instalação militar em causa? Porque o Sr. General mete aqui ao barulho outras necessidades: instalações aqui e acolá. Não estamos a falar de instalações com um nível de segurança que Tancos deveria ter.

Como é que justifica, do ponto de vista da estrutura do Exército — e estamos a falar do topo da estrutura do Exército —, o empurrar com a barriga, permita-me a expressão, deste problema desde 1998, que foi o que referiu?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, empurrar com a barriga, não!

Risos

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa expressão é minha!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Eu percebo. Ó Sr. Deputado, muito frontalmente, é assim: claro que tem toda a razão, aquilo que lhe posso dizer numa situação... Claro, não se percebe, mas o certo é que aconteceu.

Também não posso, compreenderá, até eticamente, vir aqui dizer: «Ninguém quis saber». Não, porque também conheço... Eu não sou diferente dos outros, as pessoas ocuparam as funções, fizeram o melhor que sabiam e podiam e este problema não o conseguiram resolver.

A justificação que encontro é o risco que tentei evitar com a opção que tomámos em 2014, que foi o alocar obrigatoriamente ao programa de modernização da UAGME este programa. E já se falava nisso... Não está escrito, não há projeto, mas as pessoas sabiam, já estavam consciencializadas que as economias que iam surgir dali eram para ali.

Obviamente, se, em vez do assalto aos paióis, tivesse acontecido uma coisa qualquer noutra sítio, noutra dispositivo... Por exemplo, na área da cultura, o Museu Militar de Lisboa que é património, tem um problema de infiltração, é uma dor de alma, tem de se intervir lá. O que é mais

importante?... Portanto, nas circunstâncias em que os meus antecessores desempenharam as suas funções, acredito que não foi o empurrar com a barriga para a frente — agora a expressão é minha —, meramente de não querer saber. Efetivamente não encontraram esse espaço por alguma razão. Esta oportunidade deste volume de investimento de 16 milhões de euros com IVA foi o Comando da Logística que a agarrou e surgiu a oportunidade para avançar e resolver este problema.

Agora, se me pergunta se isto já devia ter sido feito há mais tempo, com certeza! Posso dizer-lhe, e há bocado referi isso, que quando estava nos Rangers tinha 23 anos, era alferes e assisti à entrada de um paiol — não tem nada a ver, ainda hoje — com instalações de vidro à prova de bala... E já na altura não havia militares a fazerem a guarda apeada e a fazerem rondas aos paióis. Mas eles estavam lá dentro? Estavam! Armados e equipados? Estavam também, porque esse é o último reduto, essa é a *ultima ratio regis*, ali é que não pode falhar.

Mas volto a dizer e concordo com o Sr. Deputado que enquanto não se perceber o que aconteceu não nos podemos precipitar e dizer o que se passou.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já percebemos, isso já disse várias vezes. A questão é que nós tivemos e temos a informação que desde 1998 foi identificado um problema, não houve condições para o resolver. É estranho, tendo em conta a sensibilidade das instalações e o estado de degradação em que o Paiol Nacional de Tancos se encontrava.

O risco existia e, portanto, não havendo condições, percebe-se que foi na estrutura do topo do Exército, dos Chefes, e na articulação que fazem com os respetivos Ministérios relativamente ao financiamento, que não foram encontradas as soluções. Com esse cenário, porque não foi proposto não digo o encerramento, mas o desativar daquelas instalações, antes?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, essa poderia ser uma boa sugestão, mas nessa altura eu não estava, efetivamente, em funções e com isto quero dizer que não estava na posse de toda a informação que se colocou na altura. E é difícil porque nestas coisas parece-me que vale a pena procurarmos entrar na conjuntura: o que se estava a passar naquela altura, em 1998, em 2000 e isso é que nos pode permitir perceber.

Partindo do princípio que as pessoas são competentes, interessadas, embora também possa partir do princípio contrário, de que as pessoas são incompetentes e desinteressadas, mas eu, enquanto militar e em termos éticos, tenho de partir do princípio que não há ali desinteresse completo e não querer saber.... É nessa medida que digo que não estando a exercer funções nessa altura, não estou por dentro de tudo o que estava em causa para que esta decisão não fosse tomada no devido tempo.

Concordo com o Sr. Deputado, em pleno, que isto passa muito por uma articulação mais robusta, mais visível, uma capacidade de perceção dos problemas no nosso planeamento também. É aquilo a que me referi há pouco dos planos plurianuais de investimento, de políticas de infraestruturas entre as chefias militares e a tutela que permitam o planeamento dos recursos de uma forma diferente, mais concreta, mais objetiva, mais atendendo àquilo que é verdadeiramente prioritário e não àquilo que é urgente. Portanto, há que melhorar nesse aspeto.

Se o Sr. Deputado tem essa opinião, com certeza que concordo com isso. Com certeza! De outra maneira, não fazia sentido nenhum.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ainda a propósito desta questão do encerramento ou da desativação, para ser mais rigoroso, do Paiol Nacional de Tancos, a determinada altura numa resposta a um Sr. Deputado — é por

causa da hora, mas já não me recordo quem lhe fez a pergunta — o Sr. General disse que o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Rovisco Duarte, chamou a si todas as responsabilidades do encerramento e todas as responsabilidades do Exército. Dá-me a entender que não seria correta essa assunção toda das responsabilidades. E, portanto, a pergunta é saber por quem é que o fardo devia ter sido distribuído nessa altura.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Talvez me tenha feito compreender mal. Eu não digo isso. Naturalmente que o Chefe do Estado-Maior do Exército é a entidade que representa o Exército e, no limite, a responsabilidade de tudo o que se passa dentro do Exército é do Chefe do Estado-Maior do Exército. Este é um princípio de base.

Quanto à questão do encerramento, eu não disse que foi o Chefe do Estado-Maior que fez tudo sozinho, não. Eu disse que ele próprio mandou um *e-mail*, o qual até supostamente referi, em que pediu e obteve um despacho nessa matéria para o Estado-Maior do Exército em articulação com a Logística para estudarem a capacidade de armazenamento de munições que estávamos a utilizar e a possibilidade de se fecharem os Paióis Nacionais de Tancos. O que disse depois foi que a recomendação que fiz foi de não fechar, aliás, porque ele nem tinha competência para o fazer, mas de propor a sua desativação.

Em coerência, tenho de dizer novamente que eu próprio, uns meses antes, tinha dito para avançarmos com dinheiros públicos aplicados em Tancos. Portanto, não fazia muito sentido, na minha cabeça, de repente, dizer: «Ah, afinal isto não é preciso e vamos fechar isto». Então, mas gastou-se lá dinheiro... Portanto, o ponto é diferente e daí é que eu, enfim, não queria entrar muito em detalhes sobre o ponto de vista dos *stocks* de armamentos que temos, etc., mas, de facto, basta olhar para as condições das

infraestruturas do Exército para se perceber quais os níveis de munições que o Exército tem neste momento.

Medir as necessidades de armazenamento com base nas existências atuais, se calhar, é um risco. Posso dizer ao Sr. Deputado, e julgo que perceberá isso, que a constituição de reservas de guerra não é meramente comprar munições, mas é ter uma capacidade de sustentação de operações militares num determinado contexto, com determinados pressupostos. E todas as capacidades militares são o grande problema que particularmente o Exército tem sentido.

Peço desculpa por estar a ir para este lado, mas é preciso ter a noção de que uma capacidade militar para ser edificada demora anos. Quando ela for precisa, não se pode comprá-la, porque já não vai a tempo — é um bocado agora como o caso de Tancos —, ela vai demorar anos a ser edificada pela contratação pública, pelo treino, por tudo isto.

Portanto, parece-me que nesta questão da análise dos Paióis Nacionais de Tancos, do seu encerramento ou não — disse isso e digo-o novamente —, com aquilo que foi feito no passado, o Chefe do Estado-Maior do Exército, ouvindo o Estado-Maior com as propostas que apresentou, etc., optou por desativar os paióis de Tancos nas condições atuais. E ele é Chefe do Estado-Maior do Exército, tem essas competências.

Agora, o desativar — como digo e foi essa a cautela a que me referi — não implica que daqui a três anos, daqui a quatro anos, daqui a cinco anos, não se possa repensar outro dispositivo e até fechar definitivamente os paióis de Tancos e, provavelmente, até, fazer em Santa Margarida os paióis nacionais das Forças Armadas e fechar o Marco do Grilo e Alcochete. Quer dizer, as opções ficam em aberto, portanto, não é uma carta fora do baralho completamente.

A opção de desativar foi do General Chefe do Estado-Maior do Exército, mas não foi ele que se levantou de manhã e chegou ali e disse:

«Vamos fechar isto!». Ele é um homem com experiência no Estado-Maior do Exército, porque ele chefiou a Divisão de Planeamento de Forças, chefiou a Divisão de Recursos e foi Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, eu só fui Chefe da Divisão de Planeamento de Forças e Diretor-Coordenador por pouco tempo.

Portanto, ele tem a noção dos dossiês do Exército, não só de agora, mas desse tempo. Por isso é provável que ele tenha algumas ideias e alguma informação sobre isso o que lhe dá um determinado tipo de convicções, mas é como digo, estas coisas não são só dizer «eu acho que se pode fechar e fecha-se», tem de haver sustentação, tem de haver estudos nessa matéria.

A decisão foi tomada e não me parece que seja um drama muito grande o que aconteceu agora. Face à conjuntura que estamos a viver, não me parece... É evidente que a leitura dos Srs. Deputados pode ser outra, política, o que seja, mas, na minha perspetiva, tecnicamente não me parece que seja o fim do mundo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, Sr. General, a pergunta era mais abrangente e vou colocá-la de uma forma que não suscite dúvidas. O Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte, demitiu-se, fez a assunção de responsabilidades. A pergunta que lhe fiz é se acha que o fardo dessas responsabilidades cabe apenas àquele, ao Sr. General Rovisco Duarte, ou se alguém ficou com o fardo por carregar, isto é, se, na sua opinião, alguém deveria ter assumido responsabilidades e não assumiu.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Dentro da estrutura do Exército?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, tenho essa noção. Agora, tal como disse no início, o assalto a Tancos foi um acontecimento péssimo, que provocou uma crise dentro do Exército e está tudo a vir ao de cima, ou seja, estas coisas das responsabilidades, de saber-se se adiou ou não adiou. Posso aqui desdobrar-me... E tenho a noção de que num processo destes não há nenhum vencedor! Saímos, à partida, completamente derrotados.

Aquilo que me parece, e que, na altura, quando isto aconteceu, enfim... O que é que significa pôr ou não pôr o lugar à disposição? Isso não é nada! A gente tem de bater logo... Podem dizer isso, mas isso foi a minha obrigação de o fazer...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não estava a falar de si!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Mas falo de mim! Eu quero falar de mim,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Permita-me interromper, mas o Sr. General assumiu as suas responsabilidades. O Sr. General foi confrontado com um cenário em que podia ter continuado a sua carreira, mas assumiu. Face às condições objetivas em que estava colocado, face ao cenário que foi criado e à sua função de Vice-CEME, entendeu que não tinha condições para continuar e, com «perspetiva ética» — que foi a expressão que utilizou —, passou à reserva. Houve assunção de responsabilidades. Portanto, não é a si que me estou a referir, estou a falar de outras!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, percebo isso, mas... Eu podia ter feito isso logo em 2007! Eu tive essa disponibilidade e mais gente também a teve, nessas circunstâncias

e noutras, não só no caso de Tancos como em muitos outros, em que há militares, oficiais e sargentos, que se apresentam assim: «Meu General, vou sair! Quero sair de funções, tem o meu lugar à disposição». Essa é uma atitude ética, independentemente de se dizer: «Ah, mas se ele quisesse sair metia o papel».

Isso não me interessa, o que me interessa é quando as pessoas se apresentam e dizem que isto aconteceu assim, que estes saíram e eu só posso fazer isto, porque errei, nesta matéria, na avaliação que fiz às condições de segurança ao Paiol, porque achei que tinha tempo para fazer isto. Portanto, eu dizer que assumi as minhas responsabilidades porque passei agora à reserva...

Risos.

Não. Não é esse o sinal que quero dar, pois parece que estou a lavar as mãos e que saí porque também saiu o General Rovisco Duarte.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Está quase a dizer tudo, mas ainda não disse!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É esse bocadinho que falta!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — O que me parece, Sr. Deputado, muito francamente, numa altura de crise e prevendo, efetivamente... Mas isso é a minha leitura ética das coisas. Para evitar tudo isso que se passa, alguém dá um passo em frente e sai. Esse alguém tem de cobrir tudo e não ficam contas por saldar. As próprias pessoas tiram conclusões quando veem essa atitude do Chefe do Estado-Maior.

Veja-se o General Jerónimo: saiu! Entendeu... alegou razões pessoais, mais uma vez, para a comunicação social... Isto está em sinal aberto, é uma chatice, mas é assim, entendeu que deveria sair e saiu. Atrás dele saía mais gente, mas não saíram porque ele disse: «Não saem, ninguém sai, sou eu que saio».

Nesse sentido, há uma posição... Cada um sabe os princípios... Como deve calcular, são decisões dolorosas e, às vezes, as pessoas pensam que é por causa das benesses... Sinceramente, nesta fase, sei e volto a dizer que não me parece correto... Isto também pesa, pois, com a idade que tenho — já sou muito velho para as minhas filhas, naturalmente, mas acho que ainda estou muito longe de atingir a idade de reforma de um cidadão que está a trabalhar e que, se calhar, tem menos saúde do que eu, felizmente, tenho. Parece-me que tenho o dever de estar disponível para o exercício de outras funções públicas. Mas, quanto à vontade, de facto, com todas estas circunstâncias, uma pessoa acaba por ficar com o coração apertado no meio disto tudo.

Agora, dizer que eu saí porque assumi as minhas responsabilidades... Não as assumi agora! Assumi-as desde há muito tempo e desde que me conheço que as vou assumindo. A expressão da assunção dessas responsabilidades é que é...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Acredite que bem percebemos o que quer dizer e que, infelizmente, não disse. Efetivamente, há bocado falávamos de problemas de comunicação e de como é que geríamos este processo, mas das coisas que mais custa perceber é que, num processo como este, o Exército se limite a punir um soldado e um cabo em sede de processo disciplinar. Não houve a assunção de responsabilidades de quem de direito e de quem a deveria ter assumido na devida altura! Se calhar, hoje não estaríamos a falar do que estamos a falar e era nesse sentido a pergunta que lhe colocava.

Mudando de assunto, a não ser que queira fazer um comentário sobre essa questão...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: —
Faço, sim, senhor, se me permite.

Risos.

Não sei a quem é que se refere especificamente, pode ser a qualquer pessoa na cadeia de comando. Toda a gente se poderia ter demitido da cadeia de comando, é verdade! Se calhar ficava bem... Se era eticamente correto ou não, isso é discutível. É uma opinião, é verdade, mas isso não invalidava que quem infringiu os seus deveres quando estava a fazer serviço fosse punido ou não fosse punido. Também tinha de ser punido, é só isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, claro que não. É evidente! Agora, para a opinião pública... Acontece o que acontece, numa infraestrutura crítica, com o cenário de algum alarme que foi criado, se foi mais ou menos exagerado é outra discussão. Agora, acontece o que acontece e a única punição é a um soldado e a um cabo, isso é que não, Sr. General! Isso é que não, percebe?!

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: —
Mas essa é a perceção pública, é aquilo que passa cá para fora

Obviamente, sei que é um tema justo e respeito isso, porque, no fundo, quem sai penalizado são os mais frágeis. A ideia que dá é essa, mas eu não concordo com isso e há bocado referi-o. Não concordo exatamente com isso, porque isso pode dar uma ideia... Percebo que o Sr. Deputado possa dizer que, se calhar, o comandante do Regimento deveria ter sido punido, bem

como o comandante da Brigada...O que fosse! É evidente que, material ou fisicamente, para isso acontecer, era mais complexo criar tantos casos de averiguações e apurar responsabilidades...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ó Sr. General, não é nesse âmbito! Nesse âmbito, as averiguações fazem o que têm a fazer. Estou a falar da assunção e responsabilidades políticas, ...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Ah, bom!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... do ponto de vista do topo da hierarquia do Exército.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Está bem, isso aí, com certeza. Nisso estamos de acordo e era isso que eu estava a dizer há bocado, ou seja, que uma decisão a esse nível resolve tudo. É só isso e isso percebo. E é por isso que digo que não foi agora que tomei as responsabilidades, tomei-as na devida altura.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É evidente que, na devida altura, uma decisão desse tipo teria resolvido o assunto. Também não temos dúvida sobre essa matéria.

Sr. General, face ao cenário em que se encontravam as instalações do Paiol Nacional de Tancos, — penso que isto não lhe foi questionado, mas se foi peço desculpa — como é que se justifica manter o mesmo número de recursos humanos, de militares, que havia num período em que tínhamos vedações e videovigilância? Isto quando não tínhamos uma coisa nem outra, não havendo uma adequação do ponto de vista de quem lê as NEP, que vê lá

aquela coisa da cassete mas também vê que, se calhar, um total de oito homens é capaz de não chegar. Portanto, do ponto de vista da estrutura de comando, como justifica manter-se este número de recursos humanos?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Não posso entrar em muita discussão sobre isso. De facto, poderia ter-se posto... Seria mais confortável para quem decide, designadamente para o comandante da Brigada ou para o CFT, pôr lá um pelotão, duas secções ou 12 homens. Ao não fazê-lo está a assumir essa responsabilidade, mas também há que ter a consciência de que se tomasse essa decisão ia desgastar ainda mais o efetivo que estava disponível para fazer o serviço.

Portanto, parece-me que há aqui... É como disse, nunca vi em nenhum relatório, mas pode ser que exista... Quem está no terreno, designadamente ao nível do Comando, e volto a dizê-lo, para não se criar essa ideia — não é a ideia do Sr. Deputado —, que me podiam atribuir a mim, de paternalismo sobre os soldados, os sargentos, ou o que seja...

São pessoas responsáveis, fazem a sua análise, estão nas Unidades, são escaladas para fazer o serviço, mas nunca me chegou um reporte a dizer que era indispensável reforçar a força que está de guarda ao paiol.

Efetivamente, seria mais confortável para mim dar a ordem, assinar um... Não era CFT, mas enfim... Dizer: «Atenção, a partir de hoje, em vez de serem seis soldados nomeados passam a ser 10 soldados nomeados. Organizem-se!». Não! Acho que houve aqui alguma ponderação relativamente a isso. Não sei se foi esse o caso, mas é a única...

Mas compreendo perfeitamente que é a tal degradação de há anos e que, numa lógica matemática, fazia sentido que, não havendo videovigilância, se aumentasse o pessoal. Efetivamente, isso faz sentido, mas volto a dizer que nunca me pareceu evidente que o efetivo, ou seja, a força que estava nos paióis de Tancos, fosse insuficiente. Isto, também, dado o

contexto onde estão inseridos os Paióis, porque se estivessem aqui em Lisboa seria, seguramente, insuficiente. Dado a zona em que estavam, em que nada se passa à volta, não há movimento...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E aí voltamos a entrar na especulação, em que só o processo-crime nos pode ajudar.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Exatamente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A este propósito, o Sr. General referiu a questão do pessoal, fazendo referência não só ao desgaste como às insuficiências que temos nas Forças Armadas. Falou da questão dos fogos e disse que temos de acudir às missões programadas do ponto de vista internacional. Temos de mandar os mesmos militares para os fogos. Também referiu todos os problemas que isso coloca aos ramos das Forças Armadas, nomeadamente ao Exército. Essa questão, de que não conseguiam responder a isto face a estas restrições, foi colocada ao Ministro da Defesa Nacional?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, aprecio a sua pergunta e confesso que já a tinha ouvido numa outra audição. Confesso, também, que há uma certa cumplicidade, diria, entre militares que já estão fora e que são antigos, da velha guarda... Mas isso não acontece, efetivamente.

Admito... Não sei o que é que o Chefe do Estado-Maior disse ao Sr. Ministro. Relativamente a este caso de Tancos julgo que não, mas são conhecidas as inúmeras informações e preocupações com o problema que o Exército está a sentir, de há uns anos a esta parte, com a falta de efetivos e com as dificuldades que está a ter em termos de recrutamento. Isso é

indiscutível, é público, é notório e há estudos à volta disso. Falta saber é que medidas... Porque também é mais um problema que já se conhece há anos, mas ainda estamos na mesma, isto tem de...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, já ouviu isto nas outras audições, mas posso fazer-lhe a pergunta de um outro prisma. E qual é esse prisma? É o prisma de quem tem três estrelas ou mais — os chefes, nomeadamente, mais — dizer, na Comissão de Defesa e junto do Sr. Ministro,...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Eu ouvi isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... que aceitam «tudo e um par de botas» de missões, que estão disponíveis para tudo e que nunca houve uma missão que ficou por cumprir, mas depois percebemos que não há pessoal para Tancos.

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Sr. Deputado, eu ia responder.

Risos.

A pergunta que me está a fazer... Confesso que ouvi, efetivamente, mas não sei a que coronel foi, porque também não ouvi tantas... Ouvi para aí duas, porque são muitas horas, de facto. Ouvi esse comentário na Comissão Parlamentar de Defesa de que as pessoas depois chegam e fazem tudo... É verdade. Tem de haver uma cultura diferente de falar verdade e, às vezes, quando essa cultura aparece já é tardia, porque é numa altura em que,

provavelmente, as relações entre chefias e tutela já estão numa situação mais degradada. Agora, também lhe digo sinceramente — e uma vez disse isso, sobre as questões da lealdade, a um Sr. Ministro — que a lealdade tem dois sentidos. Repito, a lealdade tem dois sentidos, nunca é só de um sentido e parece-me que nestas questões de os Chefes exporem as necessidades do ramo também há que saber ouvir.

Por exemplo, há bocado, sobre os problemas das infraestruturas do Exército, etc., o Sr. Deputado Telmo Correia, por quem tenho muita consideração, terá dito que o Exército faz milagres com as infraestruturas e com as dificuldades que tem, como as tem a PSP, a Polícia Judiciária e outros departamentos públicos. Isso é verdade, mas a capacidade que um chefe militar tem para transmitir verdadeiramente os seus problemas e de que tem a noção — eu não estive a prestar serviço noutra lado mas ali e o meu problema é maior do que o do meu vizinho do outro serviço, do outro ramo, a que há bocado me referi —, e a capacidade para aceitar isso da parte de quem ouve e conseguir adotar instrumentos, critérios, medidas que consigam comparar aquilo que pode ser comparado, ajudaria nesse diálogo.

O que é que quero dizer? Os chefes militares, se calhar, dizem muitas vezes que podem fazer isto e mais alguma coisa — e sabe Deus o que é que às vezes dizemos! — porque se está a meter pressão na organização, e há chefes que metem mais pressão do que outros na organização.

Nesta coisa dos incêndios nota-se. Eu estou a dizer isto mas é nossa responsabilidade. Não posso sequer pensar que estão militares a descansar e há um problema com as populações que estão ali à volta. Isso é contrário à nossa natureza, temos de ir. Mas também temos de perceber que estamos com taxas de esforço muito grandes.

Ora, isto está a acontecer e admito que tal seja dito aos ministros e à tutela. Admito que seja dito. Mas em que medida é que, no seu conjunto, não das pessoas que fazem trabalho a mais ou trabalho a menos mas em termos

da exigência dos recursos, em que medida é que verdadeiramente as nossas condições são más — as nossas cozinhas precisam de intervenção — e como é que isso pode ser comparado... Não me quero desviar do tema e estar a olhar para o quintal do vizinho do lado, mas a pediatria do S. João também esteve 10 anos para ser feita. O que é que é mais prioritário? É uma coisa ou outra?

Há muitas necessidades no Estado? Há, e nessa medida nós, não enquanto dirigentes públicos mas enquanto comandantes, enquanto generais, também temos a obrigação de perceber que não somos só nós mas, efetivamente, este caso de Tancos — e é aquilo que queria dizer, é esta a mensagem — põe um bocadinho a nu precisamente aquilo que o Sr. Deputado está a dizer, não só a nível do pessoal mas a nível dos recursos, e vale a pena haver um esforço para encontrar critérios objetivos para perceber qual é a taxa de esforço a que estão a ser sujeitos materiais, infraestruturas e pessoas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A assunção de responsabilidades que cada ramo pode efetivamente assumir, porque, neste caso concreto,...

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — Concretamente, sim.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... nós ficámos a falar sozinhos — nós, Grupo Parlamentar do PCP — porque nenhum dos outros grupos parlamentares, nem os chefes, alguma vez se pronunciaram sobre a insuficiência ou incapacidade para responder a missões que não são missões primárias, e nas missões primárias dos ramos das Forças Armadas estão também as infraestruturas críticas.

Ora, o que temos entre mãos, de uma forma chocante, é que, efetivamente, se puxam os recursos para matérias que não são funções primárias dos ramos, descurando aquilo que é fundamental.

Acho que este pode ficar já como um princípio de conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e assim o proporemos.

Para concluir, o Sr. General, a determinada altura, disse que no funcionamento normal dos Paióis Nacionais de Tancos há uma espécie de paiol-oficina onde é centralizado o material, onde quem faz a gestão aloca os recursos que são depois enviados para as respetivas Unidades regimentais. Disse mesmo que era até para não se saber onde é que estava.

Tendo em conta que quem assaltou os paióis o fez sabendo especificamente — por aquilo que se diz na comunicação social — o que procurar e onde procurar, como é que é possível obter essa informação? Como é que, do ponto de vista da estrutura da organização, é possível saber, especificamente, que é aquele o paiol a atacar?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — É uma resposta que vai ser um bocadinho de suposições.

Volto a dizer que este procedimento do paiol-oficina está na área dos paióis que são geridos centralmente pela Unidade de Apoio Geral do Material do Exército e há um conjunto de paióis que é mais reservado e obedece a regras de entrada, sendo certo que há exceções. Se o material for pesado, por exemplo, uma viatura pode entrar e vai diretamente à boca do paiol para carregar, digamos assim, se houver dificuldade.

Mas, à partida, o princípio é que são os próprios funcionários do paiol que põem no paiol-oficina o material que a Unidade carrega e vai-se embora.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — São esses que sabem?

O Sr. Ten. Gen. **Fernando Celso Vicente de Campos Serafino**: — São esses que sabem.

Os paióis que foram assaltados são paióis regimentais. E aí, sim, as próprias inspeções detetaram que havia muita gente — gente demais! — que entrava e saía dos paióis. Mas é uma administração diferente.

Por acaso, neste relatório vem uma coisa que pode induzir em erro. Há uma altura em que se diz que a administração dos paióis estava atribuída à Unidade de Apoio Geral do Material de Engenharia. Não, a administração dos paióis centrais, destes paióis, é da Logística; a administração dos paióis do Regimento de Engenharia e do Regimento de Paraquedistas, o que estava lá dentro, era da responsabilidade do Regimento, do Oficial de Logística do Regimento.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço aos Srs. Deputados, nomeadamente ao Sr. Vice-Presidente José de Matos Rosa, que me substituiu transitoriamente nos trabalhos desta Comissão. O Sr. Tenente-General não pode ser substituído e teve a capacidade de nos dispensar de uma segunda ronda de perguntas porque as respostas que foi dando, e pelas quais todos nós estamos gratos, manifestamente, permitiram clarificar as questões colocadas por todos os Srs. Deputados.

Sr. General, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, queria agradecer a sua disponibilidade e todas as respostas que foi dando, bem como também toda a sua folha de serviços, a que não foi seguramente alheia a passagem por Aveiro — permita-se-me esta pequena referência.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de dar por encerrada a reunião de hoje, recordo que temos agendada para amanhã a audição do Sr. General Carlos Jerónimo, às 17 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 46 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.

PAULA